



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**

**DAVID DURVAL JESUS VIEIRA**

**A CIDADE E OS “BICHOS”: PODER PÚBLICO, SOCIEDADE E ANIMAIS EM  
BELÉM (1892-1917)**



Brazil — Estado do Pará — Cidade de Belém — Rua Oliveira Bello

Belém  
2015

**DAVID DURVAL JESUS VIEIRA**

**A CIDADE E OS “BICHOS”: PODER PÚBLICO, SOCIEDADE E ANIMAIS EM  
BELÉM (1892-1917)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, para a obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.

**Orientadora:** Profa. Dra. Leila Mourão Miranda.

Belém  
2015

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

---

Vieira, David Durval Jesus

A cidade e os “bichos”: poder público, sociedade e animais em Belém (1892-1917) / David Durval Jesus Vieira. - 2015.

Orientador (a): Leila Mourão Miranda

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2015.

1. Belém (PA) - História, 1892-1917. 2. Animais. 3. Natureza. 4. Administração municipal - Belém (PA). I. Título.

CDD - 22. ed. 981.15

---

**DAVID DURVAL JESUS VIEIRA**

**A CIDADE E OS “BICHOS”: PODER PÚBLICO, SOCIEDADE E ANIMAIS EM  
BELÉM (1892-1917)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História Social da Amazônia da Universidade Federal  
do Pará, para a obtenção do título de Mestre em História  
Social da Amazônia.

Data de aprovação: 09/ 01/ 2015

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Leila Mourão Miranda  
PPHIST/UFPA – Orientadora

Profa. Dra. Kenia Souza Rios  
PGHIST/UFC – Examinadora externa

Prof. Dr. Flavio Bezerra Barros  
PPGAA/UFPA – Examinador externo

Profa. Dra. Franciane Gama Lacerda  
PPHIST/UFPA – Examinadora interna

Em memória de meu pai, Dorivaldo Melo Vieira,  
“meu jovem lago-grandense”.

## AGRADECIMENTOS

Parafrazeando “A estrada”, de Toni Garrido, para findar esta dissertação tive que percorrer “milhas e milhas”, “escalar os mais belos montes”, e “chorar nas noites de escuro”. Tive que persistir e acreditar na importância de meu tema e na minha capacidade intelectual, para ser aprovado o meu ingresso na turma de 2012 do Mestrado em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA), em minha segunda tentativa. A mesma crença e persistência foram necessárias para cursar essa pós-graduação. Para que elas se renovassem e se fortalecessem, era preciso também o apoio de amigos e familiares.

Para conseguir entrar no Mestrado, foi fundamental o apoio financeiro e o companheirismo de meus pais Dorivaldo Melo Vieira e Maria Regina Tavares de Jesus, bem como de meus irmãos Dorivaldo Vieira, Dorivaldo Junior, Durval Netto e Dayves Raphael.

Meus familiares não somente me apoiaram como também compartilharam alegrias, ajudando-me a relaxar diante das várias exigências do Mestrado. Nesse sentido, lembro-me do sorriso e da descontração de minhas tias Socorro e Graça, de meus primos Raylto, Gleissy e Geovanny, e de meus sobrinhos Dorivaldo Filho, Gabriela, Giulia e Graziel.

Dizem que amigos é a família que escolhemos. Escolhi para também fazer parte de minha família pessoas que conheci durante minha Graduação de História na UFPA: Cauê Vieira Morgado, Fernando Taveira, Luiz Carlos Laurindo Junior, André Luiz, Allan Jorge, Elder Franco, Letícia Luzia, Arthur Loureiro, Ivan Junior. Com eles, compartilhei angústias, alegrias e lutas por uma sociedade mais justa e liberta de preconceitos.

A orientação era necessária para trilhar a “estrada” do Mestrado. Nesse sentido, as críticas e indicações de fontes e leituras realizadas pela minha orientadora, Leila Mourão, pela professora Franciane Gama Lacerda e pelo pesquisador Silvio Rodrigues, para o contínuo melhoramento desta dissertação, foram extremamente relevantes.

Meus colegas de Mestrado também me ajudaram a percorrer esse caminho. As críticas realizadas por eles na disciplina “História e Análise do discurso” contribuíram para eu repensar meu projeto de pesquisa. Além disso, nós compartilhamos muitas alegrias em eventos acadêmicos, revigorando a tarefa de elaboração desta dissertação.

Dentre os colegas de curso, lembro especialmente de Iane Batista e João Marcelo Dergan, com os quais mantive muitos contatos, devido à dedicação que eles tinham, assim como eu, ao estudo de História Ambiental. Com eles, minha crença na importância de meu objeto de pesquisa foi renovada e fortalecida.

Paralelamente ao Mestrado, participei de cursos de língua estrangeira da Universidade Federal do Pará, nos quais conheci pessoas maravilhosas e prestativas, como Allana Queiróz.

Na Antropologia também fiz novas amizades, ao cursar “Ecologia Humana” como disciplina optativa para prosseguir no Mestrado. Os colegas desse curso foram igualmente importantes para a renovação de minhas forças.

No tempo em que fazia o Mestrado, velhas amizades se tornavam mais estreitas. Por isso, lembro-me, carinhosamente, de Mônica Ewans, Renan Landau, Telma Mafra, Aleilza Santos, Danielle Ribeiro, Kênya Novaes, e Luana Aires.

Para amenizar meus problemas financeiros, devido ao atraso do recebimento bolsa disponibilizada pela CAPES, tive que conciliar emprego e pós-graduação. No final de 2012, dei início a esse esforço ao assumir turmas de ensino fundamental da escola Avante, na qual fiz amizades engrandecedoras, como a de Rejane Almeida.

Os “montes que eu escalava” na “estrada” do Mestrado não vinham somente deste curso, mas também da própria vida. Em janeiro de 2014, perdi meu querido e amado pai para uma doença cardíaca. Novamente foi necessário o apoio de amigos e familiares para superar esse difícil momento. Dentre eles, lembro-me especialmente de membros da família Vieira.

O ano de 2014 também foi marcado pela minha posse no concurso da prefeitura de Breves para o cargo de professor de História. Para iniciar essa nova experiência profissional, foi fundamental a acolhida e os conselhos de meus primeiros amigos breveses: Dione Leão e João Melo.

Aos poucos, fui percebendo que Breves não era somente o lugar de trabalho, mas também de amizades alegres e companheiras, como as do condomínio onde eu resido, carinhosamente apelidado de “Vila do Chaves”, e as da escola Santa Mônica, onde conheci pessoas maravilhosas, como Terezinha Michelli, Marciele Moreira e Lenita Martins.

Em uma de minhas voltas para Belém, conheci Patrícia Chaves, pessoa prestativa, atenciosa e carinhosa, que torceu muito pela finalização de minha dissertação.

A todas as pessoas citadas até aqui, os meus mais sinceros agradecimentos! Entre elas, agradeço especialmente àquelas que tornaram possível minha existência na Terra e cuidaram de mim com todo o amor, atenção e carinho, para o meu desenvolvimento físico e espiritual. Sem elas, eu certamente não teria finalizado o Mestrado. Mesmo que agora distantes, elas estão perto de mim, porque as carrego em meu coração. É com muita emoção que agradeço à minha mãe, Maria Regina Tavares de Jesus, e ao meu pai, Dorivaldo Melo Vieira, em memória, a quem dedico esta vitória!

O *bicho*, na formação social e psicológica do brasileiro, é um complexo de vasta projeção sobre a personalidade nacional e individual. É uma das palavras de maior elasticidade do sentido em nossa língua. Dentro dela cabe um mundo de coisas vagas: reais e imaginárias (Gilberto Freyre).

## RESUMO

Ao longo do século XIX, os governos municipais proibiram determinados usos, tais como a permanência e circulação de animais em Belém por meio de “Códigos de Posturas”. Mesmo após a Intendência de Antonio Lemos (1897-1911), período de apogeu da economia gomífera e consolidação do regime republicano, as proibições permaneceram, e a elas foram adicionadas medidas e ações práticas como a criação de uma Guarda Municipal. A presente dissertação investiga como o poder público queria disciplinar os moradores da capital paraense no uso de animais e resultados práticos disso, focando a análise em três tipos de proibições: maltratar os animais de carga, soltar animais de gado de qualquer espécie pelas ruas e praças, e ter cães sem licença municipal. Para tanto, eu investiguei fontes como os “Códigos de Posturas”, “Relatórios dos Intendentes Municipais”, jornais, literatura e imagens. Analisei esta documentação utilizando conceitos como o de natureza e de civilização, na perspectiva da História Ambiental.

Palavras-chave: Natureza. Civilização. Animais. Belém.

## **ABSTRACT**

Throughout the nineteenth century, municipal governments banned certain uses, as permanence and circulation of animals in Belém through the “Códigos de Posturas”. Even after Antonio Lemos Stewardship (1897-1911), during the peak of rubber economy and the consolidation of the republican regime, the bans remained, and to it were added measures and practical actions as the creation of a Municipal Guard. This dissertation investigates how the government wanted to discipline the residents of the state capital in the use of animals and results of this, focusing the analysis on three types of bans: mistreating pack animals, letting livestock animals of any kind loose on the streets and squares, and owning dogs without the municipal license. To this end, we investigated sources as “Códigos de Posturas”, “Relatórios dos Intendentes Municipais”, newspapers, literature and images. I analyzed this documentation using concepts such as nature and civilization, in the perspective of the environmental history.

**Keywords:** Nature. Civilization. Animals. Belém.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	Brasão de Armas de Belém.....	14
Imagem 2 -	“Largo de Nazareth”, de Joseph Léon Righini (1867).....	26
Imagem 3 -	Planta da cidade de Belém do Pará de 1899.....	30
Imagem 4 -	Anúncio de tourada (1896).....	51
Imagem 5 -	Planta da cidade de Belém com o projeto da Tração Elétrica pela Pará Electric.....	55
Imagem 6 -	Anúncio de tourada (1898).....	58
Imagem 7 -	Cachorro na Rua Oliveira Bello.....	78

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 –	Banquete dos Intendentes no Bosque “Rodrigues Alves” (1903)..	32
Fotografia 2 –	Edifício do London Bank.....	42
Fotografia 3 –	Bonde de tração animal na Rua Conselheiro João Alfredo.....	46
Fotografia 4 –	Bonde de tração animal na Avenida Nazareth.....	46
Fotografia 5 –	Tipo de carro e animal de condução de lixo da Limpeza Publica de Belém (1913).....	50
Fotografia 6 –	Bondes elétricos e carros de tração animal na Rua Conselheiro João Alfredo.....	50
Fotografia 7 –	Matança de jacarés, em Marajó.....	64
Fotografia 8 –	Carros de tração animal estacionados no Ver-o-Peso.....	74
Fotografia 9 –	Carros de tração animal na Rua Conselheiro João Alfredo.....	74
Fotografia 10 –	Vendedor de leite.....	83
Fotografia 11 –	Protesto contra as touradas em Madri (2013).....	118

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1: BELÉM: FACES DA MODERNIZAÇÃO.....</b>	<b>21</b>
1.1) Mudanças na cidade.....	22
1.2) “Ordem e progresso” na cidade.....	28
1.3) “As cidades” de Belém relatadas.....	34
<b>CAPÍTULO 2: SENSIBILIDADE (IN)CIVILIZADA.....</b>	<b>42</b>
2.1)“Cahem de fadiga os magros muares”.....	43
2.2)“A los toros!”.....	51
2.3) O mais civilizável e civilizado.....	66
2.4)“União Protectora dos Bolieiros e Carroceiros”.....	71
<b>CAPÍTULO 3: OS DOMÉSTICOS (IN)DOMESTICADOS.....</b>	<b>78</b>
3.1)“Quadrúpedes e outros animaes”.....	79
3.2) “Companheiros inseparáveis”.....	96
3.3)“Apparelhados para todo o sempre”.....	100
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>117</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>120</b>

## INTRODUÇÃO

**Imagem 1- Brasão de Armas de Belém.**



Fonte: BELÉM. Intendente, 1897-1911 (Antonio José de Lemos). **O município de Belém: 1908** – Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1909. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1909, p. 281.

Não há melhor allegoria ao nome da cidade que as que se referem á sua homonyma da Judéa [...]. Ora, nas representações do menino Jesus na mangedeira figuram ordinariamente o boi e o asno de que não se trata nos Evangelhos, mas cuja presença como integração da natividade é crença tradicional que se apoia nas palavras do propheta Isaias: [...] o boi conheceu o seu possuidor e o asno o estábulo de seu Senhor [...] E' o que explica no escudo da nossa Belém estarem os ditos animaes de cabeça erguida, como quem admira alguma coisa que não póde ser o sol do quartel superior.<sup>1</sup>

Em 1908, Fernando Vieira Ferreira explicava dessa forma a presença do boi e do asno no quarto quadrante do Escudo de Armas de Belém. Para além de uma questão simbólica, determinadas espécies de animais, como o boi e o asno, estavam presentes no cotidiano da capital paraense, transportando pessoas e mercadorias, servindo de alimentos, ou animando os lares dos moradores da capital paraense. Segundo Gilberto Freyre, “o *bicho*, na formação social e psicológica do brasileiro, é um complexo de vasta projeção sobre a personalidade

<sup>1</sup> BELÉM. Intendente, 1897-1911 (Antonio José de Lemos). **O município de Belém: 1908** – Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1909. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1909. p. 278- 279.

nacional e individual. É uma das palavras de maior elasticidade do sentido em nossa língua. Dentro dela cabe um mundo de coisas vagas: reais e imaginárias”<sup>2</sup>. Para o autor, a presença concreta do bicho influencia as relações humanas, permeando-as de simbolismo.

Mesmo com tal importância, o portal R7 publicou uma notícia, em 2011, dizendo que cerca de 200 mil animais estão abandonados em Belém e precisam de ajuda. A notícia ressalta que “sem nenhuma ajuda do Estado, voluntários cuidam de cães, gatos, cavalos e outros animais sem dono resgatados das ruas de Belém, capital do Pará”. Ainda que “depois de uma vida de trabalho duro, alimentação pobre e maus-tratos, cavalos são deixados à própria sorte por seus antigos donos e correm o risco de morrer sem o socorro adequado”<sup>3</sup>.

Dentre os bichos abandonados, estão os animais de tração. Segundo a jornalista Thaís Rezende, “a maioria dos carroceiros não está preocupada com a saúde destes animais e chegam a abandonar os bichos quando eles estão doentes ou velhos demais para trabalhar”. Mesmo sendo “a forma de sustento de uma família, a maioria força os animais a trabalhar exaustivamente, puxando grandes pesos em uma carroça nem um pouco adequada para o serviço de tração”. O descaso com os animais de tração tem suas consequências: “vários destes animais não recebem sequer um banho ou alimentação, sendo soltos nas vias públicas para que se alimentem de capins de beira de rua. Isto contribui muito para a ocorrência de acidentes de trânsito e morte destes animais por atropelamento”. Para evitar isso, a Companhia de Transportes de Belém faria o cadastramento das cerca de 1700 carroças que circulam na capital paraense. Após o cadastramento, os animais passariam por uma avaliação para autorizar ou não a permanência da atividade do carroceiro<sup>4</sup>.

Segundo o jornalista Gil Sóter, em maio de 2013, a prefeitura de Santa Cruz do Arari, localizada na ilha do Marajó, estado do Pará, provocou uma polêmica: “cerca de duzentos cães foram capturados por servidores municipais e enviados para a zona rural da cidade”. De acordo com Marcelo Pamplona, prefeito da cidade, “a ação ocorreu porque havia muitos cachorros nas ruas, o que provocava sujeira e transmitia doenças para a população”. Contudo, a atitude da prefeitura desagradou parte dos moradores do município. Segundo denúncias, “até mesmo animais com donos foram capturados, e muitos teriam morrido por maus-tratos.

---

<sup>2</sup> FREYRE, Gilberto. **Pessoas, coisas e animais**. Rio de Janeiro: Globo, 1981. p. 235.

<sup>3</sup> R7. **Belém tem 200 mil animais abandonados nas ruas**; saiba como denunciar maus-tratos. Jan. 2011. Disponível em: <<http://entretenimento.r7.com/bichos/noticias/belem-tem-200-mil-animais-abandonados-nas-ruas-20110125.html>>. Acesso em: 25 jan. 2011.

<sup>4</sup> REZENDE, Thaís. **Carroças vão passar por fiscalização mais rigorosa em Belém**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2012/05/carrocas-vaopassarporfiscalizacao-maisrigorosa-em-belem.html>>. Acesso em: 28 maio, 2012.

Vídeos registram cachorros sendo laçados até por crianças, que teriam recebido dinheiro para caçar os animais”<sup>5</sup>.

As referidas notícias revelam preocupação com os maus-tratos aos animais e com as consequências do abandono de bichos no ambiente da cidade, ocasionando a interferência do poder público.

Na presente dissertação, eu analiso, entre 1892-1917: a intervenção dos governos municipais de Belém sobre os maus-tratos aos animais de tração; a soltura de bichos nas ruas e praças da capital paraense; e a posse de cães, sem licença municipal. Como ocorreu essa intervenção? Quais foram os desdobramentos práticos disso? Em 1892, temos as primeiras notícias acerca da existência de touradas em Belém, as quais entraram como elemento importante da referida análise. Entre 1897-1911, a interferência do poder público sobre a relação sociedade e animais se intensifica com a Intendência de Antonio Lemos, quando, segundo Sarges, “já se consolidara o regime republicano”, a Amazônia se inseria em “pleno apogeu da economia gomífera”, e Lemos representava o administrador municipal que “intensificou a renovação estética da cidade”<sup>6</sup>. Porém, animais soltos permaneceram no ambiente da cidade após essa gestão municipal, e os jornais de 1917 expressavam a gravidade desse problema.

Para entrar em contato com a Belém de 1892-1917 foi necessária a utilização de vestígios dessa época. Segundo Marc Bloch, o “conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, [...] deve ser um conhecimento através de vestígios”, ou seja, “a marca, perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar”. Contudo, o passado pode atuar como “tirano” de seus “exploradores”, porque “proíbe-lhes conhecer de si qualquer coisa a não ser o que ele mesmo lhes fornece, [conscientemente ou não]”<sup>7</sup>.

Os vestígios podem corresponder tanto a testemunhos voluntários quanto a não voluntários, os quais levaram a investigação histórica a depositar cada vez mais sua confiança, porque esses indícios não apenas permitem suplementar os testemunhos voluntários “quando estes apresentam lacunas, ou controlá-los, caso sua veracidade seja suspeita; eles afastam de nossos estudos um perigo mais mortal do que a ignorância ou a inexatidão: o de uma

---

<sup>5</sup> SÓTER, Gil. **Prefeito de Santa Cruz do Arari, PA, causa polêmica ao caçar cães de rua**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/06/prefeito-de-santa-cruz-do-arari-pa-causa-polemica-ao-cacar-caes-de-rua.html>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

<sup>6</sup> SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1910). Belém: Paka-Tatu, 2000. p. 93.

<sup>7</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000. p. 73-77.

irremediável esclerose”<sup>8</sup>. Por isso, eu utilizei diversos tipos de vestígios: *Códigos de Posturas, Relatórios dos Intendentes Municipais, Leis e Resoluções do Conselho e Atos e Decisões do Executivo Municipal, O Pará em 1900, Álbum do Pará de 1901-1909, jornais, e romances*.

Por meio dos *Códigos de Posturas*, fiquei sabendo que já existia, durante o século XIX e início do XX, uma medida legislativa para proibir os maus-tratos sobre os animais de tração, e a soltura de bichos nas ruas e praças de Belém. Segundo Cruz, as primeiras Posturas “eram traçadas pela Câmara Municipal, mas postas em vigor pelo governo da Província. Constituíam, por assim dizer, o Código dos bons costumes. Um conjunto de Artigos obrigando os moradores a determinados deveres”, que remetiam aos “costumes da época”, como o que “proprietários de gado cavalari e bovino faziam das praças públicas, pastagens para seus animais”<sup>9</sup>. Os principais Códigos que eu analisei foram o *Código de Posturas de 1890*, o *Código de Polícia Municipal de 1900* e o *Código de Polícia Municipal de 1916*.

Dentre os *Relatórios dos Intendentes Municipais*, destaca-se o de Antonio Lemos. Segundo Sarges, o Intendente queria “fazer vitrine” de Belém, tornando-a “mais visível ao mundo civilizado, dando a seus feitos de intendente um sentido maior de universalidade”. Por isso, “o administrador apresentou ao mundo europeu, em luxuosas brochuras, os relatórios dirigidos ao Conselho Municipal”, em que constava a aplicabilidade do Código de Polícia Municipal, como o do número de multas impostas a cada ano aos infratores dos artigos desse Código<sup>10</sup>. Outros Relatórios que eu analisei foram os dos Intendentes *Virgilio Mendonça*, de 1912, *Dionysio Bentes*, de 1914, e *Antonio Pinheiro*, de 1916.

Os *jornais*, por seu turno, assumiram diferentes características ao longo do tempo. Segundo Luca, “o caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século XIX”, quando “contava com contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo”. No século XX, “os jornais diários profissionalizavam-se, sem perder o caráter opinativo e de intervenção na vida pública”, alterando a “forma de abordar a notícia, expressa no declínio da doutrinação em prol da informação”, e a “estruturação e distribuição interna do

---

<sup>8</sup> BLOCH, Marc. Op cit., p. 73-77.

<sup>9</sup> CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973. v. 2. p. 281.

<sup>10</sup> SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do “Velho Intendente” Antonio Lemos**. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 102-108.

conteúdo”. Ao lado das reportagens, entrevistas e inquéritos, “adensavam-se as seções dedicadas a assuntos policiais, esportes, lazer, vida social e cultural, crítica literária”<sup>11</sup>.

Os jornais que eu analisei foram o *Correio Paraense*, *O Democrata*, *Diário de Notícias*, *Estado do Pará*, *Folha do Norte*, *O Jornal*, *O Pará*, *A Província do Pará*, e *A Republica*. Neles, havia colunas dedicadas a informar alguns fatos cotidianos, como a apreensão por fiscais de animais que andassem soltos pelas ruas e praças de Belém, mordidas de cães, além de opiniões sobre os maus-tratos aos animais de tração e as manifestações de inteligência nos bichos.

O romance foi uma importante fonte histórica. Segundo Lacapra, “seu valor está na sua função referencial – na medida em que ele funciona como uma vitrine da vida ou das transformações no passado”, fazendo com que o historiador se concentre “sobre o conteúdo do romance – sua representação da vida social, seus personagens, seus temas e assim por diante”. Por isso, “o romance é útil à pesquisa histórica na medida em que pode ser convertido em informação ou conhecimento útil”. Para o historiador, “os contextos de interpretação são ao menos três: os da escrita, da recepção e da leitura crítica”. Na presente dissertação, o interesse maior foi pelos primeiros, que “incluem tanto as intenções do autor quanto as mais imediatas situações biográficas, sócio-culturais e políticas com suas ideologias e discursos”<sup>12</sup>. Os principais romances que eu utilizei foram *Hortência* e *Belém do Grão-Pará*.

Apesar do romance *Hortência*<sup>13</sup> não se inserir no período de 1892-1917, parte de suas informações foram úteis à minha pesquisa, pois mencionavam tipos de maus tratos empregados sobre os animais de tração, semelhantes aos constatados nas fontes desse recorte temporal. Além disso, o ano em que esse romance fora publicado pela primeira vez, 1888, é próximo ao período pesquisado.

Em *Belém do Grão-Pará*<sup>14</sup>, Dalcídio Jurandir cita “situações sócio-culturais” que eu me interessei, como a presença das carrocinhas no cotidiano da cidade, e o *jogo do bicho*, que serviu pra eu entrar em contato com parte do pensamento popular acerca dos animais.

---

<sup>11</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 133, 137- 138.

<sup>12</sup> LACAPRA, Dominick. História e romance. **Revista de História**. Campinas: UNICAMP, v. 2, n. 3, p. 116-118, 1991.

<sup>13</sup> CARVALHO, João Marques de. **Hortência**. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria de Cultura, 1989 [1888]. Primeiro romance belenense, escrito por Marques de Carvalho e publicado em 1888, que tem como tema central um caso de incesto entre os personagens Lourenço e Hortência.

<sup>14</sup> JURANDIR, Dalcídio. **Belém do Grão Pará**. São Paulo: Livraria Martins, 1960. p. 161. Apesar de ter sido publicado pela primeira vez em 1960, a obra me serviu como fonte histórica porque retrata a história de Alfredo, personagem que nasceu e morava em Cachoeira do Arari, ilha do Marajó, e vem para Belém para se aprimorar nos estudos, na década de 1910, época que se insere no recorte temporal da presente pesquisa.

Mesmo os documentos que não mencionavam explicitamente os maus-tratos aos animais de tração e os bichos que andavam soltos nas ruas e praças de Belém, interessaram-me nesta dissertação. Como diria Bloch, “o que os textos nos dizem expressamente deixou hoje em dia de ser o objeto predileto de nossa atenção. Apegamo-nos geralmente com muito mais ardor ao que ele nos deixa entender, sem haver pretendido dizê-lo”.<sup>15</sup> Para extrair desses tipos de vestígios o que me interessava, foi preciso que eu travasse uma relação de diálogo com a fonte histórica.

Segundo Thompson, a “relação entre o conhecimento histórico e seu objeto não pode ser entendida em nenhum caso em termos que supõe que um é função do outro. O instrumento interrogativo e a resposta são mutuamente determinantes, e sua relação somente pode ser entendida *como diálogo*”<sup>16</sup>. Mas, a partir do momento que fazemos as testemunhas falar, mesmo a contragosto, “mais do que nunca impõe-se um questionário”, pois os documentos “não falam senão quando sabemos interrogá-los”<sup>17</sup>. As interrogações que eu empreguei no diálogo com as documentações tiveram como suporte teórico o conceito de natureza, de Donald Worster, e de civilização, de Norbert Elias.

A flexibilidade do conceito de natureza serviu para eu entender as percepções que parte dos moradores de Belém tinha acerca dos animais. Para Worster, “vale a pena conservar a distinção” entre “natureza” e “artefato”. Essa diferença “nos lembra que há forças diferentes operando no mundo e que nem todas elas nascem dos humanos; algumas delas são espontâneas e auto-geradas”. As referidas forças “interferem na vida humana, estimulando algumas reações, algumas defesas, algumas ambições”.

Por outro lado, na análise da relação sociedade e natureza, “vem aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo ou de um grupo com a natureza”<sup>18</sup>. Por isso, Keith Thomas ressalta que “é impossível desemaranhar o que as pessoas pensavam no passado sobre plantas e animais daquilo que elas pensavam sobre si mesmas”<sup>19</sup>.

Em muitos documentos que eu investiguei, diferentes autores utilizaram as palavras “civilizado” e “civilização” para melhor fundamentar suas argumentações. Elas eram

---

<sup>15</sup> BLOCH, Marc. Op cit., p. 78.

<sup>16</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Obra essencial**. Barcelona: Crítica, 2002. p. 512.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 79.

<sup>18</sup> WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 201, 202.

<sup>19</sup> THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 20.

normalmente empregadas no sentido que Norbert Elias definiu como a um “processo ou, pelo menos, seu resultado. Dizem respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente ‘para frente’”, minimizando “as diferenças nacionais entre os povos: enfatiza o que é comum a todos os seres humanos ou – na opinião dos que o possuem – deveria sê-lo”, incluindo “a função de dar expressão a uma tendência continuamente expansionista de grupos colonizadores”<sup>20</sup>.

A presente dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, eu traço um panorama da Belém da época pesquisada, analisando as transformações urbanas operadas na capital paraense, os sujeitos que a compunham e os problemas de infraestrutura, para perceber em que cidade e sociedade os animais se inseriam. No segundo, eu analiso os artigos dos Códigos de Posturas que proibiam os maus-tratos sobre os animais de tração. Para tanto, foi necessário estabelecer relações com as touradas e os condutores desses animais. No terceiro capítulo, eu problematizo as normas que não permitiam a soltura de animais pelas ruas e praças da capital paraense, e ter cães, sem licença municipal.

---

<sup>20</sup> ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio Janeiro: J. Zahar, 2011. v. 1, p. 23-25.

## CAPÍTULO 1

### BELÉM: FACES DA MODERNIZAÇÃO

Não pode ser mais digno de lastima o estado a que chegou a viação publica de Belém, por falta de asseio, com manifesta preterição das clausulas estabelecidas no contracto para o serviço de limpeza das ruas e praças, desobstrucção das calhas ou sargetas e desinfecção das bôccas de lobo.<sup>21</sup>

O trecho supracitado corresponde a um dos primeiros registros de Antonio Lemos no livro “Actos e Decisões do Executivo Municipal (1897-1901)”, três dias após assumir o cargo de intendente municipal de Belém em 15 de novembro de 1897. Nele, Lemos expressava sua indignação contra o precário estado das vias públicas da capital paraense, ressaltando que havia pelas ruas “montes de lixo, objectos de uso despresados, residuos de toda especie”. O intendente também chamava a atenção para “o abuso de passearem livremente, pelas ruas e praças, quadrúpedes e outros animaes, e o de fazer-se córador de roupas em logares prohibidos pelas posturas”<sup>22</sup>.

Outro problema apontado por Lemos ao assumir o cargo de gestor municipal era a “falta de habito na applicação de severa e prudente fiscalisação”, gerando “no espirito de uma parte da população a ideia de que o policiamento municipal não era coisa a que lhe cumpria submitter-se”. O intendente destacava nesse sentido o caso dos “mercadores ambulantes”, que estariam “semeando de immundicies os locaes que impunemente occupavam, convencidos de exercerem ou estarem á sombra de um direito”<sup>23</sup>.

O memorialista De Campos Ribeiro nos lembra os tipos de vendedores ambulantes que Antonio Lemos poderia se deparar. Segundo esse autor, compunham a fisionomia das ruas do bairro Umarizal, “sonoras figuras de pregoeiros de doces, de mingau, de ovos e galináceos, de garrafadas, hervas e raizes miraculosas, de par com marralheiros compradores de joias inutilizadas, pedaços de anéis, brincos, cordões”. Entre eles havia “gente estrangeira de nacionalidade indeterminável pelo sotaque”, a “velha e gorda mingauzeira”, o negro de

---

<sup>21</sup> BELÉM. Intendencia Municipal. **Actos e decisões do Executivo Municipal (1897-1901)**. Belém: Secção de Obras d’A Provincia do Pará, 1902. p. 7.

<sup>22</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>23</sup> BELÉM. Intendente, 1897-1911 (Antonio José de Lemos). **O município de Belém: 1897-1902: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1902**. Belém: Typographia Alfredo Augusto Silva, 1902. v. 1, p. 32.

“tabuleiro à cabeça” com sua “farmácia indígena ambulante” e o “velho português” com seus “ovos de quintal”<sup>24</sup>.

Para findar com a imagem da cidade insalubre e indisciplinada, Lemos dizia que o seu principal cuidado foi “empregar dedicadamente o tempo” na reorganização dos serviços municipais, tratando logo “de prover a cidade de melhor serviço de limpeza”, e, “por espírito de justiça”, providenciou “para que todas as praças e logradouros públicos recebessem eguaes cuidados”. Apesar do esforço do intendente de tentar se diferenciar das administrações municipais anteriores, a remodelação de Belém vinha sendo operada ao longo da segunda metade do século XIX, devido, entre outras coisas, ao crescimento econômico e populacional da capital paraense advindo da comercialização de borracha.

### 1.1) Mudanças na cidade

Segundo Weinstein, até 1839, a alta sensibilidade da borracha a mudanças de temperatura “limitava seriamente a sua utilização”. Após esse ano, quando “Charles Goodyer aperfeiçoou o processo de vulcanização”, a demanda pela borracha aumentou consideravelmente, pois “a borracha vulcanizada, resistente ao calor e ao frio, era apropriada para uma ampla gama de produtos, desde rodas dentadas, correias, mangueiras e telhas, até suspensórios, sapatos e capas de chuva”<sup>25</sup>.

A Amazônia possuía a borracha em quantidade, e em qualidade, para atender às demandas do mercado consumidor. Conforme Weinstein, “a Amazônia foi virtualmente a única fornecedora de borracha até a década de 1880”, porque era o “hábitat da *Hevea brasiliensis*”. Ainda na virada do século, “a produção amazônica de borracha de alta qualidade excedia de muito a de seu concorrente mais próximo, a África Ocidental”. Somente após 1912 “as plantações asiáticas de borracha arrebataram da Amazônia a posição de primeiro produtor mundial”, devido à aclimação bem-sucedida da hévea<sup>26</sup>.

A borracha produzida era destinada para as casas aviadoras localizadas em Belém e Manaus. Segundo Weinstein, essas casas eram armazéns de aviadores nos quais a borracha “era inspecionada, para detectar impurezas, encaixotada e preparada para a exportação”,

<sup>24</sup> RIBEIRO, De Campos. **Gostosa Belém de outrora...** Belém: SECULT, 2005. p. 68-70.

<sup>25</sup> WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920.** São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. p. 22-23.

<sup>26</sup> Idem.

ocupando lugar central na cadeia comercial do referido produto devido suas múltiplas funções<sup>27</sup>.

A comercialização da borracha contribuiu em grande medida para intensificar a atividade comercial em Belém. Segundo Penteado, a cidade se transformou “num centro exportador de borracha e importador e redistribuidor de grande quantidade de produtos variados, desde os alimentares até utensílios e equipados diversos”<sup>28</sup>.

A população de Belém aumentou com o crescimento econômico. Conforme Cancela, a capital paraense iniciou o século XIX “com cerca de 12.500 habitantes. Passado um pouco mais de meio século, no ano de 1868, esse número é duplicado. Neste período, a economia da borracha ascendera, e a renda da província, advinda das taxas de exportação, crescera mais de 100% entre os anos de 1852 e 1865”<sup>29</sup>.

O aumento populacional e a crescente movimentação do porto de Belém tornaram o bairro comercial altamente valorizado e ocupado. Segundo Penteado, isso determinou a transferência das “melhores e mais ricas famílias” para os bairros do Umarizal, Nazaré e Batista Campos, “onde a terra mais barata compensava a aquisição de grandes lotes e a construção de vivendas mais amplas e confortáveis, em sítios mais ventilados, sem o acanhamento e o abafamento das estreitas ruas do bairro comercial”<sup>30</sup>.

Para atender a essa demanda populacional, novas obras públicas foram construídas em Belém. Segundo Penteado, na década de 1850 foi inaugurado o cemitério da Soledade, iniciou-se a terceira igreja de Nazaré e substituiu-se “o velho sistema de iluminação com azeite de andiroba pelo a gás líquido”. Entre 1860-1870, foi construído o Mercado Municipal junto ao Ver-o-Peso, inaugurou-se o sistema de “iluminação a gás carbônico (que iria perdurar até 1896)” e a colônia portuguesa fundou o Hospital D. Luiz e o Grêmio Literário. Na década de 1870, construiu-se o edifício do Arquivo e Biblioteca Pública e inauguraram-se os “serviços telegráficos através de cabos submarinos e o célebre Teatro da Paz”<sup>31</sup>.

O crescimento populacional também implicou na implantação do sistema de água canalizada em Belém, em 1879. Segundo Pereira, esse sistema atendia as residências “cada vez mais distantes dos rios, dos igarapés e das fontes naturais” e necessidades como a “lavagem das ruas para evitar a concentração de dejetos (foco constante de doenças)”; o uso

<sup>27</sup> Weinstein, Barbara. Op cit., p. 33, 34.

<sup>28</sup> PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém do Pará – Estudo de Geografia Urbana**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968. v. 1, p. 127.

<sup>29</sup> CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e família em uma capital amazônica (Belém – 1870-1920)**. Belém: Açáí, 2011. p. 68.

<sup>30</sup> Ibidem, 135.

<sup>31</sup> PENTEADO, Antonio Rocha. Op cit., p. 127-130.

de água “para apagar os incêndios (algo relativamente frequente em uma cidade onde muitas casas eram de palha)”; e o “maior consumo doméstico de água seja para beber, para a produção de alimento, para o banho, para a lavagem de roupa, etc.”<sup>32</sup>.

Esse contexto também exigia o melhoramento do serviço de transporte. Segundo Ernesto Cruz, no século XVIII, os principais meios de locomoção que existiam na capital paraense eram a sege, a serpentina e o cavalo<sup>33</sup>. Para Fornari e Caminha, a sege era um “coche antigo de duas rodas e com um único assento, fechado, com cortinas e tirado por um cavalo”<sup>34</sup>. Conforme Cruz, as serpentinhas eram “vistas e confortáveis redes”, em que as donas de escravos “costumavam se acomodar para ir à missa e ao comércio”, carregadas por negros cativos. Os cavalos eram os preferidos dos homens, “correndo pela cidade em disparada, provocando o protesto dos Oficiais da Câmara”<sup>35</sup>.

Do título “Dos cocheiros, boleiros”<sup>36</sup>, conductores de carros, carroças, bonds, etc.”<sup>37</sup> do Capítulo XV do Código de Polícia Municipal de 1900, infere-se que, na segunda metade do século XIX, havia outros veículos circulando em Belém, como os coches, as carroças e os bondes. Para Edmundo, os coches<sup>38</sup> eram veículos luxuosos, “de quatro rodas, duas das quais, as da frente, muito baixas”, compondo a linha de carruagem “nunca menos de dois cavalos atrelados”<sup>39</sup>. Sobre as carroças, Fornari e Caminha dizem que elas eram “carros grosseiros”, tracionados normalmente por cavalo, burro ou boi<sup>40</sup>. De acordo com os mesmos autores, os bondes eram veículos de “transporte urbano coletivo sobre trilhos”, inaugurado em Nova York em 1842, “onde se chamava *tramway*”, puxados por cavalos ou muare<sup>41</sup>.

<sup>32</sup> SILVA, Ivo Pereira da. **Terra das águas**: uma história social das águas em Belém, século XIX. 2008. 75 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

<sup>33</sup> CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973. v. 2, p. 466 - 467.

<sup>34</sup> Segundo os mesmos autores, sege vem do francês “siège”, que significa “assento”. Cf: FORNARI, Claudio; CAMINHA, Lannes de S. **O cavalo**: grandeza e legado: a família equídea e o que ela inspirou. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011. p. 428.

<sup>35</sup> CRUZ, Ernesto. Op cit., p. 467.

<sup>36</sup> Boleiro, como também era chamado o cocheiro. Cf: FORNARI, Claudio; CAMINHA, Lannes de S. Op cit., p. 153.

<sup>37</sup> BELÉM. Conselho Municipal. Código de Polícia Municipal. In: BELÉM. Conselho Municipal. **Leis e Resoluções Municipais (1900)** – Codificadas na Administração municipal do Senador Antonio José de Lemos. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & Ca., 1901. p. 43.

<sup>38</sup> Segundo Fornari e Caminha, os coches foram fabricados pela primeira vez por “artesãos húngaros na aldeia de Kocs, donde o seu nome original, *kocsi*, e logo popularizados na Alemanha com o nome de *kitsche*”. Cf: FORNARI, Claudio; CAMINHA, Lannes de S. Op cit., p. 153.

<sup>39</sup> EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis – 1763-1808**. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Federal, 2009. p. 118 - 119.

<sup>40</sup> Para esses autores, o nome do veículo vinha da França, onde era chamada de *carrosse*, “que era a designação de uma carruagem de luxo”. Cf: FORNARI, Claudio; CAMINHA, Lannes de S. Op cit., p. 111, 153, grifo do autor.

<sup>41</sup> Ibidem, p. 79, grifo do autor.

Na capital paraense, a instalação do serviço de bondes ocorreu em 1868. Segundo Ernesto Cruz, “a 23 de outubro de 1868 foi concedido ao cidadão James B. Bond, pela Carta de Lei n. 585, o privilégio exclusivo, por 30 anos, para explorar o serviço de transporte coletivo em Belém”. A “origem do bonde” vinha do “nome do concessionário desse melhoramento público, que se propunha a conduzir pessoas e materiais”<sup>42</sup>.

Em 1869, Bond se comprometeu a estabelecer a primeira linha de transporte urbano coletivo de Belém. Conforme Cruz, a linha “tinha começo no Largo da Sé e ia até o Largo de Nazaré, além da ermida”<sup>43</sup>. Os carros passavam por importantes vias públicas da capital paraense, como a Rua da Cadeia, hoje Conselheiro João Alfredo, Travessa Misericórdia, atual Praça Barão do Guajará, Rua São Vicente, agora Paes de Carvalho, Travessa dos Mirandas, hoje Avenida Presidente Vargas, largo de D. Pedro II, atual Praça da República, “de onde tomavam a direção da Estrada de Nazaré, até o fim da linha”<sup>44</sup>.

O estabelecimento da segunda linha de bondes se deu com uma nova concessionária. Segundo Cruz, a concessão do serviço de transporte coletivo foi transferida de James B. Bond para a firma Bueno & Cia, e desta para a Sociedade Anônima “Companhia Urbana da Estrada de Ferro Paraense”, a 13 de outubro de 1870. A nova empresa estabeleceu a segunda linha de bondes, que “ia do ponto terminal de Nazaré à pedra comemorativa do Marco da Légua”<sup>45</sup>. Além disso, a Companhia Urbana “ampliou os termos das cláusulas da concessão obtida por James Bond”, que passava a abranger, além das ruas já discriminadas, artérias como a Dom Romualdo de Seixas, 9 de Janeiro, José Bonifácio, Domingos Marreiros e São Jerônimo<sup>46</sup>.

Paralelamente à remodelação de Belém, ocorria a proibição de hábitos praticados pela população da cidade por meio do Código de Posturas, que, segundo Cruz, era “um conjunto de Artigos obrigando os moradores a determinados deveres”<sup>47</sup>.

Dentre as proibições mais antigas, poder-se-ia encontrar uma relacionada ao uso de animais no Código de 1831: “Os porcos encontrados vagando pelas ruas, praças e lugares

---

<sup>42</sup> CRUZ, Ernesto. Op cit., p. 467- 468.

<sup>43</sup> Largo da Sé, hoje Praça D. Frei Caetano Brandão; Largo de Nazaré, atual Bairro de Nazaré. Nesse último caso, o nome permaneceu por “estar ali edificada a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré. Principiou por uma Ermida, depois transformada numa Igreja, e agora representada por uma suntuosa Basílica”. Cf: CRUZ, Ernesto. **Ruas de Belém:** significado histórico de suas denominações. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970. p. 31, 115.

<sup>44</sup> CRUZ, Ernesto. Op cit., 1973. p. 468.

<sup>45</sup> Marco da Légua significava “a implantação do marco da posse da primeira légua patrimonial de Belém. Assinalava o término da extensão da propriedade da terra que lhe fora mandada dar, por vontade Régia”. Cf: CRUZ, Ernesto. Op cit., 1970. p. 32.

<sup>46</sup> CRUZ, Ernesto. Op cit., 1973. p. 468-470.

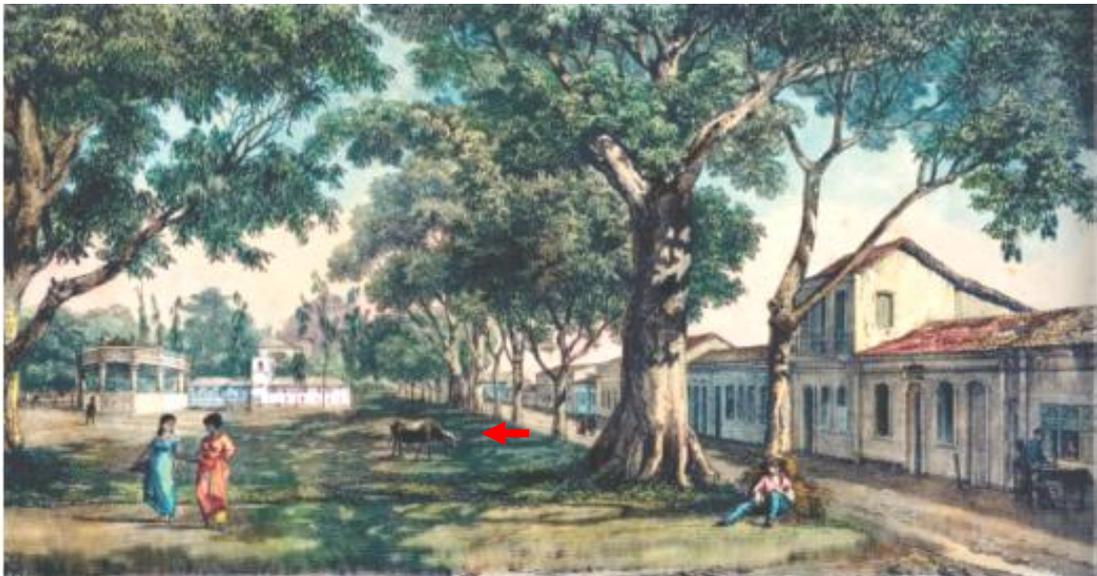
<sup>47</sup> Ibidem, p. 279.

públicos da cidade, seriam depositados no antigo Açougue, onde no fim de três dias, podiam ser vendidos em hasta pública, caso não fossem procurados pelos respectivos donos”<sup>48</sup>.

Conforme Cruz, no ano de 1855, a Câmara Municipal submeteu à aprovação do Presidente da Província as Posturas que deviam ficar em uso na capital. Entre várias outras disposições, figuravam as que proibiam terminantemente que “o gado cavalari e bovino andasse a solto pelas ruas e praças de Belém”. E em 1863 era “absolutamente proibido o uso de cães vagando pelas ruas e praças desta Cidade”<sup>49</sup>.

Para esse autor, os artigos do Código de Posturas “refletiam os costumes da época”. Ficamos sabendo, por exemplo, “que os proprietários de gado cavalari e bovino faziam das praças públicas, pastagens para os seus animais”<sup>50</sup>. Na obra *Largo de Nazareth*, imagem 2, o pintor Joseph Righini<sup>51</sup> registrou esse costume ao inserir na pintura um animal se alimentando da grama do Largo de Nazaré.

**Imagem 2 – “Largo de Nazareth”, de Joseph Léon Righini (1867).**



Fonte: <http://www.ufpa.br/cma/imagenscma.html>  
No centro, e ao fundo, animal solto pastando no Largo.

A remodelação de Belém também ocorria conforme a adoção de uma postura “civilizada”. Na França, a civilidade era a unidade de costumes tradicionais da nobreza.

<sup>48</sup> CRUZ, Ernesto. Op cit., 1973. p. 279.

<sup>49</sup> Ibidem, p. 281, 285.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 281.

<sup>51</sup> Joseph Léon Righini (Turim, Itália, 1820 – Belém, Pará, 1884). Pintor, desenhista, gravador, fotógrafo, cenógrafo, professor. Estudou na Academia de Belas Artes de Turim. Veio para o Brasil por volta de 1856 e fixou-se no Maranhão e no Pará. Em 1867, foi publicada por Conrad Wiegandt a série de litografias Panorama do Pará em Doze Vistas, desenhadas por J. L. Righini. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/cma/imagenscma.html>>.

Segundo Elias, após a Revolução de 1789, a burguesia adotou parte desses hábitos, pois, embora destruindo a velha estrutura política durante a revolução, ela “estava estreitamente vinculada à tradição de corte em seu comportamento e no controle de suas emoções”. A partir de então, a civilidade foi utilizada pelos burgueses para justificar a expansão nacional e colonial dos franceses<sup>52</sup>.

Os comportamentos “civilizados” eram divulgados por meio de manuais, em que se destacavam, segundo Schwarcz, regras de higiene relacionadas ao “asseio pessoal” e à troca da “roupa de baixo”, tão logo estivesse “suja, suada e úmida”, por exemplo. Esses guias também davam conselhos sobre a “arte de falar em público”, recomendando que “aqueles que possuem línguas muito compridas devem evitar pô-las em demasia para fora da boca, para não incomodar os demais convidados”. Além disso, procuravam “regulamentar e cercear os impulsos nos mais diferentes lugares”: o espirro, por exemplo, deveria “ser domesticado e limitado às horas de maior privacidade”. Os manuais destacavam ainda “peculiaridades no comportamento de cada um dos sexos. Aos homens polidez e urbanidade e às mulheres um falar suave e um ar reservado”<sup>53</sup>.

Esses guias chegaram ao Brasil em meados do século XIX. Conforme Schwarcz, era por meio deles “que se espelhava a civilização europeia, era levando em conta seus conselhos que se coloriam os trópicos com tintas temperadas”. Nesse momento, “as cidades tomam novo impulso”, e as “elites rurais passam a conviver socialmente com mais intensidade”. Parte da elite do café, por exemplo, deixava sua fazenda e ia viver nos grandes centros, onde “a vida em comunidade ganha força, assim como os programas sociais propriamente ditos”, como bailes, teatros, jantares e concertos<sup>54</sup>.

A elite do comércio da borracha também procurava adotar uma postura civilizada. Para Sarges, “os donos de seringais, na maioria, moravam na cidade, atraídos pelo conforto que esta lhes oferecia, experimentando os prazeres da *belle-époque*”<sup>55</sup>. Os seringalistas construíram suas residências inspirados “no *Art Nouveau*, com azulejos de Portugal, colunas de mármore de Carrara e móveis de ebanistas franceses”<sup>56</sup>.

<sup>52</sup> ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. 1, p. 59-61.

<sup>53</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 197-201.

<sup>54</sup> Ibidem, p. 202.

<sup>55</sup> Segundo Hobsbawm, “de meados dos anos 1890 à Grande Guerra, a orquestra econômica mundial tocou no tom maior da prosperidade, em vez de no tom menor da depressão. A afluência, baseada no boom econômico, constituía o pano de fundo do que ainda é conhecido no continente europeu como ‘a bela época’ (*belle époque*)”. Cf. HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios**, 1875-1914. São Paulo: Paz e Terra, 2009. p. 81.

<sup>56</sup> SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1910). Belém: Paka-Tatu, 2000. p. 54, grifo da autora.

Para seu lazer, “mandavam buscar companhias artísticas na França, em Portugal e Rio de Janeiro, que fizeram época no Teatro da Paz”, e frequentavam casas de diversões, “como o Café Chic, Café da Paz (local preferido para discussão política), Moulin Rouge, Chat Noir, Café Madri e Café Riche, este último considerado um dos principais centros da sociedade paraense”. Sarges ressaltava, acerca dessa elite, que “embora dependentes financeiramente de Londres e Estados Unidos, estavam culturalmente ligados a Paris, uma das cidades-pólos da *Belle-Époque*, cidade símbolo da fase áurea da modernidade”<sup>57</sup>.

## 1.2) “Ordem e progresso” na cidade

A instituição da República, em 1889, prometia ampliar a remodelação de Belém e punir com maior vigor aqueles que desobedecessem às determinações do Código de Posturas. Segundo Castro, para os republicanos daquela época, “a situação histórica específica do Brasil era pensada como uma etapa de um percurso já realizado pelas nações ‘mais adiantadas’”, cumprindo “apressar a marcha do progresso do país, de forma a que ele passasse a tomar parte, ativamente, na história universal”<sup>58</sup>.

O conceito de progresso estava ligado ao de modernização. Conforme Sevcenko, acompanhar o primeiro “significava somente uma coisa: alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia européia”<sup>59</sup>. Esse alinhamento era pensado como expressão da modernidade, por meio, segundo Sarges, “do desenvolvimento da vida urbana, da construção de ferrovias, da intensificação das transações comerciais e da internacionalização de mercados”<sup>60</sup>.

A veiculação de imagens era um dos principais instrumentos para a propagação do ideal de progresso. Segundo Farias, os republicanos investiram no “uso de iconografias publicadas nos dias festivos e que faziam parte de uma composição com os textos escritos”. As imagens eram importantes porque assinalavam “o início dos novos tempos marcados pelo ‘progresso’”, e “poderiam atingir um grupo maior, ou seja, a camada iletrada da sociedade”<sup>61</sup>,

<sup>57</sup> SARGES, Maria de Nazaré. Op cit. p. 54-55, grifo da autora.

<sup>58</sup> CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 17.

<sup>59</sup> SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 29.

<sup>60</sup> SARGES, Maria de Nazaré. Op cit., p. 92.

<sup>61</sup> Segundo Moura, “o governo conseguia reunir um grupo de pessoas para homenagearem o novo regime, seja distribuindo alimentos, ofertando prêmios nas regatas da baía do Guajará, oferecendo gratuitamente ingressos para as corridas no Jockey-Club paraense, no Velódromo (corridas de bicicletas e pedestres) ou nas touradas”. Cf: MOURA, Daniella de Almeida. **A República paraense em festa (1890-1911)**. 2008. 68 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

o que não poderia ser feito apenas através de discursos impregnados pelo cientificismo e, portanto, inacessíveis à maioria da sociedade”. Para tanto, “os símbolos<sup>62</sup>, personalidades e datas que marcaram a transição do regime político no Brasil deveriam ser lembrados e comemorados de forma eficiente”<sup>63</sup>.

Para colocar em prática o ideal de progresso, os republicanos precisavam ter o recurso financeiro necessário para investir na remodelação das cidades. Nesse sentido, as grandes cidades do norte do Brasil viviam um momento favorável, devido ao apogeu da economia da borracha. Segundo Weinstein, “o mercado da borracha permaneceu relativamente calmo até surgir a mania da bicicleta, na década de 1890, e a popularização do automóvel, após 1900”<sup>64</sup>.

O apogeu da economia gomífera acarretou o aumento da população de Belém. Segundo Cancela, “na virada do século XX, o número de habitantes estimado para a capital do Estado era de 96.500 (noventa e seis mil, quinhentos e sessenta), contra os 30.000 (trinta mil) apontados 28 anos antes, em 1872”, evidenciando o crescente aumento populacional<sup>65</sup>.

A expansão do comércio da borracha e o crescimento populacional de Belém contribuíram para intensificar a remodelação da cidade durante a Intendência de Antonio Lemos (1897-1911)<sup>66</sup>. Segundo Sarges, a ação dinamizadora dessa remodelação estava também associada “aos valores estéticos de uma classe social em ascensão (seringalistas, comerciantes, fazendeiros) e às necessidades de se dar a determinados segmentos da população segurança e acomodação”, além da colocação em prática da ideia de progresso<sup>67</sup>.

---

<sup>62</sup> Exemplar nesse sentido foi a inauguração do *Monumento à República* em Belém, em que, segundo Coelho, no topo de “uma coluna de vinte e dois metros de altura”, Michele Sansebastiano plantou uma *Marianne* que, “com seu barrete frígio à cabeça, seios proeminentes e modelados sob a cota de malha, em postura combativa, com o gládio na mão direita, era a representação da República libertária, a simbolização da tríade Liberdade-Revolução-República”. Conforme Carvalho, a inspiração veio da França, onde “a figura feminina passou a ser utilizada assim que foi proclamada a República, em 1792”, para se diferenciar da Monarquia, representada “pela figura do rei”. O primeiro selo republicano “trazia a efigie de uma mulher de pé, vestida à moda romana, segurando na mão direita uma lança, de cuja ponta pendia um barrete frígio”. Esse último “identificava os libertos na antiga Roma”, e a lança, “arma popular por excelência, era a presença do povo no regime que se inaugurava”. Cf: COELHO, Geraldo Mártires. **No coração do povo: o monumento à república em Belém – 1891-1897**. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 89-91, grifo do autor; CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 75-78.

<sup>63</sup> FARIAS, William Gaia. **O alvorecer da República no Pará (1886-1897)**. Belém: Açai, 2008. p. 43-46.

<sup>64</sup> WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. p. 23

<sup>65</sup> CANCELA, Cristina Donza. Op cit., 70.

<sup>66</sup> O apogeu da economia gomífera também possibilitou a renovação estética de Manaus. Segundo Dias, Eduardo Ribeiro, ao assumir o Governo do Estado do Amazonas em 1892, e “encarnando o ideal de progresso e prosperidade”, deu “início a um ambicioso projeto de transformação da cidade, continuado por seus sucessores”, por meio de reformas que exigia a “ordenação do espaço urbano”, o “disciplinamento de seu uso”, e o “emprego de instrumentos de controle que regulassem o modo de vida manauense”. Cf: DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto**. Manaus: Editora Valer, 2007. p. 42 - 43.

<sup>67</sup> SARGES, Maria de Nazaré. Op cit., 2000. p. 92, grifo da autora.

A imagem 3 da Planta da cidade de Belém de 1899, permiti perceber as áreas da capital paraense que vai ser objeto da ação do poder público, em um tom de coloração rosa mais escuro. Ela indica também as áreas de terreno baixo, em tom de rosa claro, onde a cidade vai expandir, com a ocupação de famílias de trabalhadores de menor renda.<sup>68</sup>

Imagem 3 - Planta da cidade de Belém do Pará de 1899.



Fonte: HAROLDOBALEIXE. 2008. Disponível em: < <http://haroldobaleixe.blogspot.com.br/2008/04/planta-da-cidade-de-belm-do-par.html>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

<sup>68</sup> PENTEADO, Antonio Rocha. Op cit., p. 157.

A administração de Antonio Lemos procurou extirpar os costumes “incivilizados” da população de Belém para renovar a estética da cidade. Para tanto, o intendente criou a Polícia Municipal em 1897. Segundo Sarges, “a formação de uma Polícia Municipal no governo de Lemos, correspondeu à nova orientação do poder público, como sistema burocrático de controle e vigilância dos componentes da sociedade”. Sarges esclarece que “já existiam agentes municipais atuando na fiscalização, mas a preocupação com a ‘educação’ da população leva o gestor municipal a criar uma ‘instituição civilizadora’”<sup>69</sup>.

A Polícia Municipal deveria aplicar multas aos transgressores do Código de Polícia Municipal, criado em 1900, em substituição ao Código de Posturas. Sarges esclarece que esse Código teve papel regulador nos aspectos mais diversos da cidade, “desde a higienização dos estabelecimentos públicos, habitações coletivas, hotéis, pensões, hospitais, barbearias, mercados, asilos, fábricas, até o controle de alimentos a serem vendidos à população”, estendendo-se à “moralidade” dos habitantes de Belém, tanto que “ficava proibido fazer ‘algazarra, dar gritos sem necessidade, apitar, fazer batuques e sambas’”<sup>70</sup>.

A higienização da cidade se constituiu num dos pontos prioritários da administração lealista. Para Sarges, “a limpeza urbana e a cremação de lixo” se tornaram uma das principais metas nesse sentido. Em 1899, o intendente ficava autorizado “a adquirir uma área destinada à instalação de um novo forno crematório de lixo e animais mortos encontrados na cidade, fazendo a referida instalação e tendo para este fim em vista o que de mais adiantado havia na Europa”. O referido forno ficava na atual Avenida 9 de Janeiro com a Rua Conceição, no bairro da Cremação<sup>71</sup>.

Na administração de Antonio Lemos, a arborização cumpriu destacado papel. Para Sarges, ela “era a busca de uma vida saudável, ligada à natureza, tanto na qualidade de vida acerca de ar purificado a partir do processo de fotossíntese, quanto a respeito da beleza que a cidade arborizada transmitia aos seus habitantes, além de amenizar o clima da *urbe tropical*”<sup>72</sup>. Por conta disso, o Código de Posturas proibia que as árvores fossem cortadas e

---

<sup>69</sup> SARGES, Maria de Nazaré. Op cit., 2000. p. 98.

<sup>70</sup> Ibidem, p. 99.

<sup>71</sup> Ibidem, p. 103.

<sup>72</sup> A valorização dos espaços arborizados também era uma forma de manter-se conectado com as civilizações europeias, onde, segundo Choay, a criação desses espaços era uma “consequência direta da revolução industrial e de seu impacto sobre a urbanização e os fluxos demográficos”. Para Bresciani, os bairros em que se concentrou a classe operária em Londres, capital da Grã-Bretanha, localizavam-se no centro da cidade, “área populosa e cercada de ruas largas e bem iluminadas, frequentadas pela alta sociedade londrina”. Nesses bairros, “uma massa de casas de três a quatro andares, construídas sem planejamento, em ruas estreitas, sinuosas e sujas”, abrigava parte da população operária. “As péssimas condições de moradia e a superpopulação são duas anotações constantes sobre os bairros operários londrinos”. Na Europa, os espaços verdes públicos respondiam, então, “em

apedrejadas, e certos grupos tinham um “intenso relacionamento com a natureza, através dos sítios, parques e bosques”, ocasionando a revalorização do Bosque Municipal, “um dos marcos da modernidade belenense”<sup>73</sup>. Um exemplo disso foi o evento de almoço dos Intendentes realizado no Bosque em 1903, registrado na fotografia – 1, a seguir. Segundo Moura, esse evento foi organizado principalmente por Antonio Lemos, “e por Augusto Montenegro, governador do Estado, com o objetivo de consultar a opinião, através dos seus representantes políticos, sobre alguns pontos pertinentes da vida política do Pará”<sup>74</sup>.

**Fotografia 1 – Banquete dos Intendentes no Bosque “Rodrigues Alves” (1903).**



Fonte: PARÁ. Governador, 1901-1909 (Augusto Montenegro). **Álbum do Estado: oito anos do governo (1901-1909)**. Paris: Chaponet, 1908, p. 45.

---

primeiro lugar, a uma exigência de higiene. Eles são também decorrentes de uma preocupação de ‘moralização das classes laboriosas’. Entretanto, sua institucionalização e sua generalização os tornarão frequentados por todas as classes sociais”. Cf: BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 24, 25; e CHOAY, Françoise. A natureza urbanizada, a invenção dos “espaços verdes”. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP**. São Paulo: EDUC, 1999. p. 104.

<sup>73</sup> SARGES, Maria de Nazaré. Op cit., p. 116-117.

<sup>74</sup> Segundo Moura, o objetivo do Banquete foi também discutir sobre “a necessidade da reforma de determinadas questões da Constituição Paraense, principalmente no que se refere à reeleição de Augusto Montenegro, ao governo do Estado, impedida pela Constituição que afirmava que o governador não poderia reeleger-se”. Cf: Moura, Daniella de Almeida. Op cit., p. 89-90.

Outra prioridade da Intendência lemista foi a pavimentação das ruas. Segundo Sarges, essa pavimentação era “uma das formas de combate à sujeira, pois ‘as lamas agridem a nova sensibilidade’”, além de se configurar em “uma preocupação com a estética do caminho por onde as famílias ricas desfilavam o seu poder e sua ostentação”. A gestão de Lemos, por exemplo, promoveu o revestimento de paralelepípedos de granito nas principais avenidas de Belém: “15 de Agosto, Nazaré, Independência, São Jerônimo (até a 22 de Junho, atual av. Alcindo Cacela), todo o bairro do Comércio, as principais ruas do Reduto e da Cidade Velha, a av. Generalíssimo Deodoro e a Praça Brasil, até a avenida Gentil Bittencourt”<sup>75</sup>.

Um dos pontos centrais da renovação estética de Belém foi a construção de suntuosas praças. Para Sarges, isso “traduzia a expansão de uma mentalidade modernizadora a serviço de uma classe que saía ao público e que exigia que os espaços por ela frequentados fossem indicadores de sua posição social”<sup>76</sup>. Esse tipo de indicação ocorria também por meio do vestuário, pois as praças não eram somente “lugares públicos de lazer”, mas também onde se identificava a que classe cada um pertencia conforme a vestimenta usada<sup>77</sup>.

Outra obra de destaque da Intendência de Antonio Lemos foi a inauguração do asilo da mendicância. Segundo Sarges, “a partir da construção do Asilo ‘esmolar a caridade pública nas ruas, praças, igrejas e edifícios públicos ou privados’ ficou terminantemente proibido”. O asilo incorporava a ideia de “isolamento do velho, do insano, do louco, presenças prejudiciais à manutenção da ordem vigente na vida cidadã, tanto que o prédio foi construído no marco final do espaço urbano”, na estrada de Bragança, entre o Marco da Léguas e o Ponto Sousa (atualmente av. Almirante Barroso)<sup>78</sup>.

O porto de Belém também foi alvo da política modernizadora, em virtude da intensa comercialização de borracha. Segundo Penteado, “o comércio necessitava de um novo cais, e inclusive, de armazéns ou depósitos para a guarda das mercadorias”. Além disso, “os pedidos de aforamento da marinha junto ao cais não eram poucos e havia necessidade de disciplinar o assunto, para evitar a ‘desordem no tráfego e economia no porto’”. O engenheiro Sabóia e

<sup>75</sup> SARGES, Maria de Nazaré. Op cit., p. 118, 119.

<sup>76</sup> Fazer com que os espaços frequentados pela elite fossem indicadores da posição social dessa classe era uma concepção presente nos países “civilizados”. Segundo Williams, em Londres, “a ostentação e a magnificência das mansões senhoriais do século XVIII, superpondo-se à pobreza evidente da maioria, estavam agora sendo repetidas, em escala maior, nessa cidade opulenta e dividida”. Cf. WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 375.

<sup>77</sup> SARGES, Maria de Nazaré. Op cit., 2000. p. 121-123. Segundo Lacerda, “em Belém, muitas vezes, a carestia e a falta de ocupação permanente, não raro levavam à mendicância. E o pedir esmolas era tomado como uma forma de não trabalho, mas ao mesmo tempo, e apesar dos olhares reprovadores diante dessa prática, não era uma atividade considerada criminosa. Vista numa fronteira muito próxima da vadiagem, entretanto, a mendicância sempre foi alvo de grandes críticas na imprensa”. Cf. LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: facas da sobrevivência (1889-1916)**. Belém: Editora Açai, 2010. p. 292.

<sup>78</sup> Ibidem, p. 126, 127.

Silva apresentou a proposta de “regularização do litoral da cidade junto à baía de Guajará”, na qual, de acordo com a opinião da época, “as docas do Ver-o-Peso, Reduto e Souza Franco deveriam desaparecer pelo aterramento, já que também eram consideradas, nas ‘condições em que se achavam, como prejudiciais à salubridade pública’”<sup>79</sup>.

Em 1906, o empresário Percival Farquhar ficou encarregado de executar as obras do plano Sabóia e Silva. Conforme Penteado, Farquhar “teria que construir e organizar o porto desde a foz do rio Oriboca, no Guamá, até a ponta do Mosqueiro, situada na ilha do mesmo nome”. Apesar de algumas modificações no plano Sabóia e Silva, “as obras complementares e indispensáveis permaneceram: cais acostável longo e profundo, armazéns, iluminação, depósitos de carvão e de explosivos, etc.”. Estas obras foram colocadas em prática por meio da companhia organizada por Farquhar no mesmo ano: a “Port-of-Pará”<sup>80</sup>.

Segundo Penteado, essa Companhia enfrentou “uma série de problemas locais”, como “os trapiches das empresas de navegação” que existiam no litoral belenense, pois “era preciso destruí-los, após ser paga a indenização de vida pela Port-of-Pará”. Havia também “comerciantes que não queriam pagar suas taxas à Companhia”, sob a justificativa de não estarem aportando no novo cais, mas sim, “nos trapiches que ela ainda mantinha em uso”. Entretanto, em 1911, “foi resolvido que todos deveriam pagar à Port-of-Pará pela utilização de seus trapiches uma vez que esta obtivera a concessão da exploração do porto, desde a foz do Oriboca, no Guamá, até a vila do Mosqueiro”<sup>81</sup>.

### 1.3) “As cidades” de Belém relatadas

As obras de remodelação de Belém eram divulgadas por meio de Álbuns e Relatórios, que, segundo Pereira, “serviam tanto para apresentar nas negociações com os bancos estrangeiros ou com países interessados em contratos de imigração, quanto para serem visualizadas em exposições universais”<sup>82</sup>. Conforme Sarges, para Antonio Lemos, “era preciso tornar a capital do Pará mais visível ao mundo civilizado, dando a seus feitos de intendente um sentido maior de universalidade”<sup>83</sup>.

<sup>79</sup> PENTEADO, Antonio Rocha. **O sistema portuário de Belém**. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 1973. p. 58, 62.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 67-72.

<sup>81</sup> Ibidem, p. 78-79.

<sup>82</sup> PEREIRA, Rosa Cláudia Cerqueira. **Paisagens urbanas: fotografias e modernidades na cidade de Belém (1846-1908)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006. p. 90.

<sup>83</sup> SARGES, Maria de Nazaré. Op. cit., 2002. p. 102.

Segundo Pereira, as fotografias contidas nessas obras enalteciam “as melhorias urbanas” de Belém, apresentando uma parte da cidade “como moderna e pronta para ser ‘acolhida’”, e minimizando “os problemas de infra-estrutura”, que passavam “despercebidos” por quem apenas “folheava as suas páginas”. Contudo, “uma pessoa mais atenta pode perceber outras imagens que não representam o processo de modernização da cidade”<sup>84</sup>.

Ao contrário do que as fotografias tentavam passar, havia ruas em Belém com precárias condições de infraestrutura, e que não eram arborizadas, como a Rua 28 de Setembro e as travessas Rui Barbosa e Benjamin Constant, onde o memorialista Osvaldo Orico arrebatava “os sapatos nos valados e pedregulhos dessas primas pobres da cidade”. Diferentemente dessas ruas, “constituía uma festa” para os “olhos” de Orico “desembocar em S. Jerônimo ou Nazaré, que eram os logradouros aristocráticos de Belém, povoados de palacetes e mansões”. Nestas, o memorialista tinha a “sensação de haver entrado em um túnel vegetal, com as mangueiras cruzando as copas de lado a lado, numa explosão de seiva e num capricho de urbanismo”<sup>85</sup>. A política de arborização da cidade promovida por Antonio Lemos atingia principalmente as ruas que eram habitadas pela elite.

As críticas à infraestrutura de Belém ficavam explícitas em jornais que faziam oposição à administração de Antonio Lemos, como a *Folha do Norte*<sup>86</sup>. Segundo Lacerda:

A imprensa local foi um instrumento importante para a publicização dessas preocupações e dos anseios de muitos moradores, na medida em que se utilizavam desse meio para deixarem suas impressões sobre os problemas enfrentados, bem como para reclamarem direitos que consideravam desrespeitados cotidianamente. O jornal *Folha do Norte*, por exemplo, através de uma coluna diária intitulada ‘Reclamações do Povo’, caracterizada por pequenas queixas enviadas à redação do periódico, trazia ao conhecimento de seus leitores uma série de problemas enfrentados pelos moradores de Belém, sobretudo pelos mais pobres.<sup>87</sup>

Por meio dessa coluna da *Folha do Norte*, os moradores do Reduto reclamavam, em 1899, “contra os trabalhos de calçamento da Rua 28 de setembro, que tinham piorado a sua situação, fazendo com que muitos, ‘a conselho médico’, retirassem seus filhos do local pelo

<sup>84</sup> PEREIRA, Rosa Cláudia Cerqueira. Op cit., p. 96.

<sup>85</sup> ORICO, Osvaldo. **Da forja à academia (memórias dum filho de ferreiro)**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1954. p. 72-73.

<sup>86</sup> “Jornal de circulação diária, independente, noticioso, político e literário. Fundado por Eneas Martins, Cipriano Santos e outros”, combatia a política de Antonio Lemos, defendendo “o Partido Republicano Federal, chefiado por Lauro Sodré e depois por Paes de Carvalho”. Foi publicado entre 1896-1974. Cf: PARÁ. Biblioteca Publica. Op cit., p. 154.

<sup>87</sup> LACERDA, Franciane Gama. “Reclamações do Povo”. Luta por direitos na cidade, seringais e núcleos coloniais na Amazônia brasileira (séculos XIX e XX). **Projeto História**, São Paulo, n. 33, dez. 2006. p. 64.

medo de ‘alguma doença séria’”. Em 1900, “cobrava-se uma solução para o ‘estado de lastimável imundice’ em que se encontrava a Estrada de São José, desde a rua Doca de Souza Franco até a rua Almirante Wandekolk”, pois “esse trecho da cidade havia se tornado um ‘vasto lamaçal’, por onde o trânsito se fazia ‘quase a nado’”. No mesmo ano, os moradores das ruas Riachuelo, Rosário e Travessa Piedade “enviaram um ‘abaixo-assinado’ contra uma cocheira, que era um ‘foco de miasmas na vizinhança’”, pertencendo, “ironicamente”, ao “‘diretor de saúde do porto’”. Semelhantemente, “os moradores do Largo de São José também reclamavam contra uma cocheira na Rua Cezario Alvim, cuja limpeza rareava e, quando era feita, a ‘água imunda e fétida’ era ‘varrida para a rua’”<sup>88</sup>.

Além das cocheiras, as vacarias também eram alvo de conflitos. Segundo Almeida, em 15 de junho de 1899, alguns moradores se reportavam ao jornal *Folha do Norte* “contra uma vacaria situada na Rua dos Mundurucus, canto da Travessa Apinagés, que seria foco de doenças”. Dois dias após, novas queixas foram prestadas em relação ao mesmo estabelecimento. “Dessa vez ‘a vizinhança’ fazia referência ao ‘mau cheiro’, que de tal vacaria se desprendia”<sup>89</sup>.

Da coluna “Reclamações do Povo” da *Folha do Norte* também se infere que parte da população de Belém vivia sob péssimas condições financeiras. Segundo Lacerda, dois ‘árabes’ negociantes de galinhas foram alvos dessa coluna, “acusados de dispararem ‘revólveres toda a noite’, a fim de afugentarem ‘gatunos’, perturbando e assustando a vizinhança”. Em outra situação, gerou-se um “inquérito policial entre dois praças”, em virtude do roubo de ovos das “‘criações’ do paraibano Francisco Nery”, que passeavam pela casa do vizinho. Esses relatos não são absurdos, “se considerarmos o grau de pobreza em que viviam muitos moradores de Belém, e que, não raro, se utilizavam das ‘criações’ alheias, tanto para se alimentar como para ganhar algum dinheiro”<sup>90</sup>.

As precárias condições socioeconômicas traziam outras consequências. Segundo Lacerda, os migrantes cearenses que viviam na capital paraense “sobreviviam com dificuldades, muitas vezes na indigência”, incomodando as autoridades locais ao tal ponto de muitos deles “serem mandados de volta para o Ceará, ou mesmo solicitarem o seu retorno até em tempos de seca, diante das péssimas condições de vida em Belém”. Além disso, a mendicância continuava sendo alvo constante da imprensa. “Em 1910, a *Folha do Norte* reclamava, por exemplo, que Belém era ‘uma vasta colmeia de malandrins e mendigos’, que

<sup>88</sup> LACERDA, Franciane Gama. Op cit. p. 64-65.

<sup>89</sup> ALMEIDA, Tunai Rehm Costa de. **Faces da natureza na capital paraense (1897-1902)**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Faculdade de História, Belém, 2011. p. 39-40.

<sup>90</sup> LACERDA, Franciane Gama. Op cit., 2006. p. 65.

abordavam os transeuntes ‘nas vias públicas, à porta dos cafés, nas paradas de bonde’ e nas casas a pedir esmolas”, colocando “em xeque o processo civilizatório” empreendido na capital paraense, “expondo às vistas de todos suas contradições”<sup>91</sup>.

Parte da população de Belém também enfrentava problemas com o abastecimento de água<sup>92</sup>. Diante da precariedade desse serviço, conforme Cruz, “os aguadeiros<sup>93</sup>, agora em menor número, continuavam a exercer a profissão, por todos os recantos da cidade”<sup>94</sup>. Além desses sujeitos, havia lavadeiras que, segundo Lacerda, “saíam a percorrer as ruas com ‘o seu xarão cheio de vestidos e casacos, recolhendo-se à noite’”. Esse percurso era realizado porque elas não possuíam “água encanada em casa”, lavando “roupas em igarapés, além do hábito de colocar roupas para coarar ao sol, o que muitas vezes se fazia nas ruas”<sup>95</sup>. Somado a isso, parte dos moradores de Belém continuava tomando banho em poços e fontes públicas, ou despidamente no litoral, mesmo que o Código de Posturas de 1890 e o Código de Polícia Municipal de 1900 proibissem tal prática<sup>96</sup>.

A desobediência ao Código de Posturas também se expressava com relação ao uso da arborização. Segundo Airoza, “a vegetação deveria produzir a oxigenação do ar, o embelezamento da paisagem e sombras que protejam do sol. Qualquer outra utilidade não era bem vinda e nem expressava a civilização europeia que se pretendia produzir em terras amazônicas”. A população deveria manter a vegetação intocada. Mas, para alguns jovens daquela época, a vegetação urbana poderia assumir outros significados. Esse era o caso de Osvaldo Orico, para o qual:

As mangueiras dos logradouros eram como mães. Que forneciam o alimento para ‘contentar o estômago’ tomado pela fome daqueles que, não dispondo naquele momento de outros meios para saciá-la, recorriam a estas árvores ‘pródigas, generosas, maternais’ que ‘escondiam os seios entre a folhagem’. [...]. Diante de imagem tão fraternal, mantê-las intocada era inconcebível.

<sup>91</sup> LACERDA, Franciane Gama. Op cit., 2010. p. 296-299, grifo da autora.

<sup>92</sup> CRUZ, Ernesto. **A água de Belém**: sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos. Belém: Ofs. da Revista da Veterinária, 1944. p. 63, 71.

<sup>93</sup> Segundo Sant’Anna, desde o início do Império, a população dependia dos serviços de escravos ou pessoas pobres para a coleta e despejo de água, já que não havia canalização suficiente. Mas, nem sempre o trabalho desses sujeitos era suficiente. Por conta disso, os aguadeiros, vendedores de água “transportada em grandes barris ou pipas sobre o dorso de animais de carga”, tornaram-se figuras populares. Alguns deles “comercializavam fiado e marcavam nas paredes das casas a dívida dos compradores. Outros trocavam a água por mercadorias. As formas de pagamento variavam”. Cf. SANT’ANNA, Denis Bernuzzi de. Higiene e higienismo entre o Império e a República. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 299.

<sup>94</sup> CRUZ, Ernesto. Op cit., 1944. p. 66.

<sup>95</sup> LACERDA, Franciane Gama. “Merecedoras das páginas da história”: memórias e representações da vida e da morte femininas (Belém, séculos XIX e XX). **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 38, janeiro-junho de 2012. p. 403.

<sup>96</sup> VIEIRA, David Durval Jesus. **Belém**: sociedade e natureza (1897-1910). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Faculdade de História, Belém, 2010. p. 83-91.

Assemelhar-se-ia ao ato de impedir a mãe de amamentar o seu filho. Assim como o choro que reivindica o seio distante da mãe, ‘as pedradas certas dos moleques’ traziam para si o fruto desejado, que ‘não resistiam à cobiça do alvo’, bastando um pequeno toque no ramo para que as mangas despencassem, ‘esborrachando-se na calçada como um seio de mãe que descesse do galho para a alegria da boca faminta’.<sup>97</sup>

O Código de Polícia Municipal também regulava a relação entre sociedade e animais. Dentre as proibições desse Código, estavam as que não permitiam os boleeiros e carroceiros de “empregar em seus serviços animaes extenuados, chagados, doentes ou famintos”, e “conduzir nos vehiculos, puxados por um só animal, peso superior a 600 kilos e mais de mil nos puxados por dois animaes”<sup>98</sup>.

O condutor de bonde, “de qualquer companhia urbana de trilhos”, estava proibido de “conduzir passageiros em número superior à lotação do carro”, incorrendo na multa de 100\$<sup>99</sup>.

O Código observava que a lotação de cada bonde seria designada em tabela aprovada previamente, “sendo a companhia obrigada a marcar em cada bonde o número de passageiros de que constar a respectiva tabela”. Somado a isso, a nenhum condutor era permitido “espancar ou tratar com crueldade, publicamente, os animaes seus ou alheios, sob pena de 50\$ de multa”<sup>100</sup>.

O Capítulo XXII do Código de Polícia Municipal de 1900 fazia restrições ao uso de “animais perigosos”. Nas ruas, praças, estradas e demais lugares públicos, o Código não permitia a pessoa alguma soltar “animaes domésticos ou te-los amarrados”, bem como liberar “animaes atacados de moléstia perigosa”. Essa última proibição valia também em casa ou quintal<sup>101</sup>.

O mesmo Capítulo também não permitia “ter cães, sem licença municipal, devendo, quando obtida, trazer o animal colleira com o numero da licença, designação e morada do dono”. Além disso, “a divagação do gado de qualquer espécie pelas ruas e logares públicos” era “rigorosamente proibida, sendo na infração multado o dono em 60\$”<sup>102</sup>.

O Código observava que “os animaes de que trata o presente capitulo”, que fossem “encontrados vagando sem guia ou pastor pelas ruas e logares publicos da cidade, villas e

<sup>97</sup> AIROZA, Luis Otávio Viana. **Cidade das Mangueiras: aclimação da mangueira e arborização dos logradouros belenenses (1616-1911)**. 2008. 126 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

<sup>98</sup> BELÉM. Conselho Municipal. Op cit., p. 43.

<sup>99</sup> Idem.

<sup>100</sup> Idem.

<sup>101</sup> BELÉM. Conselho Municipal. Op cit., p. 62.

<sup>102</sup> Idem.

povoações do Município”, seriam “apreendidos e levados ao depósito”, e se até 48 horas depois não aparecesse o dono, seriam “vendidos em hasta publica, cabendo ao apprehensor metade do producto da venda”, descontadas as despesas que fossem feitas, “e a outra metade á Municipalidade”<sup>103</sup>.

Os próximos capítulos se dedicam a analisar essas proibições, que resumidamente se referiam: aos maus-tratos sobre os animais de tração; à soltura de animais nas ruas e praças de Belém; e a ter cães, sem licença municipal, entre 1892-1917.

O referido período, além de ser marcado pelo apogeu da economia gomífera, também fora marcado por seu declínio. Segundo Weinstein, “em 1913, as plantações asiáticas já superavam folgadoamente a Amazônia e, em dois anos mais, as colônias britânicas, holandesas e francesas contribuíram com mais de dois terços da oferta mundial de borracha”<sup>104</sup>. Outro fator para essa crise foi o ataque do fungo *Dothidella ulei* nas seringueiras amazônicas. Para Dean, esse fungo produzia um mofo que rapidamente se desenvolvia “em folíolos recém-formados, lacerando-os e fazendo cair”. Essa ação era facilitada em seringais densos, porque, em tal situação, o fungo bloqueava e superava a “resistência limitada da árvore”, acarretando a morte ou o crescimento mais lento da Hevea, e a queda da produção de látex<sup>105</sup>.

Os efeitos da crise logo foram sentidos em Belém. Segundo Weinstein, “os jornais locais dedicavam páginas inteiras a notícias sobre leilões de jóias penhoradas, cujos proprietários não tinham tido condições de resgatar. Seringais e vapores figuravam também constantemente dos lotes leiloados”. Com relação às propriedades urbanas, “um artigo em edição de 1915 de *A Folha do Norte* assinalava que Belém, após décadas de escassez de moradia, possuía perto de três mil casas vagas”. A crise da borracha também provocara a queda de 275.167 habitantes registrados em Belém, em 1912, para os 236.402, de 1920<sup>106</sup>.

Paralelamente à crise da economia gomífera, o cenário político paraense se alterava. Segundo Sarges, “as medidas saneadoras baixadas pela Intendência eram vistas de maneira extremamente antipática pela população, considerando que sempre representavam taxas a serem pagas pelos trabalhadores, como, por exemplo, as latas de lixo que custavam 20\$000 a unidade”. Em dezembro de 1910, “pessoas que passavam pela área comercial” decidiram

<sup>103</sup> BELÉM. Conselho Municipal. Op cit., p. 62. A regulação da relação entre sociedade e animais por meio do Código de Posturas também esteve presente, na mesma época, na cidade de São Paulo. A esse respeito confira: APROBATO FILHO, Nelson. **O couro e o aço: sob a mira do moderno: a “aventura” dos animais pelos “jardins” da Pauliceia** (final do século XIX / início do XX). 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

<sup>104</sup> WEINSTEIN, Barbara. Op cit., p. 246.

<sup>105</sup> DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. São Paulo: Nobel, 1989. p. 93-96.

<sup>106</sup> WEINSTEIN, Barbara. Op cit., p. 262-269.

investir contra essas latas, “gerando um verdadeiro tumulto”, que deu início a uma série de distúrbios promovidos pela população, que era insuflada pela oposição política<sup>107</sup> por meio de panfletos e do jornal *Folha do Norte*. O então intendente Antonio Lemos não resistiu às pressões, e em junho de 1911, renunciou ao cargo<sup>108</sup>.

A oposição política a Antonio Lemos também ganhou força com a indicação de Eneas Martins para assumir o governo do Pará em 1911. Segundo Weinstein, Martins era “então ministro das Relações Exteriores, dono da *Folha do Norte*, e um dos ‘lauristas’ mais dedicados e eminentes”<sup>109</sup>.

A tarefa do novo governador não seria nada fácil, tendo em vista que os anos que se seguiriam durante o seu mandato representaram “senão uma amostra da devastadora depressão comercial que se instalou após a deflagração da Primeira Grande Guerra”. A “receita do Pará com a exportação caiu de 9.893 contos, em 1912, para apenas 4.430 contos em 1914”<sup>110</sup>.

Mesmo com a crise do comércio de borracha, a atividade comercial em Belém manteve-se ativa. Conforme Weinstein, “uma cidade com 236.402 habitantes”, em 1920, “criara uma demanda considerável de bens agrícolas e industriais, até mesmo nos períodos de menor prosperidade”. O setor industrial teve uma vantagem com o início da decadência: “a consequente redução das importações ajudou a diminuir a concorrência por parte de indústrias estrangeiras”<sup>111</sup>. Por conta disso, segundo Santos, “houve no Pará um aumento do número de estabelecimentos e de operários industriais, o que permitiu a esse Estado adiantar-se um pouco sobre o resto da região”<sup>112</sup>.

O comércio de Belém também se mantinha ativo com a circulação de produtos agrícolas. Segundo Weinstein, com a crise da borracha, o governo do Pará de Eneas Martins desenvolveu um programa de desenvolvimento da agricultura que tinha duas metas principais:

---

<sup>107</sup> Segundo Cunha, naquela época, “a divisão política dentro do Estado personalizou-se nas figuras de Antonio Lemos e Lauro Sodré, sendo seus prosélitos chamados de ‘lemistas’ e ‘lauristas’, respectivamente. Estes se fincaram nas fileiras do Partido Republicano Federal (PRF), e aqueles, no Partido Republicano Paraense (PRP)”. O controle exercido pelos “lemistas” sobre as eleições “era uma barreira para o avanço da oposição nos municípios. O enfretamento desse controle “deu-se por meio da palavra, o ato de falar sobre o adversário político”, que, “para os ‘lauristas’ era tão importante quanto falar do próprio programa político”. Outra tática utilizada pela oposição era o riso e a zombaria, “apresentando a figura do ‘matuto’ para retratar os intendentes ‘lemistas’”. Cf. CUNHA, Marly Solange Carvalho da. **“Matutos” ou astutos? Oligarquia e coronelismo no Pará republicano (1897-1909)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

<sup>108</sup> SARGES, Maria de Nazaré. Op cit., p. 70-72.

<sup>109</sup> WEINSTEIN, Barbara. Op cit., p. 280.

<sup>110</sup> Ibidem, p. 280-281.

<sup>111</sup> WEINSTEIN, Barbara. Op cit., p. 269.

<sup>112</sup> SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. p. 273.

“aumentar a produção, tornando assim o Pará auto-suficiente em gêneros alimentícios, e estimular o cultivo de produtos tais como algodão e fumo, que pudessem ser vendidos no exterior e no mercado interno”. Entre 1914 e 1916, “a quantidade de arroz e de farinha de mandioca transportada para Belém pela Estrada de Ferro de Bragança aumentou de 160% e de 90%, respectivamente”. Nesse mesmo período, “a quantidade de milho triplicou e o algodão passou de desprezíveis 800 quilos para quase 87 toneladas”<sup>113</sup>.

A indústria e a agricultura não eram os únicos setores que se desenvolviam nesse período de crise. Segundo Carneiro, foi também nesse momento que ocorreu a expansão e consolidação das salas de cinema<sup>114</sup>. O ano de 1912 marcou o início dessa expansão, quando, segundo Veriano, os empresários Antonio Martins e Carlos Augusto Teixeira, proprietários do Grande Hotel e do Palace Theatre, inauguraram o Cinema Olympia, a primeira casa “de luxo” para a exibição de filmes na capital paraense<sup>115</sup>.

Outro setor que se desenvolveu foi o do comércio de roupas. Segundo Martins Junior, em tempos de crise econômica, “a moda usada pelas mulheres da elite oferecia possibilidades de realçar suas posições sociais, além da manutenção das aparências alicerçadas na adoção de novos estilos, num constante jogo de diferenciação com outros grupos”<sup>116</sup>. Para ir ao Cinema Olympia, por exemplo, “era preciso usar boa roupa. Homem de paletó e gravata, mulher de vestido longo e chapéu”<sup>117</sup>, sendo que “algumas mulheres que frequentavam as sessões, copiavam os modelos de vestidos, cortes de cabelos e os trejeitos das atrizes famosas”<sup>118</sup>.

A cidade do cinema, do vestuário, dos mercadores ambulantes, do abastecimento de água, das praças, do bosque, da limpeza urbana, do porto, dos aguadeiros, das lavadeiras, das mangueiras, também era a cidade dos bichos. É dela que eu irei tratar nos capítulos seguintes.

---

<sup>113</sup> WEINSTEIN, Barbara. Op cit., p. 283.

<sup>114</sup> Para Carneiro, até 1920, “a exibição dos filmes acontecia em barracões improvisados, teatros ou, ainda, nos cinemas ambulantes, contando com a presença de poucas salas exclusivas para a exibição filmica”. Esse último tipo de sala aumentou na década de 1920, quando a capital paraense contava com cerca de dezesseis salas fixas. Cf: CARNEIRO, Eva Dayna Felix. **Belém entre filmes e fitas: a experiência do cinema, do cotidiano das salas às representações sociais nos anos de 1920.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2011. p. 29.

<sup>115</sup> VERIANO, Pedro. **Cinema no Tucupí.** Belém: SECULT, 1999. p. 17.

<sup>116</sup> MARTINS JÚNIOR, Rui Jorge Moraes. **Visto, logo existo: moda, sociabilidade feminina e consumo em Belém no limiar do século XX.** 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

<sup>117</sup> VERIANO, Pedro. Op cit., p. 18.

<sup>118</sup> MARTINS JÚNIOR, Rui Jorge Moraes. Op. cit. p. 87.

## CAPÍTULO 2

### SENSIBILIDADE (IN)CIVILIZADA

Fotografia 2 - Edifício do London Bank.



Fonte: SILVA, R. L. da; FERNANDES, P. C. Op cit., p. 215.

A fotografia acima focaliza, principalmente, o edifício do London Bank, para dizer que Belém era uma cidade que se modernizava, por meio da intensa participação da capital paraense nas transações comerciais internacionais, durante o apogeu da economia gomífera.

Na via pública ao lado do London Bank, percebe-se a presença de um bonde de tração animal. A preocupação do poder público e de parte da sociedade com a forma como os bichos que puxavam esse tipo de transporte, e outros veículos, eram tratados, também fez parte do processo de modernização da cidade. Essa preocupação é o tema do presente capítulo.

## 2.1) “Cahem de fadiga os magros muares”

Em Belém, havia animais velhos e famintos empregados nos serviços de tração. No início do romance “Hortência”, de 1888, Marques de Carvalho conta que “um **velho e magro boi preto**, de largas ventas acimentadas e flancos cheios de purulenta crosta verde, arrasta a passos cadenciados de escravo infeliz uma carroça, na qual uma pipa d’água ostenta o dorso vermelho com arcos pintados a tinta azul”. Em outra passagem, o autor escreveu que Hortência “chegara à porta do estabelecimento, ao tempo que lá também parava um velho e desconjuntado carro mortuário, puxado por **dois antiquíssimos cavalos lazarentos** e comandados por cocheiro preto de fisionomia de beberrão<sup>119</sup>”. Além disso, os animais estavam sujeitos às pancadas de seus condutores: “o aguadeiro vai adiante, muito corado e distilando suor dos membros, **dando com a ponta da corda pequenas pancadas pelo dorso do animal** e pronunciando em voz alta monossílabos intimativos de marcha”. Essas pancadas poderiam ser chicotadas, acompanhadas pelo agravante da sobrecarga de carros cheios de bagagens:

Uma **carroça repleta de bagagens** velhas passava, com o seu monótono barulho oco de rodas mal fixadas aos eixos. O cavalito alongava a tábua do pescoço, enterrava obliquamente as patas na areia do solo, bufava pelas grandes narinas cinzentas, estendia o magro dorso reluzente de suor sob as **chicotadas** do carroceiro.<sup>120</sup>

Da mesma forma, no serviço de bondes eram empregados animais velhos, famintos e sujeitos às chicotadas. Percebe-se isto em “Hortência”, quando o personagem Claudio estava com pressa para chegar à vivenda:

Jamais sentiu-se com tantos desejos de chegar depressa à vivenda como naquela tarde, em que parecia-lhe que os burros do *bond* nenhum caso faziam às **repetidas chicotadas** vibradas pelo condutor. Por sua vontade, aqueles **lazarentos animais cansados e magros** seriam substituídos por grandes cavalos sadios, que o transportassem dentro de poucos instantes ao destino desejado.<sup>121</sup>

Para evitar o tratamento “cruel” para com os animais de transporte, o governo municipal de Belém, por meio do Código de Posturas de 1890, proibia os boleiros e os

---

<sup>119</sup> Nessa passagem do livro, o preconceito racial fica evidente: como se não bastasse ser “preto”, o cocheiro possuía a “fisionomia de beberrão”.

<sup>120</sup> CARVALHO, João Marques de. Op. cit., p. 27, 49, 52, 53, grifo nosso.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 30.

carroceiros de empregarem “em seus serviços animaes extenuados, chagados, doentes ou famintos; conduzir nos vehiculos puchados por um só animal pezo superior a 600 kilogrammas e mais de 1000 nos puchados por dous animaes”. Além disso, os condutores de bondes, “de qualquer companhia urbana de trilhos, que conduzirem passageiros em número superior a lotação do carro” incorreria na “multa de 30\$000”. Observava-se que a lotação de cada bonde seria designada em tabela, “sendo a companhia obrigada a marcar em cada um o número de passageiros de que constar a sua lotação”. Por fim, a nenhum condutor era permitido “espancar ou tratar com crueldade, publicamente, os animaes seus ou alheios, sob pena de 10\$000 de multa”<sup>122</sup>.

Na década de 1890, os animais de tração continuavam sendo maltratados. No jornal *Diario de Noticias*<sup>123</sup> de 2 de abril de 1892 constava-se a seguinte denúncia:

Hontem vi no largo das Mercês<sup>124</sup> um pobre bucephalo-sardinha<sup>125</sup> de **espinhaço dobrado pelo peso de dez barricas de cimento**, ser victima do fueiro medonho do carroceiro, que sem dó nem piedade o agarrava com duas mãos e **desancava** o pobre sardinha, que se esforçava por arrastar aquella montanha, fazendo de vez em quando genuflexões obrigadas.<sup>126</sup>

Denúncia semelhante também existiu no jornal *O Pará*<sup>127</sup>, de 21 de dezembro de 1897:

Hontem, cerca de 1 hora da tarde, passou em frente ao nosso escriptorio a carroça n. 340 (pelo menos era o numero que tinha n’um dos varaes) com uma **enorme carga de matacão**. Cansado, o boi parecia insensível a toda sorte de **castigo bárbaro** que lhe foi infringido pelo carroceiro. Afinal, após mais de um quarto de hora o boi, **espumando de cansaço**, arrancou e arrastou a enorme carga.<sup>128</sup>

<sup>122</sup> **CÓDIGO de Posturas da Intendência Municipal de Belém** (aprovado pelo decreto num. 247 de 18 de dezembro de 1890). Belém: Typ. d’A Republica, 1891. p. 36.

<sup>123</sup> “Jornal de propriedade e fundação de Costa & Campbell, passou depois – e sucessivamente – a proprietários e redatores diversos, redigido por Felipe José de Lima e Frederico Augusto da Gama e Costa”. Circulou entre 1880-1898. Cf: PARÁ. Biblioteca Publica. **Jornais Paraoaras**: catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985. p. 83.

<sup>124</sup> Largo das Mercês, atual Praça Visconde do Rio Branco. Cf: CRUZ, Ernesto. **Ruas de Belém**: significado histórico de suas denominações. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.p. 133.

<sup>125</sup> No Brasil, dependendo da época, das regiões e da circunstância, bucéfalo pode ser simplesmente sinônimo de cavalo. Cf: FORNARI, Claudio; CAMINHA, Lannes de S. Op cit., p. 88.

<sup>126</sup> **DIARIO de Noticias**, 2 de abril de 1892. p. 2, grifo nosso.

<sup>127</sup> “Diário vespertino, órgão político, comercial, literário e noticioso, era propriedade de uma Associação, que teve a orientação do Partido Republicano”. Circulou entre 1897-1900. Cf: PARÁ. Biblioteca Pública. Op cit., p. 163.

<sup>128</sup> **O PARÁ**, 21 de dezembro de 1897. p. 2, grifo nosso.

As proibições referentes aos “maus-tratos” sobre os animais de tração permaneceram durante a Intendência de Antonio Lemos (1897-1911), com o Código de Polícia Municipal de 1900<sup>129</sup>. Essa proibição era corroborada pela função econômica e cultural que os espaços públicos passaram a desempenhar na época da Intendência lemistá. Segundo Sarges, a rua, “espaço de circulação de todos os tipos sociais, exigiu uma reurbanização, de modo que viesse a atender especialmente o lazer e a locomoção da elite belenense que tinha avidez em mostrar o seu poder e sua identificação com uma cultura européia aburguesada”<sup>130</sup>. Utilizar animais sobrecarregados poderia deixá-los vagarosos, o que atrapalharia o trânsito nas ruas da cidade, principalmente na área central, considerada “o *locus* econômico e cultural por onde circulava o capital, as rendas e naturalmente os seus possuidores”<sup>131</sup>. Por isso, os Códigos de Posturas enfatizavam que a “crueldade” era proibida “publicamente”<sup>132</sup>. Nos cartões-postais<sup>133</sup> dessa época, como nas fotografias 3 e 4, a seguir, percebe-se a recorrente presença dos carros de tração animal nas principais vias públicas de Belém.

---

<sup>129</sup> SARGES, Maria de Nazaré. Op cit., 2000. p. 93.

<sup>130</sup> SARGES, Maria de Nazaré. Op cit., 2002. p. 135.

<sup>131</sup> SARGES, Maria de Nazaré. Op. cit., 2000. p. 115.

<sup>132</sup> **CÓDIGO de Posturas da Intendência Municipal de Belém (aprovado pelo decreto num. 247 de 18 de dezembro de 1890)**. Op cit., p. 36; BELÉM. Conselho Municipal. Op cit., p. 43; BELÉM. Governo Municipal. Código de Polícia Municipal. In: BELÉM. Governo Municipal. **Leis e Resoluções do Conselho e Actos e Decisões do Executivo Municipal do ano de 1916** – Codificadas na administração do Exmo. Sr. Senador Dr. Cypriano José dos Santos, Intendente Municipal, pelo chefe secção Adolfo Dourado. Belém, 1918. v. 4, p. 35.

<sup>133</sup> Sobre os postais, Miranda diz que o poder desses documentos “não existe independentemente da imagem neles veiculada, especialmente a fotográfica”. Porém, a ação dos fotógrafos do final do século XIX e início do XX centrou-se “nos trabalhos de atelier, vale dizer nos retratos”, tornando mais importante ainda a “contribuição do cartão-postal, enquanto meio de correspondência, para o registro da iconografia urbana de nossas cidades”. Cf: MIRANDA, Victorino C. Chermont de. Cartão-postal: memória de Belém. In: SILVA, Rosário Lima da; FERNANDES, Paulo Chaves. **Belém da saudade: a memória da Belém do início do século em cartões-postais**. Belém: Secult, 1996. p. 11.

**Fotografia 3 - Carros de tração animal na Travessa do Seminário.**



Fonte: SILVA, R. L. da; FERNANDES, P. C. Op cit., p. 57.

Na Travessa, animais de tração sendo carregados. Ao fundo, a Doca do Ver-o-Peso, o trapiche auxiliar do Comércio e o Mercado de Ferro.

**Fotografia – 4: Bonde de tração na Estrada de São Jeronymo.**



Fonte: SILVA, R. L. da; FERNANDES, P. C. Op cit., p. 97.

Atual Avenida Governador José Malcher. Em primeiro plano, à esquerda, bonde de tração animal.

Mesmo com a criação da Guarda Municipal e do Código de Polícia Municipal, os “maus-tratos” aos animais de tração permaneceram. Em 1904, Antonio Lemos reclamava do estado dos muares empregados nos bondes: “Cahem de fadiga os magros muares, deficientes em numero”<sup>134</sup>. Esse tipo de crítica poderia vir acompanhado do questionamento à sobrecarga destes veículos:

Queixamo'-nos da morasidade dos bonds, da **evidente fraqueza dos muares cançados**. Mas somos nos propios que contribuimos para taes prejuisos e demoras, **enchendo os vehiculos**, sem respeito á lettra correlativa do Codigo de Policia Municipal ou á propriedade da companhia. Com cinco e ás vezes seis passageiros em cada banco, as plataformas atulhadas e os estribos repletos, passam os bonds arrastando-se vagarosos, detendo-se nos declives ascendentes pela impotência das parelhas, rangendo-lhes as molas e cedendo todos elles ao peso da sobrecarga. E cada augmenta o numero de passageiros indifferentes áquelle exaggêro.<sup>135</sup>

Da fonte acima, também podemos inferir acerca da precariedade do serviço de transporte em Belém, ou das dificuldades enfrentadas pelos seus usuários. Isto não deixa de ser uma contradição, pois o autor do relato é próprio intendente.

Segundo Ernesto Cruz, em 9 de dezembro de 1904, o governo municipal transferiu o serviço de transporte coletivo da Companhia Urbana para a “Pará Electric Railways and Lighting Company”, empresa organizada em Londres sob a responsabilidade de C. H. Christopher Moller, com o objetivo de instalar o sistema de tração elétrica, em substituição ao de tração animal, então usado<sup>136</sup>.

Durante o serviço prestado pela nova concessionária, Lemos continuou a reclamar do emprego de animais “doentios, mazelados, anêmicos e trôpegos” nos veículos de transporte, até que, em 21 de junho de 1907, ocorreu um acidente na travessa São Mateus<sup>137</sup> envolvendo os bondes da Pará Electric: “os animais, devido à sobrecarga que levavam, não puderam conduzir os carros, o que deu causa a serem virados os bondes”. Em protesto, algumas

---

<sup>134</sup> BELÉM. Intendente, 1897-1911 (Antonio José de Lemos). **O município de Belém: 1903** - Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1904. Belém: Typografia Alfredo Augusto Silva, 1904. v. 2, p. 266.

<sup>135</sup> BELÉM. Intendente, 1897-1911 (Antonio José de Lemos). **O município de Belém: 1897-1902** – Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1902. Belém: Typographia Alfredo Augusto Silva, 1902. v. 1, p. 258, grifo nosso.

<sup>136</sup> CRUZ, Ernesto. Op cit., 1973. p. 471.

<sup>137</sup> Travessa São Mateus, atual Travessa Padre Eutíquio. Cf: CRUZ, Ernesto. Op cit., 1970. p. 69.

peessoas se serviram de “candeeiros dos mesmos carros para queimarem quatro deles, ficando mais dois muito danificados e quatro animais bastante maltratados”<sup>138</sup>.

Em resposta a essa situação, foi inaugurado o serviço de *tramways* elétricos em Belém no dia 15 de agosto de 1907, em comemoração, segundo Lemos, ao aniversário de adesão da antiga província, hoje Estado do Pará, à independência e autonomia do Brasil<sup>139</sup>.

A inauguração do serviço de tração elétrica em Belém também era uma medida de “modernização” da capital paraense. Segundo Sevcenko, do Renascimento até fins de 1800, “tanto as velocidades quanto as medidas de força de tração eram consideradas sobretudo em relação ao deslocamento e potencial dos equinos e muares, principal fonte de energia até então, visto que mesmo as máquinas a vapor eram avaliadas por seu ‘horse-power’”. Mas, a partir da “Revolução Científico-Tecnológica” do final do século XIX, os potenciais energéticos passaram a ser medidos “em escalas técnicas abstratas de estrito valor matemático como os volts, watts, ampères, hertz, roentgen, mach”, sendo uma das características do “‘mundo moderno’ no qual vivemos”<sup>140</sup>.

No Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém, em 1914, o Intendente Dionysio Auzier Bentes dizia que a locomoção dos moradores de Belém era feita regularmente pelo serviço de bondes elétricos, ao lado dos carros de praça e automóveis, “sendo que estes vehiculos têm ganho supremacia sobre aquelles”. Segundo Bentes, o transporte de mercadorias continuava a ser realizado por carroças e, inclusive, por caminhões<sup>141</sup>.

Os animais de tração permaneciam sendo importantes não somente para o transporte de mercadorias, mas também para o Serviço de Limpeza Pública. No Relatório Municipal de 1914, o diretor desse serviço, Francisco Domingos dos Santos, dizia que havia 46 bois e 32 muares empregados nessa atividade. Para ele, o gado não era suficiente, necessitando de “seis bois e duas parelhas de muares para o funcionamento das vassouras mechanicas”. Francisco ressaltava que “os seis muares recebidos do Corpo de Bombeiros pouco serviço podem prestar, em vista do seu estado de saúde, tendo mesmo sido elles, naquelle corpo, julgados

---

<sup>138</sup> BELÉM. Intendente, 1897-1911 (Antonio José de Lemos). **O município de Belém: 1907** – Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1908. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1908. p. 117, 121.

<sup>139</sup> BELÉM. Intendente, 1897-1911 (Antonio José de Lemos). Op cit., 1908. p. 127.

<sup>140</sup> SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 10, 11.

<sup>141</sup> BELÉM. Intendente (Dionysio Auzier Bentes). **Município de Belém**. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na primeira sessão da sexta reunião ordinária da nona legislatura, em 2 de março de 1914. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1914. p. 40.

imprestáveis para o trabalho”<sup>142</sup>, ou seja, os animais de tração continuavam sendo relevantes para o serviço de transporte em Belém, mas parte deles permanecia exercendo essa atividade sob péssimas condições de saúde. Corroborando para essa afirmação, o fato de que o Código de Polícia Municipal de 1916 continuava proibindo os condutores de carros de maltratarem os animais empregados em seus serviços<sup>143</sup>.

Em 1916, portanto, 26 anos após a existência do Código de Posturas de 1890, que explicitamente proibia os maus tratos aos animais, e 16 anos após a criação do Código de Polícia Municipal, que tinha em suas atribuições a fiscalização e a punição dessa prática para a remodelação da cidade com base em um projeto elitista, e mesmo com a introdução da energia elétrica na movimentação dos bondes e de automóveis e caminhões movidos por combustíveis, constatava-se o uso de animais trôpegos e doentes circulando na cidade, conduzindo cargas, pessoas, etc., e recebendo “maus tratos”.

Nas fotografias 5 e 6, a seguir, a modernidade em Belém é expressada, entre outras coisas, pela circulação de automóveis e bondes elétricos, canalizando a imagem de uma cidade que não parava de se modernizar, mesmo com a crise de comercialização de borracha a partir de 1912. Por outro lado, o olhar fotográfico não era capaz de esconder a permanência dos animais de tração na cidade, e a importância destes para o transporte de pessoas, mercadorias e do próprio lixo, durante a fase de apogeu e crise da economia gomífera.

---

<sup>142</sup> BELÉM. Limpeza Pública. Diretor (Francisco Domingos dos Santos). Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Intendente de Belém, em 31 de Dezembro de 1913. In: BELÉM. Intendente (Dionysio Auzier Bentes). Op cit., p. 78.

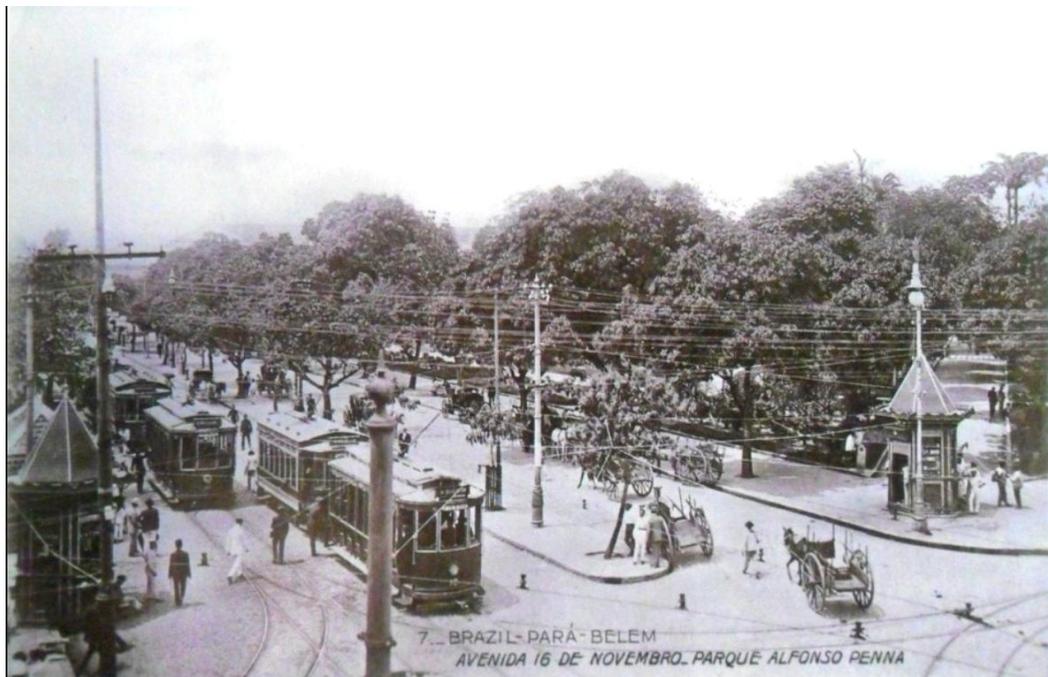
<sup>143</sup> BELÉM. Governo Municipal. Código de Polícia Municipal. In: BELÉM. Governo Municipal. Op cit., v. 4, p. 35.

**Fotografia 5 – Tipo de automóvel e carro coletor de lixo (1913).**



Fonte: BELÉM. Intendente (Dionysio Auzier Bentes). Op cit., p. 73.

**Fotografia 6 – Bondes elétricos e carros de tração animal na Rua Conselheiro João Alfredo.**



Fonte: SILVA, R. L. da; FERNANDES, P. C. Op cit., p. 81.

## 2.2) “A los toros!”

Imagem 4 - Anúncio de tourada (1896).



Fonte: **DIÁRIO de Notícias** (21 jun. 1896, p. 3).

No final do século XIX e início do XX, anúncios de touradas, como o acima, eram comuns nas páginas de parte dos jornais paraenses, o que causa estranheza, uma vez que essa prática provocava a morte de touros na mesma cidade em que havia um Código de Posturas que proibia os “maus-tratos” aos animais de tração, ou seja, dois fatos aparentemente incompatíveis. Como isso era possível? Por que ocorriam touradas em Belém?

As touradas correspondiam a uma tradição tipicamente ibérica. Na Espanha, segundo Buades, “as formas mais primitivas das touradas (em espanhol, *corridas de toros*) estão documentadas na Idade Média. Sabe-se que alguns reis mandavam trazer touros vivos para

que os cavaleiros demonstrassem o seu valor”. O imperador Carlos V, por exemplo, “celebrou o nascimento de seu herdeiro Felipe (1527) matando um touro com uma lança”<sup>144</sup>.

Em Portugal, segundo Edmundo, o registro mais antigo sobre as touradas data do século XV, quando Gonçalo Velho, famoso comendador de Amourol, teria ido assistir a uma corrida na presença de el-Rei, na praça de curro, acompanhado de duas sobrinhas. Ao tentar atravessar a arena para chegar ao seu palanque, ele teria sido surpreendido por um “gigante e terrível” touro, colocando em pânico as duas meninas. Ao perceber que o touro estava “incontido” e que iria acometê-los, Gonçalo sacou um terçado e, “num movimento rápido, soberbo, erguendo o braço no ar, tranquilamente mata-o”, o que provocou, depois, recado do rei, honra especialíssima, para que ele fosse, ao palanquim real, beijar-lhe a mão”<sup>145</sup>.

No Brasil, de acordo com Edmundo, as touradas ocorriam desde o século XVIII. Elas estavam presentes nas festividades organizadas pelo Senado da Câmara em comemoração ao calendário real no Rio de Janeiro, para prestar lealdade ao Reino português. As festas duravam cerca de seis dias, constando de “embandeiramentos, *Te-Deum*, beija-mão, procissão, touradas, cavahadas, outeiros, ópera, luminárias”, entre outras coisas. A tourada mais conhecida foi a organizada pelo vice-rei Conde de Azambuja em homenagem ao seu sobrinho Marquês de Lavradio<sup>146</sup>.

No início do século XIX, as touradas do Rio de Janeiro também foram especialmente dedicadas à chegada e atuação da família Real portuguesa no Brasil, desde 1808. Segundo Melo, duas corridas célebres foram as realizadas em homenagem ao “casamento de D. Pedro, nosso futuro imperador, com D. Leopoldina, em 1817”; e à “aclamação de D. João VI, em 1818”. Essas festividades também ocorriam em outras cidades, como em São Paulo, onde, “por ocasião da chegada da família Real, foram três tardes de corridas realizadas em uma praça construída especialmente para tal fim”<sup>147</sup>.

De acordo com Melo, as touradas do Rio de Janeiro e de São Paulo tornaram-se mais organizadas e populares a partir da década de 1820. Com o crescimento destas cidades, a corrida deixou de ser organizada pelo poder público por ocasião de festividades reais, para ser “relativamente autônoma, com espaço fixo, calendário próprio e promovida por ‘empresários’, que contratam toureiros e ganham dinheiro com os bilhetes de entrada e apostas”. A partir de então, o número de arenas aumentou. No Rio de Janeiro, eram duas

<sup>144</sup> BUADES, Josep M. **Os espanhóis**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 19, 20.

<sup>145</sup> EDMUNDO, Luís. Op cit., p. 155, 156.

<sup>146</sup> Ibid., p. 123, 125, 161.

<sup>147</sup> MELO, Victor Andrade de. Das touradas às corridas de cavalo e regatas: primeiros momentos da configuração do campo esportivo no Brasil. In: PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade de. **História do esporte no Brasil**: do Império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 39 - 40.

praças na década de 1850, e três no decênio de 1880. Em São Paulo, no início do século XX, existiam duas arenas<sup>148</sup>.

As corridas de touros iniciaram em Belém no final do século XIX, devido à política de Estado de atração da imigração espanhola. Segundo Sarges, os governadores Lauro Sodré e Paes de Carvalho assinaram as Leis 223, de 1894, e 583, de 1898, respectivamente, autorizando “a introdução de estrangeiros de boa conduta e aptos para o trabalho agrícola ou então, dedicar-se a qualquer indústria útil, contudo a preferência era pelos indivíduos acompanhados de família”. Além disso, o governo prometia “passagem de Vigo, Barcelona ou outro porto da Espanha até Belém em ‘rápidos vapores ingleses e italianos’”<sup>149</sup>.

O governo estadual tentou motivar a vinda de espanhóis para o Pará utilizando a obra *El Pará*, “publicado em 1895 na cidade de Barcelona”. Nela, segundo Sarges, um dos argumentos utilizados pela escolha do Pará estava no “pioneirismo espanhol” em terras do território brasileiro daquela época, ou seja, “vir para a Amazônia era como que se retomasse uma porção de terra que, em 1499, poderia ter sido conquistada pelos desbravadores espanhóis, afinal foi Francisco Orellana o pioneiro nesta empreitada”<sup>150</sup>. Além disso, para Sarges, o livro registrava que “já existia certa tradição de posse de território brasileiro pelos espanhóis como o domínio ocorrido durante sessenta longos anos (1580-1640)”. A obra também apresentava outros argumentos, como: “a proximidade do porto de Belém em relação à Europa”; a facilidade para aprender a língua e os costumes e a possibilidade de transporte grátis, vantagens que se sobrepujam ao pagamento de melhores salários em países como Austrália, Estados Unidos e Canadá; e o clima de ordem política e crescimento econômico, diferentemente de outros países sul-americanos que falavam predominantemente o dialeto espanhol, como Peru, Chile, Argentina e Uruguai<sup>151</sup>.

Em 1900, a propaganda continuava por meio da publicação do livro *Amazônia – 1900* na Espanha. Segundo Sarges, a obra se tratava de uma compilação de “alguns artigos e imagens da cidade de Belém contidas no ‘Álbum Commemorativo’ *Pará-1900*, escrito por vários intelectuais da terra e que teve uma função propagandística”. No livro, “há uma constante referência ao clima salubre do Pará, considerando que nesta região não há frio,

<sup>148</sup> MELO, Victor Andrade de. Op cit., p. 40-43.

<sup>149</sup> SARGES, Maria de Nazaré. A “Galícia” paraense: a imigração espanhola em Belém (1890-1910). In: ALONSO, José Luis Ruiz-Penado; CHAMBOULEYRON, Rafael. **T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)**. Belém: Açaí, 2010. p. 202.

<sup>150</sup> Id.

<sup>151</sup> SARGES, Maria de Nazaré. Op cit., 2010. p. 202.

‘portanto não precisará de lenha ou carvão para aquecer-se e o calor é suave, não é sufocante como da Andaluzia, Extremadura e outros lugares da Espanha’<sup>152</sup>.

De acordo com Sarges, a política de Estado para atração de estrangeiros resultou, em 1896, na imigração de 3.168 espanhóis para o Pará, dentre os quais “1.777 partiram para os núcleos agrícolas e 1.368 ficaram na capital”. Em Belém, os galegos disputaram o espaço urbano com os brasileiros, criando “estratégias de sobrevivência como, por exemplo, dando expressão a outras práticas, a outras formas de lazer, como as touradas”<sup>153</sup>. As corridas de touros normalmente ocorriam no domingo<sup>154</sup>.

As touradas ocorriam em Belém desde 1892. Nesta época, as corridas de touros aconteciam no “Prado Paraense”, hipódromo do Jockey-Club<sup>155</sup>, mesmo local onde ocorriam as corridas de cavalos<sup>156</sup>. No canto superior esquerdo de observação da imagem da Planta a seguir, indicado pela seta, temos uma noção a respeito da parte da cidade em que se localizava esse prado:

---

<sup>152</sup> SARGES, Maria de Nazaré. Op cit., 2010. p. 201.

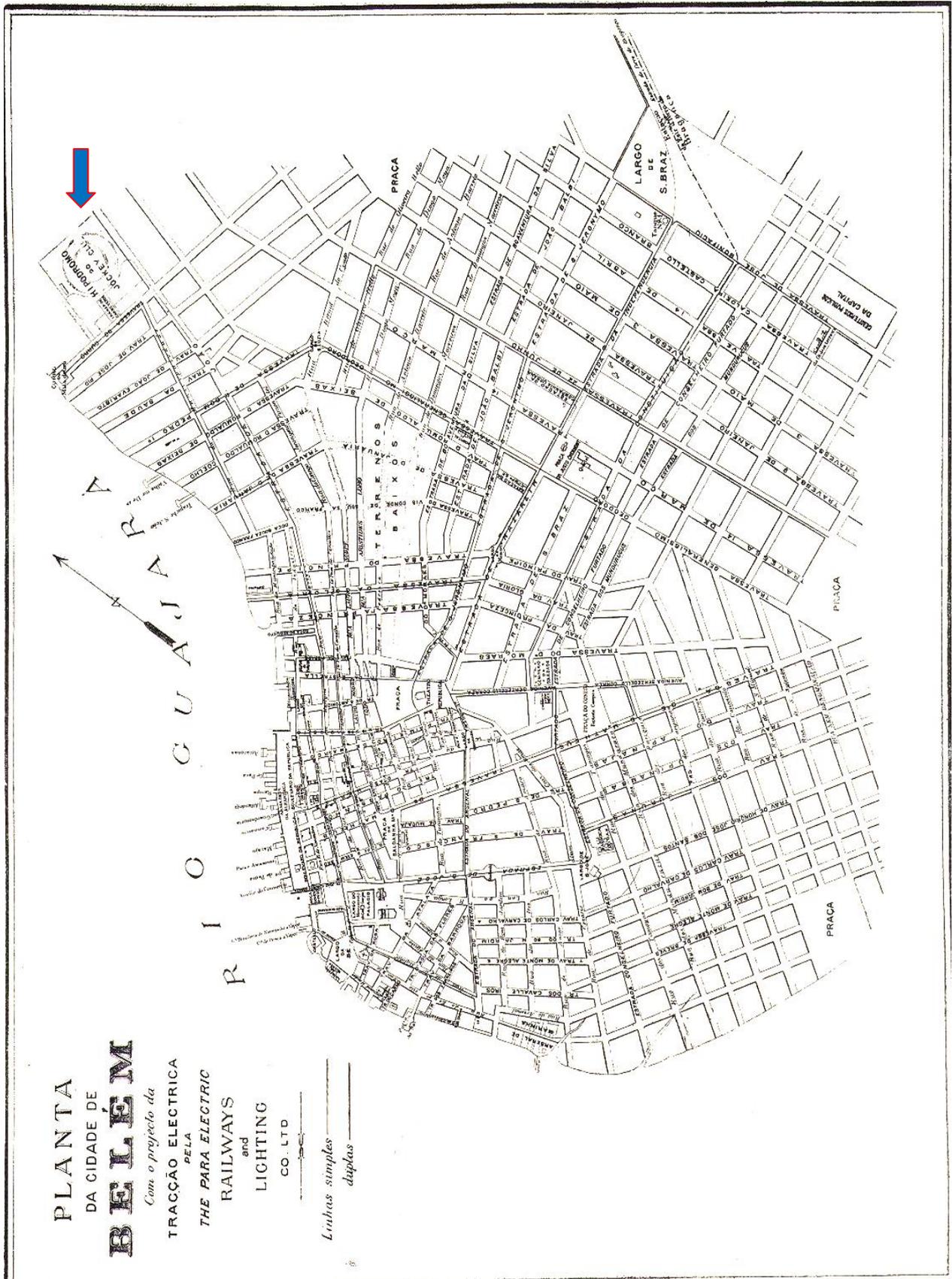
<sup>153</sup> Ibidem, p. 206-216.

<sup>154</sup> **CORREIO Paraense**, 1892, 1893, 1894; **DIARIO de Noticias**, 1892, 1896; **O JORNAL**. 1900.

<sup>155</sup> **CORREIO Paraense**, 3 dez. 1892, p. 2; 8 jan. 1893. p. 1.

<sup>156</sup> Segundo Melo, as primeiras corridas de cavalos realizadas no Brasil foram “promovidas por negociantes ingleses na década de 1810, nas areias da Praia da Saudade” no Rio de Janeiro. Elas expressavam a “busca de construção na América de uma nação segundo os moldes europeus”, acirrando os “vínculos de diversas ordens já estabelecidos entre Rio de Janeiro, Paris e Londres”, com a “importação crescente dos modismos e de bens culturais europeus”. Inclusive, a preocupação em seguir o modelo inglês de corridas de cavalos era tão grande que se utilizou “termos próprios ao esporte na linguagem de origem”, dificultando até mesmo “a compreensão da população, ainda não afeita às peculiaridades do esporte”. Cf. MELO, Victor Andrade de. Op cit., p. 44-51.

Imagem 5 - Planta da cidade de Belém com o projeto da Tração Elétrica pela Pará Electric.



Não faltavam críticas ao local da realização das touradas nas matérias publicadas pelo jornal *Correio Paraense*<sup>157</sup> acerca das corridas de touros. Na edição de 27 de dezembro de 1892, por exemplo, explicitavam-se as razões de tais críticas:

[...] maior e mais agradável teria sido a surpresa, resultante d'este genero de diversões se, porventura, houvesse sido iniciado em praça apropriada, porque, a que improvisaram é defeituosíssima, começando por ser quadrada e a sua area delimitada por uma tosca caiçara através da qual fica patente aos olhos dos touros n'arena, o vasto campo para onde insistem em procurar sahida; negando-se assim facilmente ás sortes.

Além disto os toureiros não encontram nas simuladas trincheiras, dispostas nos ângulos da praça, a facilidade da defeza para uma investida recta, o que é um perigo, tanto maior pelas condições do solo, que, além de ser irregular, é argiloso, exactamente onde é quase impossivel a firmesa<sup>158</sup>.

Segundo notícia do jornal *Correio Paraense*, tudo isso tornava “impossível” a prática da arte taurina no “Prado Paraense”. No jornal, o único ponto positivo apresentado era a localização geográfica do hipódromo, pois ele estava próximo “do litoral e do desembarque apropriado para o gado”. Porém, a essa vantagem se opunha o insuficiente número de bondes disponibilizados pela Companhia Urbana para atender aos frequentadores do espetáculo, bem como o elevado preço da passagem, que correspondia a trezentos réis<sup>159</sup>.

As condições inapropriadas do hipódromo para a prática das touradas ocasionaram a construção do anfiteatro “Colyseu Paraense”, em Belém<sup>160</sup>. Conforme notícia do jornal *Correio Paraense* de 9 de abril de 1893, o Colyseu seria localizado ao largo da Batista Campos, e inaugurado em 13 de maio de 1893, em lembrança à “abolição do elemento servil”. No jornal se considerava que a parede lateral do referida anfiteatro que faceava à Rua Conselheiro Furtado era uma “verdadeira muralha de castello”, e que as madeiras empregadas eram de extrema resistência, e de elevado custo para o proprietário, orçamento aumentado ainda pela construção de quatro espaçosos chalés que circulariam todo o anfiteatro, e esquadrejavam a grande área que fronteava à Rua S. Vicente de Fóra<sup>161</sup>.

Segundo notícia do *Correio Paraense*, os chalés eram uma “verdadeira inovação”, porque, em parte, alguma as praças de touros eram embelezadas com “tão dispendioso melhoramento”, e serviriam para proteger das chuvas, “mais ou menos frequentes, em todas

<sup>157</sup> “Jornal diário, noticioso, comercial e literário, apesar de declarar-se imparcial em política, tende para o lado oposicionista, propriedade de Bento Aranha, que também era seu principal redator”. Circulou entre 1892-1894. Cf: PARÁ. Biblioteca Pública. Op cit., p. 139.

<sup>158</sup> **CORREIO Paraense**, 27 dez. 1892. p. 1.

<sup>159</sup> Id.

<sup>160</sup> **CORREIO Paraense**, 9 abr. 1893. p. 2; 16 maio, 1893. p. 2.

<sup>161</sup> **CORREIO Paraense**, 9 abr. 1893. p. 2.

as estações do anno”, e como “ocupação privativa dos toureiros, e moços de forçado, bem como, pela bibliotheca concernente ás artes tauromachica e de equitação; e destinado o pavimento terreo de um d’estes chalets para as cavalhariças”. A arena media 32 metros de diâmetro, e possuía 10 filas ou ordens na arquibancada, que comportava aproximadamente 4 mil pessoas, e cerca de mil, “os cem camarotes, pavimentos superiores do touril, intelligencia, corrêto, etc.”<sup>162</sup>.

O tipo de estrutura e a denominação da nova arena lembravam as “diversões” que ocorriam nos anfiteatros<sup>163</sup> da Roma Antiga, como o Coliseu romano, onde, segundo Carcopino, ocorriam as *muneras*, espetáculos sanguinários advindos da *hoplomaquia*, duelo entre gladiadores; e da *venatione*, combate com as feras, em que era questão de honra para os gladiadores redobrar o perigo ou com ousadia, pois “em vez de utilizar as armas, enfrentavam um urso com os punhos ou cegavam um leão sob as dobras de um manto”, ou atiçavam os animais, como, por exemplo, excitavam “os touros agitando panos vermelhos”, gesto que os espanhóis posteriormente praticaram nas touradas<sup>164</sup>.

De acordo com Carcopino, as *venationes* eram verdadeiras carnificinas em que cinco mil animais eram mortos: “num só dia dos *munera* com que Tito inaugurou o Coliseu em 80; dois mil duzentos e quarenta e seis e dois mil duzentos e quarenta e três em dois *munera* de Trajano”. Para os césaes, tal matança atendia à necessidade de purgar os “estados do terror dos monstros: no século IV, o hipopótamo estava banido da Núbia, o leão, da Mesopotâmia, o tigre, de entre os hircanos, e o elefante desaparecera da África do Norte”<sup>165</sup>.

No Coliseu Paraense, ao invés das *venationes*, ocorriam as touradas, nas quais a “ousadia” dos toureiros era “glorificada”, assim como a dos gladiadores, e onde ocorria a morte de alguns touros, não sendo a mesma carnificina das *muneras*. Por exemplo, para a corrida de touros de 20 de setembro de 1900, *O Jornal*<sup>166</sup> anunciava a participação de 3 cavaleiros, 4 bandarilheiros, 3 matadores e 7 “bravíssimos” touros<sup>167</sup>. Segundo Buades, os cavaleiros enfiavam uma “lança no lombo do touro com a intenção de fazê-lo sangrar. Isto é

<sup>162</sup> **CORREIO Paraense**, 9 abr. 1893. p. 2.

<sup>163</sup> Segundo Carcopino, o mais antigo dos anfiteatros foi edificado em Roma no ano de 29 a.C., e destruído pelo incêndio de 64 d.C. “Pouco depois, os Flávios decidiram substituí-lo por outro, de forma semelhante e planta ampliada. Vespasiano começou a construí-lo. Tito concluiu a estrutura; Domiciano, a decoração”. Em 80 d.C., estava pronto o anfiteatro Flaviano, o maior e mais resistente de Roma, “hoje designado geralmente como Coliseu, nome que a Idade Média nos legou”. Cf: CARCOPINO, Jérôme. **Roma no apogeu do Império**. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1990. p. 272-275.

<sup>164</sup> CARCOPINO, Jérôme. Op cit., p. 279-281.

<sup>165</sup> Ibidem, p. 272-281.

<sup>166</sup> “Órgão político, comercial, noticioso e literário, propriedade de uma Associação, dirigido por J. Marques de Carvalho”, circulando apenas em 1900. Cf: PARÁ. Biblioteca Publica. Op cit., 178.

<sup>167</sup> **O JORNAL**, 20 set. 1900. p. 3.

feito para o touro perder as forças e facilitar a entrada para matar”. Os bandarilheiros usavam as *banderillas*, que eram espécies “de setas recobertas de tecidos de cores que imitam a bandeira espanhola ou da bandeira regional”, cuja função era decorativa e de ferimento do animal. Os matadores manuseavam a *muleta*, um pano vermelho, e faziam diversos passes, cujo objetivo era o de humilhar o animal, ou seja, que ficasse “com a cabeça baixa”<sup>168</sup>.

Os anúncios nos jornais indicavam a data, o horário, os preços dos lugares, dentre outras coisas, das corridas de touros, como consta na imagem 6 a seguir.

Imagem 6 - Anúncio de tourada (1898).

**COLYSEU PARAENSE**

**CORRIDAS DE TOIROS !**

**TOIROS ! DE CORRIDAS**

**SABBADO — 1 de Janeiro — ÀS 4 HORAS**

Estréa de uma companhia hispanhola, da qual faz parte o celebre espada **Navarrito**, recentemente chegado a esta capital.

**Trabalhos e cavalleiro á portugueza**

Executar-se-ão os mais arriscados trabalhos conhecidos na touromachia

**PREÇOS:**

Camarotes (5.entradas)	25\$000		Archibancada (sombra)	5\$000
Cadeiras de toiril.. ..	6\$000		Archibancada (sol) .. ..	3\$000

**BILHETES:**—No Café Chic, Very Well e Botequim Peret & C<sup>a</sup>;  
no dia da corrida na bilhetaria do Colyseu.

**Às 4 horas da tarde** **A LOS TOROS !**

Fonte: **O PARÁ**, (1 jan. 1898, p. 4).

No anúncio, percebe-se o desenho de um cavaleiro enfiando uma lança no touro.

Os jornais paraenses não só anunciavam como avaliavam e descreviam as touradas, destacando o desempenho dos toureiros. Dois dias após a corrida de 20 de setembro de 1900, Tinése Junior, no *O Jornal*, avaliou positivamente o espetáculo, dizendo que “para uma corrida de toiros, n’esta terra, não se podia desejar melhor noite que a de ante-hontem”, e relatava a atuação de toureiros como: Adelino, que “enfeitou” o primeiro touro com alguns ferros, “apezar de ter de lutar com o *bicho*, que *cortava* extraordinariamente o terreno”;

<sup>168</sup> BUADES, Josep M. Op cit., p. 21, 22.

Pechuga e Xavier, que bandarilharam o segundo touro; Gordito, Escojiri e Ruffino, que bandarilharam o terceiro touro, tendo o primeiro “se colocado de maneira a fazer o bicho sahir da gaiola”, o segundo, “castigado a féra com alguns pares regulares”, e o terceiro, metido meio ferro, “sendo colhido dezastrosamente”; Faculdades, que trabalhou com o quinto touro, “mostrando-se Faculdades cheio de calma e fazendo vêr que não gosta de fugir do touro”, e “depois de alguns passes de *muleta*, bastante regulares, foi o *bicho* pegado de cara”; José Bento, “que estava n’uma das más ocasiões”, metendo “um ferro quasi no joelho do animal”, que era o sexto touro da noite<sup>169</sup>.

O caráter sanguinário das touradas acarretou críticas a essa prática em alguns países. Segundo Keith Thomas, na Inglaterra do século XVIII, “a tourada espanhola há muito era famosa por aquilo que o primeiro conde de Clarendon denominava sua ‘rudeza e barbárie’. Os turistas ingleses sempre iam vê-las, mas não mais que uma única vez”<sup>170</sup>. Em Cuba, Monzote lembra que, ao final de 1882, fundou-se em Havana, a Sociedade Cubana Protetora dos Animais e Plantas, que se opôs às corridas de touros, que, na opinião de Romero Cuyas, constituíam diversões “imorais”, sem benefício e que sustentavam todos os “germes do mal”, ocasionando a proibição de novas praças de touros na metrópole<sup>171</sup>. Nos países em que o catolicismo havia penetrado, infere-se que os questionamentos também existiam, já que uma notícia do *Correio Paraense* de 6 de abril de 1894 dizia que o papa não queria que os padres assistissem às touradas, “e prohibia até que se dêem socorros espirituaes a quem fôr ferido n’esses divertimentos”<sup>172</sup>.

No Brasil, também existiram críticas à matança de touros nas touradas. Segundo Melo, no Rio de Janeiro, Machado de Assis considerava a tourada “cruel, ultrapassada, não condizente com uma sociedade civilizada”. Mas, as críticas que prevaleciam estavam relacionadas à organização dos eventos e aos animais utilizados. Segundo Melo, no Rio de Janeiro, o público pagante normalmente reclamava sobre o desconforto das instalações, a desordem da programação e o fato de que os touros utilizados eram mansos, o que não contribuía com a qualidade do espetáculo<sup>173</sup>.

Segundo Sarges, em Belém, as reclamações geralmente recaíam sobre a utilização de gado “manso”, bem como sobre a música, “para que os músicos tocassem um trecho qualquer,

<sup>169</sup> TINÉSE JUNIOR, Toiradas. **O Jornal** (22 set. 1900. p. 2).

<sup>170</sup> THOMAS, Keith. Op cit., p. 202.

<sup>171</sup> MONZOTE, Reinaldo Funes. Facetas de la interacción com los animales em Cuba durante el siglo XIX: los bueyes en la plantación esclavista y la Sociedad Protectora de Animales y Plantas. **Signos Históricos**, n. 16, 2006. p. 100, 104.

<sup>172</sup> **CORREIO Paraense**, 6 abr. 1894. p. 2.

<sup>173</sup> MELO, Victor Andrade de. Op cit., p. 41-42.

tanto antes de começar o espetáculo, como no intervalo”, já que ela funcionava “como um código no desenrolar do espetáculo, desde os primeiros tempos da arte taurina”<sup>174</sup>. Apesar disso, Izquierdo dizia no jornal *Correio Paraense* que “nas touradas achava-se disseminada a alegria, a liberdade espontânea nos semblantes risonhos dos espectadores alegres, que passavam divertidas horas do domingo no Colyseu Paraense”<sup>175</sup>.

Pelo que se infere dos documentos, a tendência das críticas não era para a proibição da tourada, mas para o melhoramento da prática. Com este intuito, segundo informação do jornal *Diario de Noticias*<sup>176</sup>, vários empresários<sup>177</sup> se uniram e criaram a *Empreza Tauromachica Paraense*, em 1894, que tinha entre outras finalidades: a) “compra de um terreno na ilha de Marajó para fundar uma fazenda e apurar animais de raça bovina e cavalar”; b) aproveitamento do terreno “para a isolação de touros de lide e estadio de cavalos, quer para torneios ou corridas, quer para qualquer outro fim”; c) “aquisição da praça de touros denominada Colyseu Paraense”; d) “melhoria da referida praça, cobrindo-a com uma cúpula de vidro que a preservasse das chuvas, ficando bem ventilada e com todas as condições higiênicas apropriadas ao clima regional”; e) exploração do Colyseu por meio de “funções tauromachicas e outros espetáculos de conta própria ou por adjudicação, como sejam: cavalinhos, torneios atléticos, pedestres, velocipedicos, bailes públicos e todas as diversões a que ele se prestasse”<sup>178</sup>.

Uma questão se coloca: por que, no mesmo solo em que a crueldade para com os animais de tração era proibida, a prática das touradas era lícita? Algumas vezes, as touradas eram legitimadas por ações de caridade. Em 28 de janeiro de 1893, no *Correio Paraense*, anunciava-se uma corrida em “benefício da Santa Casa de Misericórdia, e das camas de caridade do hospital da Sociedade Beneficente Portuguesa”. Tal fato, segundo a notícia do jornal, tornava a tourada “entusiástica”, pois o risco de vida do toureiro tinha por único incentivo a “Caridade”<sup>179</sup>. No jornal *O Democrata*<sup>180</sup> de 5 setembro de 1893, informava-se

<sup>174</sup> SARGES, Maria de Nazaré. O Colyseu: arena de touros e toureiros do além-mar – Belém do Pará (1894-1900). In: MATOS, Maria Izilda; et al. **Deslocamentos e histórias: os portugueses**. Bauru: EDUSC, 2008. p. 331, 333.

<sup>175</sup> IZQUIERDO, L. Um pouco de touros. *Correio Paraense*, 30 maio, 1893, p. 1.

<sup>176</sup> “Jornal de propriedade e fundação de Costa & Campbell, passou depois – e sucessivamente – a proprietários e redatores diversos, redigido por Felipe José de Lima e Frederico Augusto da Gama e Costa”. Circulou entre 1880-1898. Cf: PARÁ. Biblioteca Publica. Op cit., 83.

<sup>177</sup> Os empresários eram José Candido da Cunha Osorio, José Ignacio Coelho, Joaquim Taveira Lobato, Joaquim Alves Moreira Pêgo, Augusto Pereira Soares Camarinha, Agostinho Gomes de Carvalho, Ricardo Ferreira Lopes, Joaquim da Silva Vidinha e Manoel Augusto Marques. Cf: **DIARIO de Noticias**, 28 dez. 1894, p. 2.

<sup>178</sup> **DIARIO de Noticias**, 28 dez. 1894. p. 2.

<sup>179</sup> **CORREIO Paraense**, 28 jan. 1893. p. 2.

que iria ocorrer uma “imponente festa tauromachica” em benefício dos órfãos do pranteado paraense Rodrigo Salles. A propaganda no jornal era rodeada pela expressão “Caridade!”<sup>181</sup>. Para a tourada de 7 de outubro de 1900, havia um anúncio no *O Jornal* sobre uma “grande e soberba corrida” de sete “bravíssimos” touros, promovida em benefício da Associação Humanitária “Liga Cearense”. Para atrair o público a esse evento, o anúncio do jornal estampava duas vezes a frase: “Festa de Caridade!”<sup>182</sup>.

Outra forma de aceitar as touradas era justificá-las como práticas civilizadas. Segundo Sarges, assistir à corrida de touros era uma “forma de refinar comportamentos, torná-los mais elegantes, ou mais civilizados, afinal a arena de touros era também frequentada por gente ilustre da cidade, como o governador do estado”<sup>183</sup>.

A França era tomada como referência na avaliação das touradas, enquanto costume civilizado. No *Correio Paraense* de 30 de maio de 1893, Izquierdo observava que com as touradas o povo paraense não adiantava em “cultivo”, mas também não atrasava, tendo em vista que a França, país que mais reagiu contra as touradas, abraçava-as com “vertiginoso prazer” naquele momento, devido à educação do seu público nesta espécie de “divertimento”. Para o autor, até 1878, as corridas de touros somente existiam na Espanha, Portugal, e em alguns países da América Latina. No ano de 1893, havia touradas até no programa de diversões da “Exposição de Chicago”. Izquierdo chegava à conclusão de que o problema da péssima qualidade do gado nas corridas de touros na capital paraense não estava relacionado a um “atraso na civilização”<sup>184</sup>.

As touradas eram expressões da civilidade moderna, ainda que realizassem “maus tratos” e morte de animais. Para parte da elite política e econômica de Belém, frequentá-las era uma forma de estar conectada com os costumes da burguesia francesa, e de outros países por onde as touradas se espalhavam.

Mais um motivo para a proibição da crueldade em relação aos animais de tração, ao contrário do tratamento do toureiro para com os animais das touradas, era a concepção de que os touros eram animais ferozes, selvagens, sendo permitida a morte deles no anfiteatro, enquanto que os animais de transporte eram bichos domesticados, submetidos ao homem, e que deviam permanecer vivos para se explorar para fins úteis. Segundo Keith Thomas, na

---

<sup>180</sup> “Órgão do Partido Republicano, circulou sob a direção dos chefes do extinto Partido Liberal, redigido por Américo Marques Santa Rosa e impresso por Joaquim Augusto Soares Carneiro”, surgindo “em continuação do jornal ‘O Liberal do Pará’”. Foi publicado entre 1890-1895. Cf. PARÁ. Biblioteca Publica. Op cit., 125.

<sup>181</sup> **O DEMOCRATA**, 5 set. 1893. p. 3.

<sup>182</sup> **O JORNAL**, 6 out. 1900. p. 4.

<sup>183</sup> SARGES, Maria de Nazaré. Op cit., 2008. p. 335.

<sup>184</sup> **CORREIO Paraense**, 30 maio 1893. p. 1.

Inglaterra do século XVIII, “os bichos foram divididos em selvagens, a serem amansados e eliminados; domésticos, que se devia explorar para fins úteis; e de estimação, destinados ao carinho e satisfação emocional”<sup>185</sup>. Esta concepção também estava presente no Pará do final do século XIX. No *Correio Paraense* de 28 de janeiro de 1893, considerava-se que a corrida de touros era um espetáculo “entusiástico”, porque geralmente se presenciava a “vitória alcançada pelo homem em luta com a fera”<sup>186</sup>.

No Pará, há outros indícios da concepção de que os animais “selvagens” deveriam ser “amansados” e “eliminados”, e os “domésticos” explorados para “fins úteis”. Na obra feita pelo governo estadual para comemorar o quarto centenário do “descobrimento” do Brasil, chamada *O Pará em 1900*, Emilio Goeldi considerava os morcegos do gênero *Desmodus* e *Dysopes* notórios chupadores de sangue, “causando dano, ora mais, ora menos sensível, não só aos animais domésticos como ao próprio homem”. A existência de número notável de onças pintadas no território paraense era considerada “desagradável ao criador de gado”, causando o prejuízo anual de 50 a 75% do total de gado. Com relação aos roedores, “os fazendeiros não gostavam da capivara; acusavam-na de estragar a pastagem”, causando a “diminuição da vegetação gramínea para o gado”. As mucuras<sup>187</sup> maiores cometiam “frequentes carnificinas entre as aves domésticas”. Os jacarés eram “odiados pelos criadores de gado e tornavam-se agressivos durante a época de reprodução, sendo o pequeno jacaré-tinga<sup>188</sup> apontado como mais malvado do que o jacaré-açu<sup>189</sup>, espécie exclusivamente amazônica”<sup>190</sup>.

Outra fonte é o *Álbum do Estado do Pará: oito annos do governo (1901-1909)*. Nele, o governo de Augusto Montenegro incentivava o extermínio de jacarés na ilha do Marajó, pois era onde havia os principais centros criadores de gado no Pará<sup>191</sup>. Na obra, os jacarés

<sup>185</sup> THOMAS, Keith. Op cit., p. 273.

<sup>186</sup> **CORREIO Paraense**, 28 de janeiro de 1893. p. 2.

<sup>187</sup> Segundo Rodrigues, a mucura é um mamífero marsupial, “também conhecido por sarigue”, que “tem o aspecto de um rato grande, com a espessura do gato, focinho pontudo, cauda comprida e pelada, pêlo ralo, de cor moreno ou pardo amarelado”. Esse animal “é carnívoro noturno muito voraz”, exalando um “líquido fétido” das glândulas de suas axilas, quando se sente perseguido. Cf: RODRIGUES, Roberto Martins. **A fauna da Amazônia**. Belém: CEJUP, 1992. p. 145.

<sup>188</sup> Conforme Rodrigues, o tamanho do jacarétinga “vai de 1,5 até 2 metros de comprimento”, sua coloração é mais clara que outras espécies de jacarés, “possui focinho mais comprido do que largo e tem mandíbula com manchas pretas. Sua carne é comestível, principalmente o fim da cauda, de onde é feito o famoso ‘picadinho de jacaré’, prato típico da ilha do Marajó”. Cf: RODRIGUES, Roberto Martins. Op cit., p. 82.

<sup>189</sup> Segundo Rodrigues, o jacaré açu é a espécie de maior tamanho, podendo atingir até 5 metros de comprimento. “É de cor preta, cabeça comprida, larga e chata, a qual termina por uma tumescência no focinho”. Cf: RODRIGUES, Roberto Martins. Op cit., p. 80.

<sup>190</sup> GOELDI, Emilio. Op cit., p. 38- 46.

<sup>191</sup> Segundo Prado Junior, era da ilha do Marajó que se abasteciam de gado os centros coloniais da foz do rio Amazonas, pois não havia outro local próprio “nesta região florestal e semiaquática da bacia Amazônica”. Porém, “o mau escoamento das águas nestes terrenos de pouca altitude e pequena pluviosidade local”,

eram considerados “inimigos difíceis de combater”. O agricultor esperava chegar o verão, “quando os rios ficavam reduzidos a insignificantes ribeiras para destruir os terríveis anfíbios”. Os jacarés eram “tangidos durante horas e até mesmo, durante um dia inteiro, para o interior de um igarapé, no qual ficavam encurralados”. À medida que os atacantes iam se aproximando, “os jacarés, procurando escapar-lhes, ficavam de tal modo coagidos e acossados, que mais das vezes formavam quase em seco, no lodo, fora do álveo do igarapé, uma longa corrente, amontoados uns sobre os outros”. O marajoara o arrebatava da “lama, pela cauda, e atirava-o sobre a praia onde era degolado”; ou “o jacaré era arrastado por diversos homens que o puxavam pela corda do laço”. Em seguida, “o animal pára, depois de descrever um semicírculo e, ato contínuo, era normalmente vítima do terçado e do machado”. Nestes ataques, “a mortalidade ascendia a um número respeitável, indo muitas vezes a um milheiro, sem sacrifício de vida de nenhum dos homens empregados no serviço”<sup>192</sup>.

O citado *Álbum do Estado do Pará* também registrava a matança de jacarés na ilha do Marajó por meio da fotografia 7 a seguir.

---

transformava a região “em pantanais imensos em que afluam acima da água estagnada apenas algumas estreitas faixas de solo firme, os *tezos*, onde se recolhe o gado. Fica ele, então, obrigado a pastar com a cabeça literalmente metida na água. Os bezerros nascidos nesta ocasião morrem quase sempre afogados”; e o gado ainda é vítima “de dois inimigos ferozes e singulares: a piranha e o jacaré”. Cf: PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 220-221, grifo do autor.

<sup>192</sup> PARÁ. Governador, 1901-1909 (Augusto Montenegro). Op cit., p. 163, 164, 200.

**Fotografia 7 - Matança de jacarés, em Marajó.**



Fonte: PARÁ. Governador, (1901-1909). Augusto Montenegro. Op cit., p. 163.

Os jacarés da ilha do Marajó não eram os únicos animais que estavam sendo exterminados no Pará. Segundo Duarte, no final do século XIX e início do XX, a moda feminina do uso de chapéus enfeitados por inúmeras plumas e penas, bem como a caça esportiva de pássaros por parte do público masculino, provocou uma verdadeira hecatombe da avifauna brasileira, havendo na sua composição a garça e o guará, duas aves amazônicas. A matança destes pássaros despertou a crítica do cientista Emílio Goeldi, que dizia que elas “mantinham o equilíbrio higiênico hídrico, beneficiando toda a bacia amazônica”, e o comércio de penas distanciava o brasileiro da civilização e o aproximava da barbárie, pois o “lucro fácil e ostensivo das práticas ilegais desvalorizava os ganhos honestos e produtivos das atividades geradoras de impostos e representativas ‘do fruto do suor e do trabalho honesto’, como a lavoura e a indústria”, afundando as populações na “degradação moral” e aniquilando “os bens das gerações vindouras”<sup>193</sup>.

Emilio Goeldi também reclamava medidas legislativas para a proteção da tartaruga, um dos principais recursos alimentícios da Amazônia, pois resultava em uma diminuição sensível, “sobretudo na embocadura e no curso inferior do Rio Amazonas”, como

<sup>193</sup> DUARTE, Regina Horta. Pássaros e cientistas no Brasil: em busca de proteção, 1894-1938. *Latin American Research Review*, v. 41, n. 1, 2006. p. 5-7, 14.

consequência direta de uma “incessante perseguição secular e sem método racional”<sup>194</sup>. Por outro lado, o cientista não criticava o impacto da expansão dos animais domésticos<sup>195</sup> sobre a fauna amazônica.

O governo estadual considerava os animais domésticos mais úteis que os selvagens, sendo aqueles merecedores de proteção. Esse era o caso do gado bovino, defendido pelo poder público contra o ataque de jacarés, onças e morcegos; e das aves domésticas, defendidas contra a ofensiva de mucuras. O governo não pensava que os bichos domesticados estavam invadindo o hábitat das feras, mas o inverso.

Essa mentalidade também estava presente em grande parte da sociedade brasileira. Segundo Duarte, o Brasil “era um país que se afirmava como essencialmente agrícola”. Na conquista de novos territórios para o desenvolvimento dessa prática, “a fauna local aparecia como obstáculo, seja pela ferocidade das onças e lobos e conseqüente ameaça aos rebanhos, seja pelo ataque às plantações por pássaros e pequenos herbívoros silvestres”. Na agricultura, “cavalos, porcos, bodes, e outros animais domésticos, eram todos instrumentos de trabalho e tratados como tal, não como mascotes”. A “fragilidade tecnológica” aprofundava ainda mais a dependência do trabalho desses bichos, o que era bem diverso da situação vivida “em regiões urbanizadas da Europa”, que “afastava os homens da natureza e dos animais, fazendo com que eles reconstituíssem essas relações nos ambientes crescentemente individualizados das cidades, adotando mascotes”<sup>196</sup>.

Portanto, as touradas eram legitimadas por ações de caridade, “refinamento de comportamento” por meio da concepção de “costume civilizado”, e percepção de que o touro era um animal “selvagem”, “brabo”, devendo ser morto na arena onde se praticava esse esporte, como o Colyseu Paraense.

---

<sup>194</sup> GOELDI, Emilio. Op cit., p. 46.

<sup>195</sup> Segundo Crosby, os animais domésticos, cavalos, vacas, porcos, cabras, carneiros, asnos, galinhas, gatos e outros bichos, foram introduzidos no Brasil pelos europeus durante a colonização e, graças a um sucesso adaptativo, espalharam-se rapidamente. Esse sucesso deveu-se à atuação em equipe de seus membros, “às vezes uns contra os outros”, porém “mais frequentemente uns em benefício dos outros”, como a adaptação mútua entre capins e animais de pasto, facilitada pelo meio ambiente colonial “europeizado”, que era “uma condição de contínua perturbação e ruptura: de campos arados, florestas devastadas, pastagens exauridas e pradarias queimadas; de vilarejos abandonados e cidades em expansão; de seres humanos, animais, plantas e micro-organismos que, tendo evoluído separadamente, são de repente colocados em íntimo contato”. Cf: CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa (900-1900)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 182-302.

<sup>196</sup> DUARTE, Regina Horta. Cavalinhos, leões e outros bichos: o circo e os animais. **Varia História**, n. 26, jan. 2002. p. 97-106. p. 102-105.

### 2.3) O mais civilizável e civilizado

Entre dezembro de 1896 e janeiro de 1897, Corrêa Mendes escreveu colunas no jornal *Folha do Norte*, denominadas *Notas Medico-Veterinarias* sobre determinados animais domésticos. Um animal de tração, o burro, estava entre os animais escolhidos pelo autor. Ele se indignava e negava a burrice do muar: “Sempre a iniquidade e a injustiça terrenas... O jumento não é *burro*, não: – é um animal inteligente, sobrio, trabalhador e sofredor”; constatando, em seguida, a inteligência do animal: “E’ teimoso o *burro*? Isto só prova que *pensa*, que tem *parecer*, que tem *opinião sua*, isto é, que é inteligente”<sup>197</sup>.

A percepção de que os animais manifestavam inteligência nem sempre esteve presente na observação científica. Segundo Keith Thomas, no século XVII, René Descartes desenvolveu a teoria de que os animais eram “meras máquinas ou autômatos, tal como os relógios, capazes de comportamento complexo, mas completamente incapazes de falar, raciocinar, ou, segundo algumas interpretações, até mesmo de ter sensações”. Para Descartes, o corpo humano também era um autômato, pois desempenhava várias funções inconscientes como a da digestão. Contudo, “a diferença está em que no seio da máquina humana há a mente e, portanto, uma alma separada, enquanto os seres brutos são autômatos desprovidos de almas ou mentes. Só o homem combina, ao mesmo tempo, matéria e intelecto”<sup>198</sup>.

De acordo com Thomas, o Sistema Natural, desenvolvido por Lineu no século XVIII, desferiu um golpe na concepção mecanicista de Descartes, ao rejeitar “as distinções anteriores entre animais ‘racionais’ (ou seja, homens) e ‘irracionais’ (não humanos)”. Lineu “não teve dúvidas em classificar o homem como parte da criação animal, colocando-o na mesma ordem (*primates*) que incluía não apenas os monos, mas até os morcegos, e no mesmo gênero (*Homo*) do orangotango (*Homo sylvestris*)”<sup>199</sup>.

Em 1871, segundo Thomas, Charles Darwin também aproximou o homem aos animais ao argumentar no livro “Da ascendência do homem” que eles não apenas “descendiam de um ancestral comum, mas também que a diferença mental entre os humanos e os animais superiores existentes era somente de grau”<sup>200</sup>.

Os animais e sua hierarquização também povoavam o imaginário de parte dos moradores de Belém. Um exemplo disso era o jogo do bicho, no qual havia animais que

<sup>197</sup> MENDES, Corrêa. *Notas Medico-Veterinarias: o burro. Folha do Norte*, 7 jan. 1897, p.1, grifo do autor.

<sup>198</sup> THOMAS, Keith. *Op cit.*, p. 43.

<sup>199</sup> *Ibidem*, p. 184.

<sup>200</sup> *Ibidem*, p. 201.

também estavam presentes no cotidiano da capital paraense, como o burro, o cachorro, o cavalo, o porco e a vaca.

No romance *Belém do Grão Pará*, escrito por Dalcídio Jurandir, a personagem D. Inácia havia sonhado com o afilhado dela chamado Alfredo, o que implicava em jogar no burro: “Madrinha mãe, no íntimo, não perdia a esperança num número, grupo do galo, a centena do burro... pois sonhara com Alfredo e sonhar com pessoa inteligente era jogar no burro”<sup>201</sup>.

Segundo Matta e Soárez, o jogo do bicho foi criado em 1892 por João Baptista Vianna Drummond (1825-1897), “futuro barão de Drummond, então proprietário do primeiro Jardim Zoológico do Rio de Janeiro”, após receber permissão da Câmara Municipal para estabelecer e explorar “jogos públicos lícitos” dentro dos limites do Jardim. O barão instituiu “uma espécie de sorteio envolvendo seus animais – era o chamado ‘sorteio dos bichos’, que objetivava aliviar as dificuldades financeiras atravessadas pelo Jardim Zoológico”, constando de 25 números<sup>202</sup>.

Em pouco tempo, o jogo do bicho se tornou um dos jogos mais populares do país, fazendo com que o governo federal receasse sua concorrência com a Loteria Federal. Conforme Matta Soárez, o resultado disso “foi o aparecimento do Decreto nº 133 (da cobra), de 10 de abril de 1895, que autorizava o prefeito Cezário Alvin a rescindir o contrato com a empresa de João Baptista Vianna Drummond, responsável pelo Zoológico”, tornando o jogo do bicho ilegal<sup>203</sup>.

Mesmo diante da repressão oficial, consoante Matta e Soárez, o jogo do bicho se organizou cada vez mais por meio da união de bicheiros, e da expulsão “dos ‘amadores’ ou banqueiros eventuais”, pois “uma atividade fora da lei se torna coisa séria, configura riscos e pode conduzir a severas perdas sociais”<sup>204</sup>.

Na Belém de 1916, o jogo do bicho tinha até a “licença” do governador do Pará para o seu funcionamento. Segundo notícia da *Folha do Norte* de 11 de julho do referido ano, “um respeitável cavalheiro da indústria estabelecera banca de jogo do bicho em uma quitanda, à rua Aristides Lobo, canto da travessa de S. Antonio”. No dia 9 daquele mês, ele “desapareceu, levando o dinheiro todo dos incautos, porque naquele dia dera o ‘jacaré’ e a

<sup>201</sup> JURANDIR, Dalcídio. Op. cit., 161.

<sup>202</sup> A correspondência entre número e bicho era a seguinte: 1 = Avestruz; 2 = Águia; 3 = Burro; 4 = Borboleta; 5 = Cachorro; 6 = Cabra; 7 = Carneiro; 8 = Camelo; 9 = Cobra; 10 = Coelho; 11 = Cavalo; 12 = Elefante; 13 = Galo; 15 = Jacaré; 16 = Leão; 17 = Macaco; 18 = Porco; 19 = Pavão; 20 = Peru; 21 = Touro; 22 = Tigre; 23 = Urso; 24 = Veado; 25 = Vaca. Cf. MATTÁ, Roberto da; SOÁREZ, Elena. **Águias, burros e borboletas: um estudo antropológico do jogo do bicho**. Rio Janeiro: Rocco, 1999. p. 60, 65-68.

<sup>203</sup> MATTÁ, Roberto da; SOÁREZ, Elena. Op cit., p. 80.

<sup>204</sup> Ibidem, p. 81.

banca estava carregada nesse bicho em centenas e no grupo”. A notícia o considerava “um verdadeiro gatuno, como por ahi ha muitos a bancar o bicho, graças à licença amável do dr. governador do Estado, que é também uma de suas melhores glórias administrativas”.<sup>205</sup>

De acordo com Matta e Soárez, os apostadores desse jogo se baseavam em um “sistema de palpites”, que juntava “versões populares da cabala com a magia negra e estas com o quadro de sonhos e crenças particulares na sociedade brasileira”<sup>206</sup>. Neste quadro, havia a concepção de que o burro era um animal inteligente.

O conhecimento científico e o dito popular entrecruzavam-se na ideia de que havia animais, como o burro, que possuíam manifestações de inteligência, aproximando o homem ao animal, já que outrora predominava a concepção de que somente o ser humano era provido de racionalidade.

A ciência fazia essa aproximação por meio da empiria, do sistema natural desenvolvido por Lineu, e da ideia de Charles Darwin de que homens e animais descendiam de um ancestral comum, havendo somente uma diferença de grau de inteligência entre eles. O dito popular, por sua vez, encontrou no jogo do bicho um dos meios para expressar sua concepção sobre a relação entre humanos e animais, como a crença de que sonhar com pessoa inteligente implicava em jogar no burro.

Nessa circunstância, o escritor das *Notas Medico-Veterinarias da Folha do Norte*, Corrêa Mendes, defendeu a ideia de que o burro manifestava inteligência. Para tanto, o autor comparava o comportamento do animal com a atitude conservadora de alguns políticos:

Fundamentalmente conservador, custa ao jumento o mudar de habitos, exactamente como a certa ordem de politicos honrados custa aceitar formulas de governo diferente d’aquellas em que tem vivido. Chama-lhes por isso *teimoso!*[...] Ao que na sociedade humana se chama *virtude civica* e *caturrice honrada*, na espécie asinina denomina-se estupidez, teimosia ou *burrice*.<sup>207</sup>

Essa comparação do colunista Corrêa Mendes poderia ser uma extensão da percepção do autor sobre a reação de parte dos políticos paraenses contra a difusão de novas ideologias<sup>208</sup>. Na época da crise do regime imperial, segundo Sarges, Antonio Lemos era

<sup>205</sup> **FOLHA do Norte**, 11 de julho de 1916, p. 4. O governador do Estado do Pará nessa época era Eneas Martins.

<sup>206</sup> MATTÁ, Roberto da; SOÁREZ, Elena. Op cit., p. 86.

<sup>207</sup> MENDES, Corrêa. Op cit., p. 1, grifo do autor.

<sup>208</sup> Segundo Keith Thomas, “os estudos de muitos antropólogos sugerem que é uma tendência constante do pensamento humano projetar, no mundo da natureza (e particularmente no reino animal), categorias e valores derivados da sociedade humana para, depois, trazê-los de volta à ordem humana, que criticarão ou defenderão, justificando determinando arranjo social ou político com base em que de algum modo seria mais ‘natural’ que os

membro do Partido Liberal, e jornalista de “A Província do Pará”, cujo corpo de redação era majoritariamente republicano. Mesmo em volta de republicanos, ele se manteve fiel às ideias monarquistas, até pouco antes da instituição da República. Lemos participou da comissão paraense que recepcionou o conde D’Eu no Pará, representante da Monarquia brasileira em missão de propaganda do terceiro reinado, em junho de 1889, mesmo sabendo dos “rumores de que os republicanos e ‘os meninos do Lycêu’ iriam ‘botar o mundo abaixo’, como de fato aconteceu com passeatas e toda a sorte de manifestação de repúdio ao nobre visitante, fazendo-o retornar à Corte bem antes do tempo previsto”<sup>209</sup>.

Mesmo com a instalação da República, os monarquistas não desanimaram. Segundo Sarges, com o novo regime “foi fundado o Partido Republicano Democrata, congregando os elementos do Liberal e Conservador, extintos partidos monarquistas”. Entretanto, “essa aglutinação não foi suficiente para diminuir o ânimo dos monarquistas conservadores que ainda acreditavam na possível restauração monárquica”<sup>210</sup>.

O medo de alguns políticos de consolidação da República tornou-se o de quase toda a classe política em relação ao socialismo. Parte dos operários belenenses vinha se organizando sob a influência de ideias socialistas. Segundo Vicente Salles, estas ideias passaram a ecoar com maior força na capital paraense a partir de 1889, quando, em 1º de maio, ocorreu “o massacre dos operários em greve na cidade de Chicago, fato que repercutiu em todo mundo”, e que impulsionou, no mesmo ano, a reorganização da “Associação Internacional dos Trabalhadores – II Internacional – que instituiu a festa do trabalho precisamente em 1º de maio e reivindicou a jornada de 8 horas de trabalho”<sup>211</sup>.

Com a reorganização da classe trabalhadora, de acordo com Salles, a *Tribuna Operária*, órgão do Partido Operário do Pará que era filiado ao Partido Operário Socialista Brasileiro, “definiu postura pró-socialismo emanado da II Internacional”. O Partido Operário do Pará planejava, então, “festejar pela primeira vez” o 1º de maio no Brasil, que foi impedido “na noite de 29 para 30 de abril de 1892”, devido ao “assalto e empastelamento do jornal operário pela polícia do governador Lauro Nina Sodré”, bem como pela prisão dos militantes do Partido<sup>212</sup>. Segundo Moura, outra medida para evitar a propagação do socialismo foi a

---

outros possíveis”. Cf. THOMAS, Keith Op cit., p. 84. Vários estudos de História Ambiental do Brasil vêm apontando no mesmo sentido, destacando-se, com relação aos animais, trabalhos como: DUARTE, Regina Horta. *Biologia, natureza e República no Brasil nos escritos de Mello Leitão (1922-1945)*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, n. 58, p. 317-340, 2009; DUARTE, Regina Horta. *Pássaros e cientistas no Brasil: em busca de proteção, 1894-1938*. **Latin American Research Review**, v. 41, n. 1, p. 3-26, 2006.

<sup>209</sup> SARGES, Maria Nazaré. Op cit., 2002. p. 47.

<sup>210</sup> Ibidem, p. 48.

<sup>211</sup> SALLES, Vicente. **Marxismo, socialismo e os militantes excluídos**. Belém: Paka-Tatu, 2001. p. 50.

<sup>212</sup> Ibidem, p. 50-51.

união entre os democratas e os republicanos históricos na fundação do Partido Republicano Paraense, em 1896<sup>213</sup>.

Neste contexto de luta operária, o escritor das *Notas Medico-Veterinarias da Folha do Norte*, Corrêa Mendes, ressaltava que o burro ainda não havia logrado “a emancipação do trabalhador, a glorificação do trabalho, que a igualdade politica abrange, e que o triumpho do suffragio universal, nas sociedades humanas, estava prestes a realizar. O jumento conta com a justiça de Deus. A sua hora hade de soar!”<sup>214</sup>.

Para o colunista Corrêa Mendes, o burro apresentava mais qualidades que o cavalo. O jumento era modesto: enquanto que o cavalo exigia “grãos seccos e limpos, feno cheiroso e variado, e forragens escolhidas e estrumadas, o pobre jumento contenta-se com quaesquer palhas e hervas, com as cascas das árvores até!”; paciente: enquanto o cavalo, “entregando-se a continuos movimentos na propria manjadoura, gasta ahi uma parte da própria alimentação, o jumento, calmo e comedido, filosofo e pensador, aproveita integralmente a alimentação que lhe derem, conservando-a por mais tempo e melhor”; e trabalhador: “emquanto o cavallo, após um *supremo esforço*, facilmente se fatiga, se exgota, o jumento, não tão ligeiro, nem tão potente quanto o primeiro, n’um só momento, trabalha um dia inteiro de *cara alegre*, com uma *endurance*, uma resistência à fadiga inegalavel![...]”<sup>215</sup>.

Os burros eram os animais preferidos para realizar o serviço de tração do transporte coletivo. Segundo o colunista Corrêa Mendes, “em todas as cidades do mundo, para certa ordem de tracção, como a dos *bonds* ou *americanos*, ninguém quer senão gado muar porquanto só este gado é que atura esta espécie de serviço”. Para o autor, em Belém, a própria Companhia Urbana, mirando a economia, já havia tentado fazer a tração dos bondes por meio de cavalos, mas sem resultado: “só os muares é que resistem ás subidas íngremes, ás curvas de pequeno raio, e á exagerada insolação deste clima torrido”<sup>216</sup>. Por conta disso, os bondes também eram conhecidos como “bondinhos de burro”<sup>217</sup>.

O colunista Corrêa Mendes concluía que o burro era o animal doméstico “mais civilizável e mais civilizado”, ou seja, o bicho mais pacífico e útil para o ser humano:

E’ o jumento, modesto, paciente, trabalhador, intelligente, e porventura o animal domestico mais *civilisavel* e mais *civilisado*: – animais de todas as

<sup>213</sup> MOURA, Levi Hal de. **Esquema da origem e da evolução da sociedade paraense: 1616-1901**. Belém: H. Barra, 1957. v.1, p. 53.

<sup>214</sup> MENDES, Corrêa. Op cit., p. 1, grifo do autor.

<sup>215</sup> Idem.

<sup>216</sup> Idem.

<sup>217</sup> Cruz, Ernesto. Op cit., 1973. p. 471.

especies, o proprio cavallo *nobre* e o cão *fiel*, o boi *caseiro* e o porco da *latrina*, depois de terem dado um milhão de provas de docilidade e *civilidade* [...] não necessitam de muito tempo para se tornarem bravos, selvagens, *incivilizados* ou *incivis*[...].<sup>218</sup>

Os maus tratos aos animais de tração eram proibidos em Belém, devido à utilidade desses bichos para o serviço de transporte, ainda mais em uma cidade cada vez mais populosa e comercialmente ativa por conta do crescimento econômico, corroborado em grande medida pela exportação de borracha. Contribuía secundariamente para essa proibição a comparação do comportamento desses animais com atitudes humanas, e as relações que estes travavam entre si. Assim fez Corrêa Mendes ao escrever as *Notas Medico-Veterinarias na Folha Norte* sobre o burro.

#### 2.4) “União Protectora dos Boleiros e Carroceiros”

Os animaes que tanto ajudam ao homem têm direito ao menos de não serem tratados com barbaridade, por isso em todas as capitaes civilizadas se procura, por meio de posturas, o garantil-os não só contra os máos tratos, como tambem o exigir-se d’elles serviços exagerados ou fazel-os trabalhar quando feridos ou doentes. Ainda para isto chamo vossa atenção; não havendo um codigo de posturas, ignoro se já alguma existe sobre este assumpto, mas se existe, de certo não é posta em pratica, por isso escrevo estas linhas<sup>219</sup>.

A fonte acima é uma parte do Relatório do presidente da província do Pará, José Coelho da Gama e Abreu, apresentado à Assembleia Legislativa em 1880. Esse trecho é mais um indício de que os animais de tração estavam entre os bichos domésticos mais úteis para o ser humano, dependendo essa utilidade do estado de saúde deles, e da forma como os seus condutores lhe tratavam. O Código de Posturas, nesse sentido, servia não somente para evitar danos aos “animais que tanto ajudavam ao homem”, mas também como forma de expressão da “civilidade” e da “modernidade”. Porém, o presidente da província chamava a atenção da Assembleia acerca do não cumprimento do referido Código.

Mesmo ao longo da Intendência de Antonio Lemos, quando a fiscalização dos espaços públicos se tornou mais rígida, há poucos registros de punições relativas aos maus-tratos aos animais. Em 1904, os guardas municipais impuseram uma multa ao transgressor do artigo 67, n. II, do Código de Polícia Municipal, que proibia os boleiros e carroceiros de “conduzir nos

<sup>218</sup> MENDES, Corrêa. Op cit., p. 1, grifo do autor.

<sup>219</sup> PARÁ. Presidente (José Coelho da Gama e Abreu). **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Pará, na sua 1.a sessão da 22.a legislatura, em 15 de fevereiro de 1880.** Pará, 1880. p. 57.

veículos, puxados por um só animal, peso superior a 600 kilos e mais de mil nos puxados por dois animais”<sup>220</sup>. Em 25 de junho de 1907, Lemos determinava a substituição dos muare empregados no serviço transporte da *Pará Electric Railways and Lighting Company* no prazo de dois meses, devido ao péssimo estado desses animais<sup>221</sup>. O desdobramento prático disso foi a inauguração do serviço de tração elétrica em 15 de agosto de 1907.

A quase ausência de punição aos condutores de veículos que praticavam os maus-tratos aos animais não significava que estes sujeitos estavam livres das obrigações dos Códigos de Posturas. Eles estavam submetidos a outras regras. A proibição da “crueldade” aos animais de tração era uma pequena parte de um conjunto de deveres a que os cocheiros, boleiros, condutores de carros, carroças e bondes eram obrigados a cumprir. Esse conjunto ia do artigo 139 ao 166 no Código de 1890<sup>222</sup>, e do 60 ao 73 no Código de 1900<sup>223</sup>.

Parte dos condutores de carros de tração animal sofria punições. O jornal *A Republica*<sup>224</sup>, de março de 1891, noticiou o seguinte texto: “o carroceiro Manoel Rodrigues foi preso sabbado, a noute, no Reducto, por andar com a carroça sem pharól”<sup>225</sup>. No mês de novembro de 1899, o carroceiro Antonio Fernandes foi preso na Praça Saldanha Marinho, por infração do artigo 147 do Código de Posturas que dizia: “Se algum vehiculo, estando na via publica, não poder continuar o seu caminho, o dono o fará remover antes de 4 horas, bem como a carga, se a houver sob pena de multa de 20\$000 e de ser a remoção feita a sua custa”<sup>226</sup>. Em março de 1900, José de Figueiredo, “português e carreiro, foi preso às 2 horas da tarde na Rua 15 de Novembro, por infração da Lei n. 226 de 28 de Março de 1899”, que dizia: “nenhum carroceiro deverá ter sua carroça atravessada nos trânsitos”<sup>227</sup>. Conforme notícia do jornal *O Pará* de julho de 1899, foram multados no valor de 50\$000 os carroceiros Antonio Pereira, “por descarregar objetos com a carroça atravessada na via pública”, e Antonio Barbosa, “por deixar a carroça abandonada na via pública”<sup>228</sup>. Em outro informativo

<sup>220</sup> BELÉM. Intendente, 1897-1911 (Antonio José de Lemos). **O município de Belém: 1904** - Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém, 15 de novembro de 1905. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1905. p. 101.

<sup>221</sup> BELÉM. Governo Municipal. **Leis e Resoluções Municipaes e Actos do Executivo (1907)** – Codificadas na Administração do Senador Antonio José de Lemos. Belém: Secção de Obras d’A Provincia do Pará, 1908, p. 109.

<sup>222</sup> **CÓDIGO de Posturas da Intendência Municipal de Belém (aprovado pelo decreto num. 247 de 18 de dezembro de 1890)**. Op cit., p. 32-38.

<sup>223</sup> BELÉM. Conselho Municipal. Op cit., p. 41-44.

<sup>224</sup> “Jornal de circulação diária, órgão do Partido Republicano”, sob responsabilidade de “Raymundo Martins, Manoel Barata, Theonito de Brito e Martins Pinheiro”. Circulou entre 1890-1897. Cf: PARÁ. Biblioteca Pública. Op cit., p. 132.

<sup>225</sup> **A REPUBLICA**, 24 mar. 1891. p. 1.

<sup>226</sup> **A REPUBLICA**, 24 nov. 1899. p. 2.

<sup>227</sup> **A REPUBLICA**, 6 mar. 1900. p. 2.

<sup>228</sup> **O PARÁ**, 6 jul. 1900, p. 3; **O PARÁ**, 7 jul. 1900. p. 3.

do jornal *A Republica*, em maio de 1900, pelo fiscal da Intendência Fuão Pegado, foi preso um carroceiro, “simplesmente por ter este atravessado um carro nos trilhos dos bondes”<sup>229</sup>.

Segundo Lemos, em 1904, houve uma multa ao infrator do artigo 62, n. III, que não permitia, nos carros em geral, “o chiar dos eixos” e “deixar os veículos abandonados na via pública”; e oito multas ao transgressor do artigo 63, n. II, que obrigava os donos de trens<sup>230</sup> de aluguel a “numeral-os antes de entrar em serviço”<sup>231</sup>. No ano de 1905, ocorreram duas multas aos infratores do artigo 71, parágrafo único, que dizia que “os carros e carroças não poderão descarregar de modo a impedir o trânsito de outros veículos, salvo quando a rua ou travessa for tão estreita, que não permita a passagem de mais de um simultaneamente. Nesse caso, a carga ou descarga será feita imediatamente e sem interrupção”<sup>232</sup>. Em 1906, houve uma multa ao transgressor do artigo 61, que dizia que os cocheiros, boleiros, condutores ou carroceiros somente poderiam guiar o veículo “no lugar próprio”, sendo que o carroceiro guiaria “a pé, ao lado ou adiante da carroça, a distância máxima de 1,5m, conduzindo o animal pelo cabresto ou arreata, sem permitir-lhe trotar ou galopar”<sup>233</sup>.

Os cartões-postais da época da Intendência de Antonio Lemos (1897-1911) mostravam outra versão de Belém. A imagem transmitida por eles era a de uma cidade civilizada, em que os condutores de veículos não utilizavam animais doentes, velhos, famintos e sobrecarregados, mantendo-os numa postura ereta, e na qual os carroceiros conduziam o veículo a pé, adiante ou ao lado dos animais. Essa imagem transmitia também que os carros de tração animal eram estacionados corretamente nas vias públicas, e não atravessados ou sobre os trilhos dos bondes. Entretanto, as fotografias nem sempre revelam esse ordenamento.

Nas fotografias 8 e 9 a seguir, constata-se a não obediência ao Código. Na fotografia 8, constata-se carros de tração animal em cima do trilho. Na 9, apenas um condutor aparentemente segue as posturas municipais, mas ao lado está estacionado um veículo similar em cima da calçada.

<sup>229</sup> **A REPUBLICA**, 13 maio, 1900. p. 2.

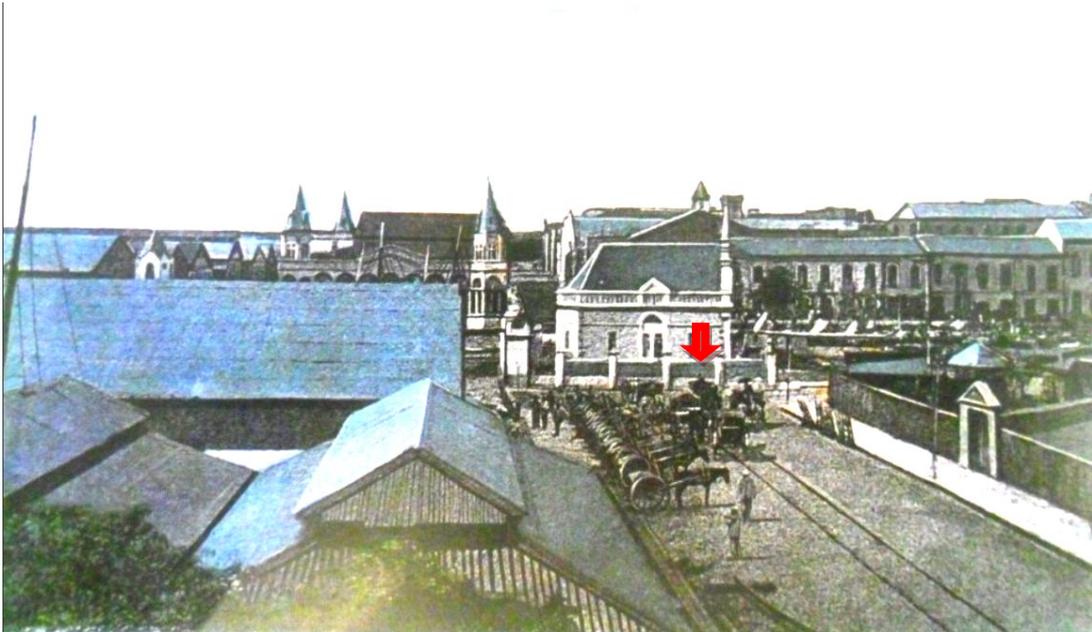
<sup>230</sup> Trem, denominação aplicada antigamente a qualquer sege ou carruagem. Cf: FORNARI, Claudio; CAMINHA, Lannes de S. Op cit., p. 460.

<sup>231</sup> BELÉM. Intendente, 1897-1911 (Antonio José de Lemos). Op cit., 1905. p. 102.

<sup>232</sup> BELÉM. Intendente, 1897-1911 (Antonio José de Lemos). **O município de Belém: 1905** - Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1905. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1906. p. 95.

<sup>233</sup> BELÉM. Intendente, 1897-1911 (Antonio José de Lemos). **O município de Belém: 1906** - Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1905. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1907. p. 86.

**Fotografia 8 – Carros de tração animal estacionados no Ver-o-Peso.**



Fonte: SILVA, R. L. da; FERNANDES, P. C. Op cit., p. 59.

Tomada do Ver-o-Peso a partir do Forte do Castelo. Em primeiro plano, à esquerda, parte dos telhados do trapiche do Lloyd e, ao fundo, no centro, a fachada lateral do Necrotério Público, e carros de tração animal estacionados na via pública. À direita, a área onde se encontra instalada a Feira do Açaf.

**Fotografia 9 – Carros de tração animal na Rua Conselheiro João Alfredo.**



Fonte: SILVA, R. L. da; FERNANDES, P. C. Op cit., p. 80.

À esquerda, carroceiro adiante de seu animal. No centro, carros de tração animal devidamente estacionados.

Os condutores de carros de tração animal poderiam estar sujeitos ao abuso de autoridade. Segundo notícia do jornal *A Republica*, de setembro de 1900, o carroceiro Francisco Duarte colocou devidamente a sua carroça na Avenida 16 de Novembro e foi almoçar no hotel que ficava fronteiro. Porém, o guarda municipal Duarte Torres o multou em 54.000 réis, “sob o pretexto de ter abandonado a carroça”. Francisco, “ante a perspectiva de ser preso, padecer fome e ser arrastado a enxovia”, preferiu pagar a quantia cobrada, úmida ainda do “suor do trabalho, que lhe ensopava a roupa, para as unhas afiadas do guarda municipal, sedento do dinheiro alheio”<sup>234</sup>. O fiscal não somente punia o carroceiro por algo que ele não havia feito, como também cobrava mais do quántuplo da multa por abandono de veículo na via pública, que correspondia originalmente a 10.000 réis<sup>235</sup>.

A polícia não somente punia como ajudava os condutores de veículos a recuperar seus animais. No jornal *A Republica*, em agosto de 1899, o carroceiro Francisco Dias Baptista “deu queixa á policia que no dia da festa de S. João, a meia-noite, furtaram-lhe um cavallo da olaria Una”, e que indo atrás do Arsenal de Marinha “encontrara o cavallo em uma cocheira”<sup>236</sup>. Em janeiro de 1900, José Roberto de Vasconcellos, boleeiro de carro de praça, queixou-se que “possuindo um cavallo em sua cocheira á Rua S. Vicente de Fora, este desaparecera no 15 do mez passado, sendo hontem encontrado em poder do carroceiro espanhol de nome Angelo Mora”, que, chamado à policia, “allegou ter comprado o dito a um seu patrício no largo de S. Braz”. Como se tornou difícil encontrar o vendedor do cavalo furtado, “a policia obrigou Mora entregal-o ao seu dono legitimo”<sup>237</sup>.

Entre essas situações experimentadas pelos carroceiros, havia laços de solidariedade entre eles. Segundo uma notícia do jornal *A Republica*, de 13 de maio de 1892, “uma carroça com 8 barricas de trigo era puchada por um lazarento cavallo” no dia anterior, “ás 2 horas da tarde pela rua da Industria, próximo a alfandega”, onde o animal “entendeu que não deveria continuar a jornada”, atirando-se no chão. O carroceiro, “comprehendendo que o cavallo queria levar em capricho, mette lhe o chicote, a corda, o fueiro e quasi atracam-se”. Presenciando o fato, outros condutores de carroça vieram em seu auxílio, dando pancadas no cavalo, que “levantou-se; arriaram-n’o de novo, puzeram as mãos á roda para ajudarem o cavallo a conduzir o carro”, mas o animal caiu novamente, prosseguindo “por algum tempo a luta dos carroceiros e do cavallo”, chegando-se ao seguinte resultado: “o cavallo venceu e os

<sup>234</sup> **A REPUBLICA**, 19 set. 1900. p. 2.

<sup>235</sup> **CÓDIGO de Posturas da Intendência Municipal de Belém** (aprovado pelo decreto num. 247 de 18 de dezembro de 1890). Belém: Typ. d’A Republica, 1891. p. 34.

<sup>236</sup> **A REPUBLICA**, 11 ago. 1899. p. 2.

<sup>237</sup> **A REPUBLICA**, 13 jan. 1900. p. 2.

carroceiros tiveram que substituí-lo puchando o carro até o termo da viagem”<sup>238</sup>. O caso em questão também é um indício do limitado recurso financeiro dos condutores de carroça, impedindo-os de possuir uma reserva de animais saudáveis, pois eles mesmos acabaram substituindo o cavalo lazarento. Os maus-tratos aos animais de tração, nesse sentido, era uma tentativa de evitar essa substituição.

Estando submetidos às mesmas regras e punições do Código de Posturas, ao abuso da fiscalização de parte dos guardas municipais, dependendo de animais de tração para realizar os seus serviços, e com limitados recursos financeiros, parte dos condutores de veículos se uniram e se organizaram formalmente na *Sociedade Beneficente União Protectora dos Bolieiros e Carroceiros*, que, segundo notícia do jornal *Estado do Pará*<sup>239</sup>, tinha presidência e diretoria, e realizava reuniões temáticas, como a de debater “finanças sociais”, no mês de agosto de 1913<sup>240</sup>.

Provavelmente, a *União Protectora dos Bolieiros e Carroceiros* era uma associação mutualista. Segundo Viscardi e Jesus, “o mutualismo funcionava como *locus* de agregação de identidades e interesses compartilhados, reforçando os laços de solidariedade horizontais e edificando espaços de sociabilidade e lazer para seus integrantes”. A maioria das associações “tinha como objetivo principal oferecer aos associados proteção na ausência dos mecanismos formais de previdência pública”. Muitas delas “foram erigidas em torno da categoria profissional” de seus integrantes. Na maioria das mutuais, “prevalciam associados do sexo masculino, com idade média entre 15 e 55 anos”. As associações “cumpriam um importante papel na promoção de atividades culturais. Constituíam espaços para lazer e conagração dos associados e dos demais moradores da cidade”. Nas relações com o poder público, as

<sup>238</sup> **A REPUBLICA**, 13 maio, 1892. p. 1.

<sup>239</sup> Jornal fundado por Justo Chermont em 1911. Em seu ano inicial, “combateu a política do Intendente Antonio Lemos, apoiando seu adversário político Lauro Sodré. Durante o Governo de Dionísio Bentes (1925-29), esse jornal fez violenta campanha oposicionista e, em consequência, teve suas instalações invadidas e depredadas por policiais civis e militares, no dia 21 de janeiro de 1928”. Circulou entre 1911-1980. Cf: PARÁ. Biblioteca Pública. Op cit., p. 241.

<sup>240</sup> **ESTADO do Pará**, 1 ago. 1913. p. 2. Segundo Thompson, os homens e mulheres “experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura”, das “mais complexas maneiras”, agindo posteriormente “sobre sua situação determinada”. Cf: THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981, p. 180-201. Essa ideia contribuiu para a percepção de Pinheiro de que as experiências em comum dos estivadores de Manaus no ambiente de trabalho e de lazer contribuíram para fortalecer a união desses trabalhadores na luta por melhores condições de vida no final do século XIX e início XX. Essas experiências se manifestavam, por exemplo, no consumo de bebida alcoólica “para minorar a dura jornada, mitigando a fome e a fadiga”; enquanto frequentadores de casas de prostituição localizadas na zona portuária, e de jogos de bilhar; na excessiva exposição ao sol, no enfrentamento de ambientes úmidos e fétidos, e nos constantes acidentes durante o trabalho. Cf: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros**: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925). Manaus: EDUA, 2003. p. 56-82.

mutuais “requeriam subvenções, pediam permissão para a realização de festividades, solicitavam serviços públicos dos mais diversos matizes e almejavam isenção de impostos”<sup>241</sup>.

A *União Protectora dos Boleiros e Carroceiros* fazia solicitações ao poder público. Em 1907, ela apresentou “longa petição” ao Conselho Municipal de Belém, solicitando a “revogação da lei que obrigava os boleiros e carroceiros à matrícula”, bem como a “dispensa do pagamento da respectiva taxa concernente ao exercício prestes a encerrar-se”, porém, o pedido não foi aceito, permanecendo as “taxações estabelecidas nas bases orçamentárias para o exercício de 1908”<sup>242</sup>. Desse pedido, infere-se, mais uma vez, que os condutores de carros de tração animal possuíam limitados recursos financeiros.

A situação financeira dessa classe trabalhadora explica, em parte, a permanência dos maus tratos aos animais de tração, pois era preciso comprar alimentos e investir na saúde dos animais, bem como substituí-los por outros em determinados momentos. Os governos municipais apenas proibiam os maus tratos, mas não davam assistência aos condutores de veículos puxados por animais.

---

<sup>241</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 24-30.

<sup>242</sup> BELÉM. Conselho Municipal. **Annaes do Conselho Municipal de Belém. Anno de 1907**. 7ª Legislatura. Em março, junho, setembro, novembro e dezembro. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1916. p. 140-142.

### CAPÍTULO 3

## OS DOMÉSTICOS (IN)DOMESTICADOS

Imagem 7 – Cachorro na Rua Oliveira Bello.



Fonte: SILVA, R. L. da; FERNANDES, P. C. Op. cit., p. 121.

Do cartão postal acima (imagem 7), podemos lembrar alguns elementos do processo de modernização de Belém durante a Intendência de Antonio Lemos (1897-1911), na qual as mangueiras foram plantadas sistematicamente nas ruas e praças da cidade para purificar o ar e amenizar o clima da região. A higienização do espaço vinha também com o alargamento das ruas, que se transformaram no lugar de circulação das mercadorias e da elite que morava na capital paraense e que enriquecia com o comércio da borracha. Mas, havia animais soltos no meio desse caminho, que poderiam prejudicar o trânsito de veículos e pessoas, além de deixarem o espaço insalubre, como o cachorro representado na imagem acima. A preocupação que eles trouxeram para os moradores e para o poder público municipal e estadual, e os desdobramentos práticos disso, são os temas do presente capítulo.

### 3.1) “Quadrúpedes e outros animais”

Os cães que andavam soltos pelas ruas e praças da cidade eram chamados de “vadios”. Uma publicação do *Diario de Noticias* de 7 de abril de 1902, dizia que “matilhas de cães vadios” vagueavam pelas ruas da capital paraense, “pondo em risco as pernas dos transeuntes”. Exemplo disso ocorreu dois dias antes, quando “á tarde passava pelo largo do quartel<sup>243</sup> um pobre homem, que de um momento a outro viu-se cercado por uma quantidade de cães que pareciam querer devorá-lo”<sup>244</sup>.

O conceito de vadiagem dado aos cães que andavam soltos pelas ruas e praças de Belém, vinha das relações sociais, nas quais esse conceito estava associado ao processo de construção da ideologia do trabalho. Segundo Chalhoub, esse conceito “se constrói na mente dos parlamentares do fim do Segundo Reinado basicamente a partir de um processo de inversão: todos os predicados associados ao mundo do trabalho são negados quando o objeto de reflexão é a vadiagem”. O vadio era o indivíduo ocioso que, “negando-se a pagar sua dívida para com a comunidade por meio do trabalho honesto, coloca-se à margem da sociedade e nada produz para promover o bem comum”, levando-o “a cometer verdadeiros crimes contra a propriedade e a segurança individual”, ou seja, a vadiagem era “um ato preparatório do crime, daí a necessidade de sua repressão”<sup>245</sup>.

Nesse sentido, os parlamentares brasileiros da época reconheciam abertamente “que se desejava reprimir os miseráveis”, pois os pobres apresentavam “maior tendência à ociosidade, são cheios de vícios, menos moralizados e podem facilmente ‘rolar até o abismo do crime’”<sup>246</sup>. Percebe-se isso na notícia “Menores Vagabundos”, da *Folha do Norte* de 22 de janeiro de 1903, na qual se dizia que “na travessa Dr. Moraes, entre a avenida Gentil Bittencourt e estrada S. Braz<sup>247</sup>, diariamente um grupo de menores, vagabundos precoces e incorrigíveis”, reuniam-se, “fazendo assuadas e correrias, atirando pedras aos transeuntes, atacando menores que por allí passam indefesos”. A notícia finalizava dizendo que “não seria mau que a policia desse um gyro por allí para por cobro a essa calaçaria, fazendo com que esses menores vagabundos se desviassem do caminho da perdição”<sup>248</sup>.

<sup>243</sup> Atual Praça da Bandeira. Cf: CRUZ, Ernesto. Op cit., 1970. p. 115.

<sup>244</sup> **DIARIO de Noticias**, 7 abr. 1892. p. 2.

<sup>245</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas: UNICAMP, 2011. p. 73-75.

<sup>246</sup> *Ibidem*, p. 75-76.

<sup>247</sup> Atual Avenida Braz de Aguiar. Cf: CRUZ, Ernesto. Op cit., 1970. p. 90.

<sup>248</sup> **FOLHA do Norte**, 22 jan. 1903. p. 1.

Os cães que andavam soltos pelas ruas e praças de Belém eram considerados “vadios” por não estarem servindo ao trabalho, e por serem “perigosos” para a sociedade a exemplo dos “menores abandonados”. Mas, no caso dos cães, esse perigo era reforçado por serem os habituais portadores da hidrofobia, também conhecida como raiva canina. Na coluna “De muletas – E’ comigo mesmo” do *Diario de Noticias* de 19 de abril de 1892, o colunista Archote relatava que às 11 horas da manhã do dia anterior no largo da Pólvora<sup>249</sup>, quando ia se aproximando do “hotel *Avenida da Liberdade*”, um cão “hydrophobo” avançou para o seu lado, e se ele não fosse “bom de pernas”, estaria a reclamar os bons ofícios do “immortal Pasteur”. Archote finalizava seu relato pedindo que a Intendência mandasse preparar “bolas de strichynina para os cães hydrophobos”<sup>250</sup>.

O tempo de manifestação da hidrofobia era variável. Segundo Geison, a maioria dos estudiosos dessa doença concordava que “ela era causada por um veneno (ou ‘vírus’) transmitido pela saliva do animal agressor, mas eles tinham que admitir que esse suposto vírus escapava à detecção e que seu trabalho letal se mantinha invisível e intangível por um longo intervalo”, variando “de uma espécie para outra e de indivíduo para indivíduo”. Nos cães, a média provavelmente correspondia a um mês. Nos seres humanos, costumava “ser de um ou dois meses”, mas, havia casos em que chegava “a atingir um ano ou mais”. Esse aspecto da doença “despertava um profundo temor em qualquer vítima da mordida de um animal, pois ela nunca tinha certeza se a doença ainda viria a se manifestar”<sup>251</sup>.

O pavor pela hidrofobia estava especialmente relacionado aos sintomas e ao desfecho da raiva. Segundo Geison, “o vírus da raiva desloca-se com lentidão, mas com segurança, do local do ferimento infeccionado para os órgãos do sistema nervoso central”. Os sintomas iniciais mais comuns são “a dor no local da ferida infectada e a intensa dor de cabeça”. À medida que a doença avança, “é comum surgirem dificuldades respiratórias, dor aguda no estômago ou no peito e uma extrema hipersensibilidade aos estímulos visuais (sobretudo a objetos brilhantes ou cintilantes)”. Uma das características mais comuns da moléstia é a “aversão pronunciada aos líquidos, que a vítima costuma rejeitar, mesmo estando desesperadamente sedenta”. Daí um dos nomes da doença, hidrofobia, que significa medo da água, “embora o medo não seja da água em si, mas da dor, dos engasgos, da náusea e das convulsões induzidas pela tentativa de engolir o líquido reluzente”<sup>252</sup>.

---

<sup>249</sup> Atual Praça da República. Cf: CRUZ, Ernesto. Op cit., 1970. p. 115.

<sup>250</sup> ARCHOTE. De muletas – E’ comigo mesmo. **DIARIO de Noticias**, 19 abr.1892. p. 2.

<sup>251</sup> GEISON, Gerald L. **A ciência particular de Louis Pasteur**. Rio de Janeiro: Fiocruz: Contraponto, 2002. p. 209.

<sup>252</sup> *Ibidem*, p. 210.

Conforme Geison, “quando o vírus chega ao cérebro, os efeitos costumam ser tais que levam suas vítimas a se portarem, elas mesmas, como animais ‘enlouquecidos’”. Nesse estágio, a maioria dos doentes sofre de “extrema hiperatividade, convulsões, agitação, alucinações, salivação excessiva e escarros”, sendo que “alguns chegam a ganir como cães desesperados e a tentar morder qualquer um que esteja por perto”. Nos “períodos de calma que separam esses episódios de comportamento bizarro”, as “pobres vítimas amiúde exibem uma lucidez quase sobrenatural, um sentimento intensificado de afeição pelos parentes e outras pessoas e uma consciência singularmente humana de sua morte iminente”<sup>253</sup>.

Uma vez manifestos os sintomas, o desfecho da hidrofobia é fatal. Segundo Geison, “o único traço misericordioso da raiva é que sua evolução clínica é bastante rápida – o estupor e o coma finais costumam ocorrer poucos dias depois do surgimento dos sintomas. A causa imediata da morte costuma ser a parada cardíaca ou respiratória”. Até o advento dos respiradores mecânicos, “tudo o que se podia fazer pelos pacientes hidrófobos era dar-lhes o máximo conforto possível, em geral colocando-os em um aposento escuro e reduzindo os demais estímulos externos”<sup>254</sup>.

Segundo Geison, em 1885, o cientista francês Louis Pasteur desenvolveu a vacina para combater a hidrofobia, o que, juntamente com “sua descoberta de uma vacina contra o carbúnculo”, foi o suficiente para lhe trazer imensa fama, transformando-o em uma “lenda viva internacional”, antes mesmo de sua morte em 1895, aos 72 anos de idade. Um dos acontecimentos “mais gloriosos de seus últimos dez anos de vida” foi a inauguração formal do Instituto Pasteur, em Paris, em 14 de novembro de 1888. A descoberta da vacina anti-rábica “desencadeara uma torrente de donativos internacionais destinados a fundar um centro para o tratamento da doença”, resultando na verba de “cerca de 2,6 milhões de franco”, o que “tornara possível construir, equipar e dotar modestamente o novo instituto”<sup>255</sup>.

Os cães não eram os únicos animais perigosos presentes nas ruas e praças de Belém. No *Diário de Notícias*, de 19 de abril de 1892, em uma de suas notícias, constava que havia muita gente com medo de transitar na Rua do Bailique, entre as ruas Carlos Gomes e General Gurjão, pois receava ser mordida por alguma jararaca<sup>256</sup>, já que essa rua estava convertida em um “verdadeiro mattagal”<sup>257</sup>.

---

<sup>253</sup> GEISON, Gerald L. Op cit., p. 210.

<sup>254</sup> Ibidem, p. 210-211.

<sup>255</sup> Ibidem, p. 299-301.

<sup>256</sup> Tipo de cobra venenosa da Amazônia. Cf: RODRIGUES, Roberto Martins. Op cit., p. 75-76.

<sup>257</sup> **DIÁRIO de Notícias**, 19 de abril de 1892. p. 2.

Animais “perigosos” e “matagais” na cidade traziam a imagem de um lugar “incivilizado”. Arabi Pachá, escritor da coluna “Sem offensa e sem... malícia...” do *Diario de Noticias*, dizia, em 2 abril de 1892, que no terreno que ficava por detrás do palacete da Intendência, a mata crescia à vontade, “sem encontrar um filho de Deos que mande ao menos aparar aquellas barbatanas”. O colunista ironizava a situação, dizendo “que d’aquella capoeira sae qualquer dia alguma cutia”, o que viria a “desabonar os nossos créditos de cidadãos civilisados, continuando-se a affirmar que nas ruas do Pará andam cobras e lagartos”<sup>258</sup>.

Em 13 de junho de 1896, uma vítima de cães bravos relatava no jornal *Diario de Noticias* que “na casa n. 56, á rua S. João<sup>259</sup>, fronteira ao Lyceu Benjamin Constant, residência do Sr. João José de Freitas”, existia uma “matilha de cães bravos de sua propriedade”, que andavam “soltos na rua a morder constantemente os transeuntes”. No mês de maio daquele ano, eles “morderam umas praças de bombeiros e do 4º batalhão de artilheria, e 2 meninas da casa do sr. Franklin Corrêa de Albuquerque, morador á mesma rua, além de outras crianças e mulheres moradoras na travessa de S. Francisco”. No dia 7 de junho, esses cães morderam “a um menino de 4 annos, filho sr. A. Guilhon de d’Oliveira, também morador na mesma rua”<sup>260</sup>.

Em 15 de julho de 1897, o *Diario de Noticias* relatava que “ás 3 horas da tarde” do dia anterior, “na estrada de S. Braz, um cão bravo, da propriedade de Maria Magdalena, ali residente, arremeteu contra o menor Octacilio Pereira, rasgando-lhe as roupas e ferindo-o na perna direita”<sup>261</sup>.

Para findar com a imagem de cidade insalubre, perigosa e incivilizada, Antonio Lemos delineou como um de seus objetivos a efetiva proibição do “abuso de passearem livremente, pelas ruas e praças, quadrúpedes e outros animaes”, três dias após a sua posse como Intendente Municipal de Belém, ocorrida em 15 de novembro de 1897. Uma de suas primeiras medidas nesse sentido foi recomendar ao fiscal geral a publicação, “em todos os órgãos da imprensa diária, durante 8 dias”, de “um edital reproduzindo a postura relativa á prohibição de cães vadios pelas ruas, com advertencia de que, findo esse praso”, seriam “tomadas providencias com o fim de pôr termo á infração”, para evitar que andassem “pelas ruas e praças verdadeiras matilhas, como succede desde muito tempo, com offensa da moral e perigo dos transeuntes”<sup>262</sup>.

<sup>258</sup> PACHÁ, Arabi. Sem offensa e sem... malícia.... **DIARIO de Noticias**, 2 abr. 1892. p. 2.

<sup>259</sup> Atual Rua João Diogo. Cf: CRUZ, Ernesto. Op cit., 1970. p. 41.

<sup>260</sup> UMA VICTIMA. Cães bravos. **DIARIO de Noticias**, 13 jun. 1896. p. 2.

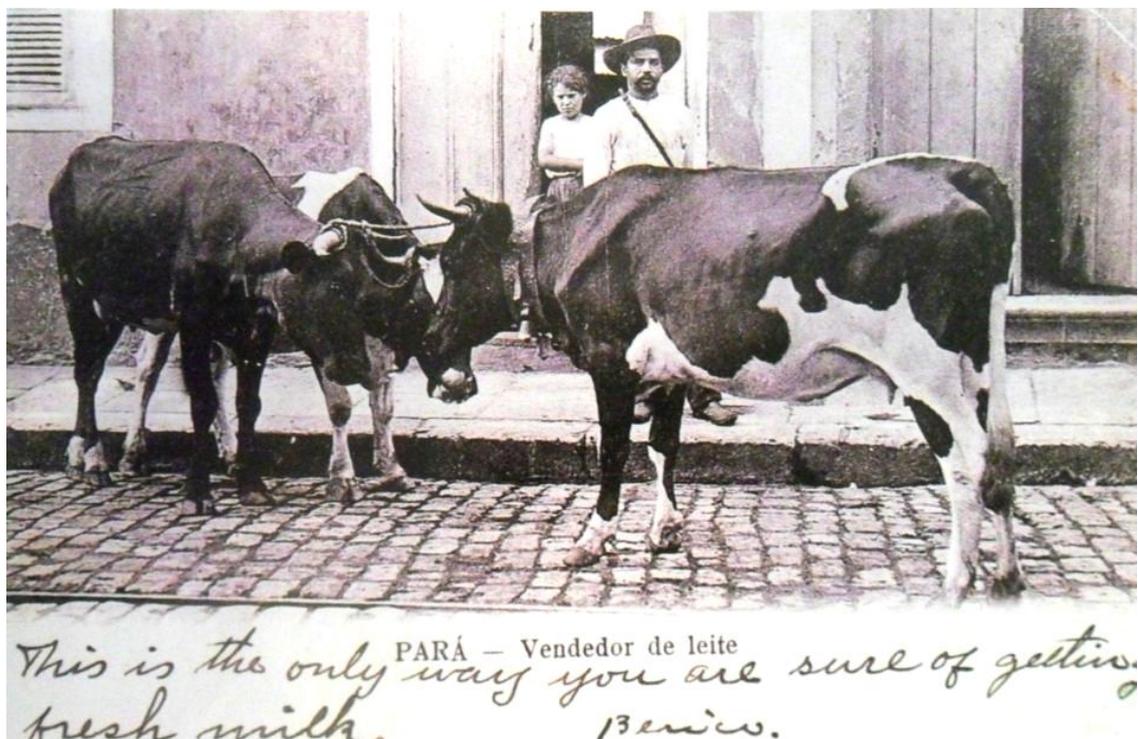
<sup>261</sup> **FOLHA do Norte**, 15 jul. 1897. p. 2.

<sup>262</sup> BELÉM. Intendencia Municipal. Op cit., p. 7, 20.

Outra medida tomada por Antonio Lemos, logo que assumiu o cargo de Intendente, foi recomendar “aos agentes da fiscalização municipal que proibam estacionar nas ruas o gado que abastece de leite á população, como sucede diariamente, desde as 6 até as 8 horas da manhã, em frente ao Mercado Publico”<sup>263</sup>.

Os vendedores de leite andavam com o gado que abastecia de leite a população, devido a uma exigência da Câmara Municipal e da população. Segundo Macêdo, em 1883, a Câmara não queria permitir que os “leiteiros vendessem o leite em latas, pois segundo as denúncias este se encontrava com excesso de água e pouco leite”. Por conta disso, a população exigia que o “leite fosse tirado diretamente da vaca em sua frente. Não havia lugar para as latas e muito menos para as possíveis garrafas. E os leiteiros para atestarem que não estavam corrompendo o leite deviam andar pela cidade com suas respectivas vacas”<sup>264</sup>, como se observa na fotografia 10.

**Fotografia 10 – Vendedor de leite**



Fonte: SILVA, R. L. da; FERNANDES, P. C. Op cit., p. 254.

<sup>263</sup> BELÉM. Intendencia Municipal. Op cit., p. 20.

<sup>264</sup> MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **Daquilo que se come:** uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900). 2009. 184 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

Com Lemos, o hábito de a população exigir que o vendedor de leite fosse acompanhado pelo gado passou a ser considerado “incivilizado”. Em 20 de janeiro de 1898, o Intendente recomendava ao “fiscal geral” a escolha de locais do subúrbio de Belém para o estabelecimento de vacas que andavam pastando no centro da cidade, assinalando, para isso, os devidos motivos:

Sendo de toda conveniência evitar que continuem alguns pontos centraes da cidade a servir de pastagem do gado que abastece de leite a população, – facto que não só constitue um perigo para os transeuntes, como também, muitas vezes, traz offensa á moral e aos bons costumes, – recomendo ao sr. fiscal geral que indique locais os mais afastados possível do centro populoso, nos suburbios, para serem destinados áquelle fim, emquanto não for absolutamente prohibida essa pratica.<sup>265</sup>

As providências da gestão de Antonio Lemos em relação aos cães e aos demais animais foram incluídas, em geral, nas seguintes proibições do Código de Polícia Municipal de 1900: “soltar animaes domésticos ou te-los amarrados” e a “divagação do gado de qualquer espécie” nos lugares públicos, e “ter cães, sem licença municipal”. Os animais que “fossem encontrados vagando sem guia ou pastor”, pelas ruas e praças de Belém, seriam “apprehendidos e levados ao deposito”, e se até 48 horas depois não aparecesse o dono, seriam “vendidos em hasta publica, cabendo ao apprehensor metade do producto da venda”, descontadas as despesas que fossem feitas, “e a outra metade á Municipalidade”<sup>266</sup>. Exemplo disso era dado em um anúncio de *A Província do Pará*<sup>267</sup> de 1 de janeiro de 1905:

**Animal apprehendido** – De ordem do exm. sr. senador intendente, faço publico que, pelo fiscal do 5º districto, Manoel Joaquim Maria Ozorio, foi recolhido ao matadouro um Cavallo, que vagava pelas ruas d’esta cidade. Convido o dono d’esse animal a satisfazer a multa correspondente, sob pena de ser vendido em hasta publica o mesmo animal, decorridos os tres dias da lei.  
Secretaria da Intendencia Municipal de Belém, 31 de dezembro de 1904 –  
*Elyseu Cezar.*<sup>268</sup>

Mesmo com o fortalecimento da vigilância dos espaços públicos e dos hábitos da população, por meio da criação e organização de uma Guarda Municipal, e a instituição do Código de Polícia Municipal, Lemos chamava a “atenção de todos os agentes da fiscalização

<sup>265</sup> BELÉM. Intendencia Municipal. Op cit., p. 31.

<sup>266</sup> BELÉM. Conselho Municipal. Op cit., 1901. p. 62.

<sup>267</sup> “Jornal de circulação diária, fundado por Joaquim José Assis, redator político, Francisco de Souza Cerqueira, tipógrafo e Antonio José de Lemos, redator gerente”. Cf. PARÁ. Biblioteca Publica. Op. cit., p. 72.

<sup>268</sup> **A PROVINCIA do Pará**, 1 de janeiro de 1905. p. 4, grifo do autor.

municipal” com relação ao “abuso da solta de animais para pastarem livremente”, em janeiro de 1903. Em maio do mesmo ano, o Intendente recomendava a um fiscal “immediatas providencias” para a reprodução do “facto de vagarem pelas ruas animais da raça suína”<sup>269</sup>.

Em 1907, Lemos suspendeu alguns guardas municipais, sob a justificativa de que não estavam conseguindo controlar os animais que pastoreavam no parque “Baptista Campos”:

Verificando que os guardas José Pinto da Costa e Manoel de Freitas Moreira, ultimamente de serviço no parque Baptista Campos, foram desidiosos no cumprimento de seus deveres, facilitando assim a entrada de suínos, durante diversas noites, no mesmo logradouro publico, que foi damnificado, em vários logares, pelos referidos animaes, resolvo suspende-los do exercício de seu cargo por 30 dias.<sup>270</sup>

Na fonte acima, encontra-se mais uma justificativa para a administração municipal proibir animais soltos pelas ruas e praças de Belém: eles poderiam “danificar” logradouros públicos. Outra razão era que esses animais poderiam sofrer acidentes, como se percebe em uma notícia da *Folha do Norte* de 8 de janeiro de 1901, que dizia que um bonde da linha São João, “descia em tamanha desfilada para o Ver-o-Peso que escapou de esmagar, por tris, uma pobre mulher á rua 15 de Novembro em frente ao Mercado, tendo antes, á rua 28 de Setembro, feito a mesma coisa a uma vacca”<sup>271</sup>. Em outra notícia do mesmo jornal, de 2 de julho de 1908, dizia-se que os bondes elétricos da linha Bagé “mataram um cachorro e inutilisaram um cavallo, na avenida Almirante Tamandaré, e ainda mataram um cachorro na rua Dr. Assis”<sup>272</sup>.

Os cadáveres de animais poderiam ficar alguns dias nas ruas, como vinha a acusar uma publicação da *Folha do Norte* de 3 de julho de 1908: “Ha tres dias agonisa na avenida Almirante Tamandaré, próximo á travessa de Breves, um cavallo que foi apanhado por um bond electrico”<sup>273</sup>. Nessa notícia, ironizava-se a situação, dizendo que a fiscalização municipal “naturalmente” reservava o animal morto para o “banquete dos seus collegas (os urubús)”, e depois mandava “o esqueleto para o forno crematório”. Essa ironia era uma forma desse jornal criticar a administração municipal de Antonio Lemos, já que a *Folha do Norte* se dedicou, em parte, a fazer oposição ao referido Intendente.

<sup>269</sup> BELÉM. Governo Municipal. **Leis e Resoluções Municipaes e Actos do Executivo (1903)** – Codificadas na Administração do Senador Antonio José de Lemos. Belém: Secção de Obras d’A Provincia do Pará, 1904. p. 149.

<sup>270</sup> BELÉM. Governo Municipal. Op cit., 1908. p. 101, 102.

<sup>271</sup> **FOLHA do Norte**, 8 jan. 1901. p. 2.

<sup>272</sup> **FOLHA do Norte**, 2 jul. 1908. p. 2.

<sup>273</sup> **FOLHA do Norte**, 3 jul. 1908. p. 2.

Ajuda a esclarecer por que os urubus eram utilizados para ironizar a fiscalização municipal, uma coluna de *A Província do Pará*, de 22 de agosto de 1906, chamada “O urubú deve ser destruído”, na qual se dizia que os urubus eram “verdadeiros malandros revolvedores do lixo, preguiçosos e caseiros”, sendo “mais que horripilante seu aspecto”. Essas aves “procuram algum cadáver em decomposição ou algum animal em agonia, depauperado”, e carregam-no com a “farandula formidável e vagabunda de devoradores macabros e voracíssimos”, pois “chegam, e desesperadamente se lançam em bando na presa desventurada, com uma fúria assombrosa”, sendo uma “gastrophagia louca, então, que se trava, na aplastia sordida de um bandido torpe”. Os urubus eram “tão ganazes na ocasião em que devoram, que gritam, grasnam, ganem em um grunhido triste”<sup>274</sup>.

Mesmo com essas percepções sobre o urubu, não fez parte da política da gestão lealista a eliminação desse animal do ambiente da cidade, pois havia outras percepções sobre a ave que legitimavam a sua proteção. Segundo Dahl, “o abutre preto, o varredor das ruas do Pará”, vivia “na verdade em numero avultadíssimo na cidade”. Via-se “ou descrevendo bellos círculos lá nas alturas, ou sentado nas cumieiras com azas caídas, ou ocupado com seus affazeres no meio da rua”. Não era arisco, “tão pouco, que quase se deixa tocar”. Explicava-se “isto pelo facto, de ser prohibido com multa alta, matar este rapineiro util dentro da cidade”<sup>275</sup>. Semelhantemente, Emilio Goeldi ressaltou que o urubu tinha “utilidade como agente gratuito de hygiene publica”, sendo reconhecido “desde os tempos coloniaes mediante titulo de protecção official”, único animal que podia “gabar-se” disto até aquele momento no território brasileiro<sup>276</sup>.

Em 1908, o ataque de cães “hydrophobos” continuava. Segundo notícia da *Folha do Norte* de 7 de julho de 1908, pela Rua José Bonifácio andava, um dia antes, “um cachorro hydrophobo investindo contra os transeuntes”. Ao passar por essa rua, “o revisor da Pará-Electric n. 19, de nome José Paulino, foi atacado desabridamente pelo animal, defendendo-se com a capa de borracha que levava e com uma faca”, o que permitiu a Paulino fazer repetidos ferimentos ao animal. Mas, o cachorro “não arrefecia no ataque, conseguindo, finalmente, morder a sua victima na perna esquerda”. Por conta disso, “o animal foi morto depois, tendo o ferido recebido curativos em uma pharmacia próxima, recolhendo-se em seguida á sua residência, á avenida Conselheiro Furtado”<sup>277</sup>.

<sup>274</sup> **A PROVINCIA do Pará**, 22 ago. 1906. p. 1.

<sup>275</sup> DAHL, Fr. A fauna do Pará. In: GOELDI, Emilio. **Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia**. Belém: Typographia de Alfredo Silva e C.<sup>a</sup>, 1896. n. 4, p. 359.

<sup>276</sup> GOELDI, Emilio. Op cit., p. 44.

<sup>277</sup> **FOLHA do Norte**, 7 jul. 1908. p. 1.

Em 7 de janeiro de 1910, um cão bravo “investiu” contra a filha de uma lavadeira. Segundo notícia da *Folha do Norte* do dia seguinte, na Avenida Conselheiro Furtado, “um cão bravo investiu contra a menina Hermínia Flavius de Medeiros, filha da lavadeira Maria de Belem Medeiros, de 11 anos de idade, mordendo-a no rosto esquerdo e dorso da mão direita”. Em represália, “alguns menores apedrejaram depois o molosso que correu para a casa de seus donos, sahindo de lá uma mulher armada de um terçado, ameaçando a Deus e ao mundo, num palavreado de fazer corar uma pedra”. Quem acudiu a menor foi “uma família moradora nas vizinhanças”, que a recolheu e “deitou arnica nos ferimentos”<sup>278</sup>.

Em 1910, os cães também estavam presentes na travessa Ruy Barbosa, entre a Avenida São Jeronymo<sup>279</sup> e a travessa Dr. Moraes. Conforme uma notícia da *Folha do Norte* de 15 de janeiro do referido ano, nesse local, diariamente existia “uma grande matilha, composta de verdadeiras feras”, sendo que “quase todas as pessoas” que por ali passavam, eram ameaçadas “pelas dentuças dos molossos”, que mais “endiabrados” ficavam à noite, “incomodando os moradores daquelle trecho com latidos infindáveis”. Em 13 de janeiro, “aquelles cães vagabundos atiraram-se a um transeunte que foi mordido na perna esquerda”<sup>280</sup>.

Na Villa do Pinheiro também foi registrado um caso de mordida de cão. Segundo a notícia “Mordido por um cão”, da *Folha do Norte* de 23 de janeiro de 1910, nessa localidade, “o menor Hildebrando Lima, de 9 anos de idade, filho do sr. João Pereira Lima, morador naquella Villa, á rua Siqueira Mendes, dirigiu-se ao açougue de Almerindo de tal, á mesma rua, onde ia comprar carne a mando de seu pae”. Quando chegou à porta do açougue, “foi o menor atacado por cão bravio pertencente ao açougueiro, e sem ter tempo de correr, para livrar-se da fúria do cão, foi por este mordido na perna direita”, sobrevindo “abundante hemorragia”. O pai de Hildebrando, então, “queixou-se ao subprefeito daquella Villa, porem este não tomou conhecimento do facto”, fazendo com que o sr. João Pereira Lima fosse ao palácio da Intendência, “onde fez a sua queixa”<sup>281</sup>.

Animais soltos pelas ruas e praças poderiam reagir instintivamente e provocar acidentes contra determinados transeuntes. Segundo a notícia “Attingido por um couce” do jornal *Folha do Norte* de 26 de janeiro de 1910, “achava-se brincando á porta de sua casa, que demora á travessa 3 de maio, próximo á avenida da Independencia, o menor Alvaro”, sendo que próximo à criança, “pastava um cavallo de propriedade do carroceiro Justino Honorato

<sup>278</sup> FOLHA do Norte, 8 jan. 1910. p. 2.

<sup>279</sup> Atual Avenida Governador José Malcher. Cf: CRUZ, Ernesto. Op cit., 1970. p. 90.

<sup>280</sup> FOLHA do Norte, 15 jan. 1910. p. 2.

<sup>281</sup> FOLHA do Norte, 23 jan. 1910. p. 1.

dos Santos, morador alli perto”. Alvaro, então, “vendo o animal, toma de uma pequena vara e bate-lhe, levado pela infantil traquinagem”. O cavalo reagiu, erguendo uma pata e aplicando “violento couce no peito da creança, atirando-a ao solo, sem sentidos”. Após receber socorro da mãe e de alguns vizinhos, Alvaro disse “não ter sido nada”, sendo “lisongeiro” o seu estado e o dono do animal multado<sup>282</sup>.

Mesmo com esse registro de acidente, continuava havendo animais soltos pelas ruas e praças de Belém. Segundo notícia do jornal *Estado do Pará*, de 1 de agosto de 1911, pelo fiscal municipal do 5º distrito, “Manoel Joaquim Maria Osorio, foram apprehendidos dez porcos, dois carneiros e dois cavallos, achando-se recolhidos no dito matadouro”.<sup>283</sup> Na edição do dia seguinte, o mesmo jornal publicava a apreensão e o recolhimento ao curro público de “tres porcos, dois cavallos, duas cabras e uma mula, que vagavam pelas ruas desta cidade”<sup>284</sup>.

Havia também pontos da cidade onde se mantinha matagais e “reptis nocivos”. Uma notícia do *Estado do Pará* de 1 de agosto de 1911, chamava a atenção “de quem de direito para a limpeza da praça do Carmo, no bairro do Bagé”, que estava sendo “convertida num enorme mattagal”, onde se abrigavam “serpes venenosas e reptis nocivos”. Por conta disso, no dia anterior, “um transeunte foi alli acometido por um desses animaes damninhos que procurava, a todo o transe, *oscular-lhe* as lestas canellas”<sup>285</sup>.

O ataque de cães continuava ocorrendo pelas ruas de Belém. Segundo a notícia “Os cães” do *Estado do Pará*, de 13 de agosto de 1911, “um cão bravio accometeu violentamente Lydia de Oliveira, quando esta passava pela travessa S. Matheus, em frente ao n. 111”, ocasionando o rompimento das vestes dela, e produzindo-lhe “alguns ferimentos nas pernas”. Lydia, então, “recolheu-se á sua habitação, á avenida Almirante Tamandaré, 45”, indo “levar o ocorrido ao conhecimento da policia”, em 12 de agosto<sup>286</sup>.

A permanência dos ataques de cães, mesmo após a Intendência de Antonio Lemos, fazia com que o governo municipal de Antonio Martins Pinheiro decidisse, em 25 de janeiro de 1912, nomear “os srs. drs. Clemente Soares, Angelino Lima, e engenheiro Coutinho, para, constituídos em comissão, estudarem os meios, as medidas mais praticas para o extermínio

<sup>282</sup> FOLHA do Norte, 26 jan. 1910. p. 1.

<sup>283</sup> ESTADO do Pará, 1 ago. 1911, p. 2.

<sup>284</sup> ESTADO do Pará, 2 ago. 1911. p. 2.

<sup>285</sup> ESTADO do Pará, 1 ago. 1911. p. 2.

<sup>286</sup> ESTADO do Pará, 13 ago. 1911. p. 2.

dos cães”, que infestavam as ruas públicas de Belém, “regulamentando em seguida as medidas a tomar”<sup>287</sup>.

Em 6 de fevereiro de 1912, a administração de Antonio Pinheiro determinava que a “secção de obras” providenciasse “urgentemente sobre a construção da caixa metálica destinada a intoxicação dos cães apanhados nas vias publicas, pelo auhydrico carbônico, afim de uma vez promulgado o regulamento para a extincção dos ditos animaes, a secção sanitária, dar imediata execução ao mesmo”<sup>288</sup>. No dia 25 de abril de 1912, a Intendência de Antonio Pinheiro baixava, em Belém, “o regulamento acerca do serviço de extincção, matricula, apprehensão e outras providencias a respeito de cães existentes nesta cidade”. Esse documento entraria em execução em 1º de maio, “isto é, cinco dias depois de sua publicação, ficando o mesmo serviço annexado ao da cocheira municipal, e a cargo do sr. José Baptista Barros, director dos Parques e Jardins”<sup>289</sup>.

Sobre a matrícula dos cães, algumas determinações do regulamento eram as seguintes: a ninguém era “permitido ter cães no Municipio de Belém do Pará, ou tel-os em domicilio, sem a necessaria matricula”; todos os proprietários de cães eram “obrigados a matricular-os, annualmente, na Intendencia municipal”; a matrícula deveria conter esclarecimentos como “côr, talhe, nome e raça do animal”, bem como “nome do proprietario e sua residencia”; o preço da matrícula seria de 5\$000 e, “mediante uma taxa de 2\$000”, seria “entregue uma chapa metalica com o numero correspondente ao de ordem da respectiva matricula, para ser fixada á colleira do animal”, que seria de uso obrigatório<sup>290</sup>.

Com relação à permanência dos cães na via pública, o regulamento dizia que “os cães encontrados em abandono ou vagando na via-publica” seriam “apprehendidos e recolhidos ao deposito para esse fim destinado”. Além disso, “os cães de vigia, isto é, aquelles destinados á guarda de estabelecimentos commerciaes ou industriaes, de chácaras ou quintaes, deverão estar acorrentados durante o dia, só podendo ser solto á noite, e isso mesmo de fórma a não sahirem para a via publica”<sup>291</sup>.

Dentre as penalidades e destino dos cães, o regulamento afirmava que “os cães apprehendidos, que se tornarem suspeitos de moléstia transmissivel ao homem”, ficariam “em observação durante 15 dias, podendo ser sacrificados antes deste prazo se for confirmada a

---

<sup>287</sup> BELÉM. Governo Municipal. **Leis e resoluções municipaes e actos do executivo (1910-1912)** – Codificadas na administração do Dr. Antonio Martins Pinheiro. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1913. p. 145.

<sup>288</sup> BELÉM, Governo Municipal, Op cit.,1913. p. 156.

<sup>289</sup> Ibidem, p. 190.

<sup>290</sup> Ibidem, p. 191.

<sup>291</sup> Ibidem, p. 192.

molestia”, caso contrário, “cessada a observação”, podiam “ser entregues nas primeiras 24 horas”, mediante o pagamento “das despesas feitas com a alimentação do animal, a razão de 500 réis diários, além da multa de 20\$000”. Os cães que não fossem reclamados dentro dos prazos referidos seriam “extinctos pelos meios que a Intendencia julgar mais apropriados, submettendo-se á venda, em leilão previamente anunciado, aquelles que pertencerem a raças estimadas de valor, revertendo o producto aos cofres municipaes”<sup>292</sup>.

No caso dos cães hidrófobos, “cuja apprehensão e condução para o respectivo deposito se tornar perigosa”, o regulamento permitia “a matança immediata, por meios que não tragam prejuízo ás pessoas ou animaes que se encontrem em suas proximidades”<sup>293</sup>.

O regulamento também dizia que “os cães de qualquer raça ou classe” só poderiam “ser conduzidos de um logar para outro, através das vias publicas, estando acorrentados e açaimados”. Caso fossem encontrados sem açaimos, “embora acorrentados”, seriam “apprehendidos e recolhidos ao deposito”<sup>294</sup>.

Os cães apreendidos nessa época eram conduzidos para o Curro Modelo do Maguari. Em 6 de maio de 1912, o Intendente Antonio Pinheiro dizia que o inspetor geral devia “destacar para o estabelecimento citado um guarda fiscal e um servente que, conjuctamente, zelarão pela sua conservação, ficando, outrossim, encarregado de receberem alli os animaes que forem apprehendidos nas ruas da cidade”<sup>295</sup>.

Em 27 de maio de 1912, o Intendente Antonio Pinheiro promovia outro ato em que os animais estavam incluídos. Ele resolveu “dividir todos os serviços públicos a cargo da Intendencia municipal em 4 directorias que se denominarão: 1ª Directoria do expediente, contabilidade e terras; 2ª Directoria do Contencioso; 3ª Sanitaria; 4ª de Obras Municipaes”, conforme as atribuições e o “Regulamento Geral dos Departamentos da Intendencia Municipal de Belem”. Dentre as atribuições da Diretoria Sanitária, estava o “serviço de matricula e fiscalização de cães”<sup>296</sup>.

Um veterinário fazia parte do corpo de funcionários da Diretoria Sanitária. Dentre as atribuições a esse profissional, estavam: a de “exercer a fiscalização em todos os locais onde existirem animaes e exigir o isolamento dos que se acharem affectados ou forem suspeitos de moléstias transmissiveis”; “mandar sacrificar todos os animaes que sofrerem de molestias

---

<sup>292</sup> BELÉM, Governo Municipal, Op cit.,1913. p. 192

<sup>293</sup> Idem.

<sup>294</sup> Ibidem, p. 193.

<sup>295</sup> Ibidem, p. 195.

<sup>296</sup> Ibidem, p. 211, 240.

incuráveis, susceptíveis de transmissão e fazer recolher á enfermaria veterinária as vaccas de leite doentes ou mesmo suspeitas”<sup>297</sup>.

O Regulamento de matrícula e apreensão de cães, e a criação de uma Diretória Sanitária encarregada disso, são indícios de que a população canina que habitava as ruas e praças de Belém aumentou, juntamente com os casos de hidrofobia, ameaçando a saúde e a integridade física dos moradores daquela época, e que a vigilância da Guarda Municipal não estava sendo suficiente para deter esse aumento.

No Relatório Municipal de 1912, o Intendente de Belém, Virgílio Martins Lopes de Mendonça, elogiava o serviço de matrícula e extinção de cães, trazendo ao conhecimento do Conselho Municipal “a efficacia das medidas tomadas no sentido de eliminar de nossas arterias e vias publicas a enorme mole dos cães vagabundos, espectativa terrível para todos, sabida a facilidade de transmissão mórbida por meio desses animaes”<sup>298</sup>.

Nesse Relatório, o Intendente Virgílio Mendonça dizia que “um numero considerável de cães foi dado á matricula, facilidade proporcionada pela insignificancia da contribuição”, que não deixava, a seu ver, “de modo de ser carregada e proibitiva”<sup>299</sup>.

Por esse documento, ficamos sabendo também que os cães recolhidos nas ruas e praças de Belém passavam a ser destinados a um pavilhão que ficava no terreno da usina de cremação. Segundo o Intendente Virgílio Mendonça, esse pavilhão “foi construido pela turma de carpinas do Horto Municipal”, medindo 16 metros de comprimento e 4 metros de largura, “contendo 16 compartimentos, perfeitamente higienicos e asseitados”. Os cães matriculados ficariam no pavilhão “até a sua procura pelo respectivo dono, pagando uma pequena multa”<sup>300</sup>.

Os cães eram conduzidos para a usina de cremação por meio de carrocinhas. Em *Belém do Grão-Pará*, Dalcídio Jurandir conta em uma parte da história que o bonde em que estava Alfredo, mergulhava “nas saborosas entranhas de Belém, macias de mangueiras, quintais com bananeiras espiando por cima do muro, uma normalista, feixes de lenha à porta da taberna, a carrocinha dos cachorros que os levava para o fogo, na Cremação”. Em outra passagem do livro, Alfredo levava doces para a casa em que estava, na Estrada de Nazaré,

<sup>297</sup> BELÉM, Governo Municipal, Op cit.,1913. p. 244.

<sup>298</sup> BELÉM. Intendente (Virgílio Martins Lopes de Mendonça). **Município de Belém**. Relatório Apresentado ao Conselho Municipal de Belém na primeira sessão da decima primeira reunião ordinária da oitava legislatura em 4 de junho de 1912. Archivo Municipal: Belém, 1912. p. 39.

<sup>299</sup> Idem.

<sup>300</sup> Idem.

“quando, com as suas campainhas, passou a carroça dos cachorros, uma porção deles engaiolados, brabos, mansos, todos no rumo da Cremação”<sup>301</sup>.

Em 1912, além do cachorro, outros animais continuavam soltos pelas ruas e praças de Belém. No jornal *A Provincia do Pará*, de 6 de maio desse ano, publicava-se a expiração do prazo para os “donos de 14 porcos, 2 cavallos e um jumento pagarem na intendencia municipal a devida multa, sob pena de serem vendidos os animais em hasta publica”<sup>302</sup>.

A livre circulação de animais pelas ruas influenciou na alteração do horário de remoção do lixo das casas particulares dos moradores de Belém. No Relatório Municipal de 1913, o Intendente Dionysio Bentes dizia que esse horário foi alterado “para manhã muito cedo”, a fim de evitar o mau efeito que o lixo produzia, e “os graves inconvenientes da hygiene, em relação á infecção dos animaes domesticos, que além de derramarem-no fora das vasilhas, ainda se alimentavam com estes resíduos, podendo levar para dentro das habitações infecções diversas”<sup>303</sup>.

O diretor do Serviço de Limpeza Pública, Francisco Santos, ressaltava que os animais encontrados mortos nas vias públicas de Belém eram outros empecilhos para a eficiência desse serviço. Segundo o diretor, não era raro “acontecer que individuos de educação mediocre mandem atirar as ruas e praças da urbs, os animaes que lhes morrem em casa”. Os animais oriundos de cocheiras também estavam entre os animais mortos, já que os donos deles, “perdida a esperança de salvá-los de uma morte quasi certa, exotam-n’os de casa, afim de evitar o encommodo da remoção do cadaver”. Os animais mortos eram conduzidos para a usina de cremação de lixo<sup>304</sup>.

O diretor Francisco Santos também avaliava a eficiência do serviço de limpeza pública. Para ele, a mudança no horário de coleta do lixo, de noturno para diurno, estava dando “excellentes resultados”, sendo que “nos primeiros dias de ensaio dessa medida, como era de prever, causou extranheza e relutancia por parte de alguns moradores affeitos a derramar o lixo em frente ao prédio em que residem”, devido aos “reiterados avisos pela imprensa e intimações pessoas”. A remoção de animais encontrados mortos nas vias públicas estava ocorrendo “com a celeridade almejada por aquelles que se querem ver livres delles”. O serviço de limpeza também impedia que “os cães e a malta de menores desocupados

<sup>301</sup> JURANDIR, Dalcidio. Op cit., 1960. p. 41-42, 192.

<sup>302</sup> **A PROVINCIA do Pará**, 6 . maio . 1912. p. 2.

<sup>303</sup> BELÉM. Intendente (Dionysio Auzier Bentes). **Município de Belém**. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na primeira sessão da sexta reunião ordinária da nona legislatura, em 2 de junho de 1913. Belém, 1913. p. 27.

<sup>304</sup> BELÉM. Limpeza Publica. Op cit., 1913. p. 131.

derramassem o lixo nos passeios espalhando-o pelo leito da rua e apossando-se do vasilhame, respectivamente”<sup>305</sup>.

Os animais que andavam pelas ruas e praças preocupavam o médico José Augusto Magalhães<sup>306</sup>, colunista de “Na sciencia e na vida” do jornal *Folha do Norte*. Para ele, em Belém, “como em todas as cidades do mundo”, tinham “os animaes de tracção a liberdade de satisfazerem na rua todas as suas necessidades physiologicas”; porém, na capital paraense, o que nem em todas as cidades se via, juntavam-se “aos animaes de tracção, na tarefa ingloria de nos conspurcarem as ruas, as vaccas leiteiras em numerosas manadas acompanhadas de seus bezerros e os cães, que accrescentam a esta funcção a de morderem creanças”<sup>307</sup>.

O médico José Magalhães dizia que “as dejeções de todos estes animaes” rapidamente se transformavam, “pela ação dos vehiculos” que passavam “por cima dellas” e do constante calor solar que caracterizava o clima de Belém, “em ténues particulas, promptas a se elevarem do solo até nossas narinas e ás janelas de nossas casas, graças ao mais ligeiro vento que sopra e á corrente de ar que desloque qualquer vehiculo dos que, em constante disparada, percorrem a nossa cidade”<sup>308</sup>.

Para o referido médico, os cães tinham ainda outra função anti-higiênica à qual se associavam também aos urubus: “é a de revolverem e espalharem pelas ruas o conteúdo das latas de lixo que de manhã, á hora em que os adultos se dirigem ao seu trabalho e as creanças procuram a escola, aguardam a passagem do lixeiro”, cuja ação se resumia, muitas vezes, “em dar um ponta-pé na lata que os cães e os urubús esvasiaram já, dando á rua a impressão de que não foi varrida”<sup>309</sup>.

O médico José Magalhães ressaltava também que o excremento do cavalo passava “para muitos higienistas por ser portador dos germens da corysa e também da grippe, molestias muito comuns entre nós”; e o do cachorro, “animal muito sujeito á tuberculose e ao canero, é por isto mesmo mais perigoso ainda”<sup>310</sup>.

Por essas razões, o médico José Magalhães dizia que Belém deveria seguir o exemplo de Londres, Berlim etc., “que tem espalhadas pelas ruas caixas onde são, a cada instante,

<sup>305</sup> BELÉM. Limpeza Publica. Op cit., 1913. p. 132-133.

<sup>306</sup> Segundo Rodrigues, “esse médico era formado na Faculdade de Medicina da Bahia e, além de exercer sua clínica em Belém, chegou a ser diretor da Escola de Comércio do Pará”. Cf: RODRIGUES, Silvio Ferreira. **Esculápios tropicais: a institucionalização da medicina no Pará, 1889-1919**. 128 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

<sup>307</sup> MAGALHÃES, J. A. Na sciencia e na vida: escandalos contra a hygiene na rua. **Folha do Norte**, 5 jul. 1914. p. 1.

<sup>308</sup> Idem.

<sup>309</sup> Idem.

<sup>310</sup> Idem.

recolhidas as fezes dos animaes de tracção, as quaes são, por sua vez, aproveitadas para fins industriaes”. Sobre os cães “vadios”, ele enfatizava que havia “posturas municipaes que tamanho mal corrigem”. Além disso, Magalhães ressaltava que “as manadas de vaccas que percorrem, diariamente, a cidade emporcalhando as ruas”, era um “systema de vender leite impróprio de uma cidade que se prese civilisada”<sup>311</sup>.

Por conta dessas e outras razões, o recolhimento de animais soltos pelas ruas e praças de Belém continuava ocorrendo. Na *Folha do Norte* de 7 de julho de 1914, dizia-se que “foram recolhidos ao antigo Curro Municipal quatro cavallos e um suíno, apprehendidos pela fiscalisação municipal no 6º districto”. Os donos desses animais deviam “satisfazer a multa em que ocorreram, sob pena dos mesmos serem vendidos pela intendencia em hasta publica, para pagamento da alludida multa”<sup>312</sup>.

No Relatório Municipal de 2 de março de 1914<sup>313</sup>, o Intendente Dionysio Bentes dizia que o serviço de matrícula e apreensão de cães vinha produzindo os “melhores resultados”, destacando o seguinte quadro:

**Quadro 1- Movimento do serviço de apreensão de cães, no período de janeiro a dezembro do ano de 1913**

<b>Meses</b>	<b>Apreendidos</b>	<b>Entregues aos donos</b>	<b>Mandados para o interior</b>	<b>Total</b>
<b>Janeiro</b>	238	42	196	238
<b>Fevereiro</b>	215	40	175	215
<b>Março</b>	133	42	91	133
<b>Abril</b>	178	44	134	178
<b>Maiο</b>	222	45	177	222
<b>Junho</b>	186	25	161	186
<b>Julho</b>	171	20	151	171
<b>Agosto</b>	207	26	151	207
<b>Setembro</b>	233	31	202	233
<b>Outubro</b>	211	25	186	211
<b>Novembro</b>	263	24	239	263
<b>Dezembro</b>	195	11	184	195
<b>Total</b>	2422	375	2047	2422

Fonte: BELÉM. Intendente (Dionysio Auzier Bentes). Op cit., 1914, p. 54.

<sup>311</sup> MAGALHÃES, J. A. Op cit., p. 1.

<sup>312</sup> FOLHA do Norte, 7 jul. 1914. p. 3.

<sup>313</sup> BELÉM. Intendente (Dionysio Auzier Bentes). Op cit., 1914. p. 54.

Do quadro citado podemos concluir que, no ano de 1913, cerca de 15,5% dos cães apreendidos foram entregues aos donos, e 84,5%, aproximadamente, tiveram como destino o interior. Do que é possível deduzir que poucos eram os donos que seguiam as posturas do Código de 1900. Mesmo após treze (13) anos de sua implantação.

Mesmo que o Intendente da época dissesse que esse serviço de apreensão vinha produzindo os “melhores resultados”, os casos de mordedura de cachorro continuavam nos anos seguintes. Segundo uma notícia da *Folha do Norte*, de 14 de julho de 1914, “um cachorro pertencente ao proprietário da Casa Carioca, á praça Visconde do Rio Branco, mordeu, ha dias, no pé direito, o cauteleiro Olyntho José Pereira da Rocha”. Quando a mordedura se agravou, Rocha apresentou “queixa á policia, tendo sido multado o dono do animal”<sup>314</sup>.

Em 9 de janeiro de 1915, a notícia “Mordidos pelos cães”, da *Folha do Norte*, dizia que “um cachorro pertencente a Manoel Moraes, residente á travessa S. Matheus, n. 117-A, mordeu, hontem, na perna esquerda, a menor Andréa do Espirito Santo Aguiar, filha de Benjamin Aguiar, tambem alli morador”, sendo que uma semana antes “o mesmo animal mordeu Casemira Augusta de Aguiar, mãe da Andréa”. Além disso, o jornal acusava que “uns cachorros pertencentes a dois senhores ingleses, morderam, hontem, a Luiz da Cunha, residente á travessa Soares Carneiro, na ocasião em que passava pela praça Ilha Moreira”. A vítima “apresentou queixa á policia”<sup>315</sup>.

A continuidade dessas práticas fazia com que o Código de Polícia Municipal de 1916 repetisse algumas das proibições presentes no Código de 1900, como a de não permitir “a pessoa alguma e sobre pretesto de qualquer especie”, nas ruas, praças e lugares públicos: “soltar animaes domésticos ou tel-os amarrados”; conservar e, ou, soltar “animaes atacados de moléstias perigosas”; divagar “gado de qualquer especie”; e “ter cães sem licença municipal, devendo cada animal trazer colleira com o numero da licença, designação do nome e morada de seu proprietário”<sup>316</sup>.

A preocupação com a salubridade pública, e com a transformação de Belém em cidade civilizada, apagando o que havia de “pittoresco e primitivo”, fazia com que o Intendente

---

<sup>314</sup> **FOLHA do Norte**, 14 jul. 1914, p. 4.

<sup>315</sup> **FOLHA do Norte**, 9 jan. 1915, p. 2.

<sup>316</sup> **BELÉM**. Governo Municipal. Op cit., 1918. p. 43-44.

Antonio Pinheiro, em 1916, resolvesse “proibir que os mercadores do leite fornecido á população façam transitar vaccas pelas ruas, no exercício d’esta profissão”<sup>317</sup>.

Na mesma época, o referido Intendente fazia um balanço do serviço de apreensão de cães. Ele dizia que esse serviço “produziu grande celeuma no espirito dos que á primeira vista não comprehenderam o alcance de tão acertada medida”, mas estava sendo executado “sem o menor incidente” naquele momento. O serviço era feito “por uma turma de 4 trabalhadores, inclusive o carroceiro, sob a direcção de um guarda municipal semanalmente designado para tal fim pela Inspectoria de Policia”<sup>318</sup>. O próximo tópico deste capítulo se preocupa em investigar as razões que levaram a produzir inicialmente “grande celeuma” naqueles que não compreendiam tal medida.

### 3.2) “Companheiros inseparáveis”

Em alguns dos jornais da época estudada, havia anúncios acerca da perda de animais e a gratificação para aqueles que o recuperassem. Em 8 de dezembro de 1892, uma publicação do *Diario de Noticias* chamada “Jumento” rogava “a pessoa que houver retido um jumento preto de orelha rachada, o obsequio de o entregar na casa de B. A. Antunes & C.<sup>a</sup>, dando-se boa gratificação”<sup>319</sup>.

No anúncio chamado “Vaca Perdida” da *Folha do Norte* de 6 de janeiro de 1901, dizia-se que “de um cercado em Nazareth, onde pastava, fugiu uma vaca”, e quem dela soubesse notícia era pra apresentá-la ao seu dono, Bento José de Sousa Santos, que seria gratificado<sup>320</sup>.

Conforme o levantamento documental da presente pesquisa, as publicações mais frequentes acerca de animais perdidos eram relacionadas aos cães. No *Diario de Noticias*, de 7 de julho de 1892, em um anúncio chamado “Cão galgo”, dizia-se que “desappareceu um pequeno cão galgo, branco, tendo as orelhas, anca direita e cauda negras, e tambem uma mancha perfeitamente redonda e negra no centro do lombo”. A cauda do animal era cortada e ele se chamava *Rex*. Gratificava-se “generosamente” a quem o apresentasse “ao abaixo assignado, na estrada de S. José”<sup>321</sup> n. 38<sup>322</sup>.

<sup>317</sup> BELÉM. Intendente (Antonio Martins Pinheiro). **Intendencia Municipal de Belem**. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belem em sua 2ª reunião ordinaria da 10ª Legislatura, em dezembro de 1916. Belém: Imprensa Official do Estado, 1916. p. 13.

<sup>318</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>319</sup> **DIARIO de Noticias**, 8 dez. 1892. p. 1.

<sup>320</sup> **FOLHA do Norte**, 6 jan. 1901. p. 3.

<sup>321</sup> Atual Avenida 16 de Novembro. Cf: CRUZ, Ernesto. Op cit., 1970. p. 89.

No anúncio “Bull-Dog” de *A Província do Pará* de 7 de janeiro de 1905, dizia-se que “da casa n. 81, á travessa Campos Salles, desapareceu um cachorrinho de raça”. Para ajudar na recuperação, o anúncio descrevia o animal: “os signaes d’esse animal são os seguintes: focinho preto, rabo enroscado sobre o lombo preto, patas deanteiraz pretas e brancas e as trazeiras completamente pretas e acode pelo nome de *Togo*”. Para estimular a procura desse cachorro, a publicação dizia que se dava “uma gratificação a quem o trouxer ou indicar seu paradeiro” na administração do referido jornal<sup>323</sup>.

Em outro anúncio da *Folha do Norte*, de 8 de janeiro de 1910, “gratificava-se generosamente a pessoa que desse informações sobre o paradeiro de um casal de Bull Terriers”, fugidos dois dias antes, “da casa á estrada de São Braz, n. 71, esquina da travessa Benjamin Constant”. O cachorro tinha “a cor branca e uma malha escura na cabeça e a cadela a cor de tigre”<sup>324</sup>.

Em uma publicação de *A Província do Pará*, de 30 de março de 1912, dizia-se que se gratificava “genero-samente a quem der noticia ou entregar um cachorrinho preto, patas cor de castanha”, que havia fugido um dia antes “da casa n. 18 á rua S. Jeronymo”<sup>325</sup>.

O anúncio “Cães perdidos” da *Folha do Norte*, de 5 de março de 1916, informava que se gratificava “generosamente a quem entregar na rua de Santo Antonio n. 83 ou disser onde estão dois cães (um casal) de raça pequena, um preto e outra amarello, que dalli desapareceram hontem”<sup>326</sup>.

Na *Folha do Norte* de 9 de janeiro de 1917, um anúncio informava que se perdeu “uma cachorrinha raça ‘fox-terrier’ rabo curto, toda branca com duas malhas pretas juntos dos olhos até às orelhas e dá pelo nome de ‘Minerya’”, pedindo para a quem a tivesse achado, “o favor de visar na ‘Sapataria Pelicano’, rua Conselheiro João Alfredo, 87, que será gratificado”<sup>327</sup>.

Em 18 de julho de 1917, a publicação “Cachorro perdido” do *Estado do Pará* pedia a quem encontrasse um “‘Fox-terrier’ de pello comprido, branco e preto, cabeça toda preta, acudindo pelo nome ‘Tubarão’, traze-lo no Café da Paz, que será bem gratificado”<sup>328</sup>.

Uma questão se coloca: por que, mesmo com o perigo e os danos à saúde pública que os cães estavam causando naquela época, os seus donos procuravam recuperá-los? Segundo

<sup>322</sup> FILHO, Luiz Albuquerque. **Cão galgo**. Diario de Noticias, 7 . jul. 1892, p. 1.

<sup>323</sup> **A PROVINCIA do Pará**, 7 jan. 1905. p. 3.

<sup>324</sup> **FOLHA do Norte**, 8 jan. 1910. p. 3.

<sup>325</sup> **A PROVINCIA do Pará**, 30 mar. 1912. p. 5.

<sup>326</sup> **FOLHA do Norte**, 5 mar. 1916. p. 6.

<sup>327</sup> **FOLHA do Norte**, 9 jan. 1917. p. 5.

<sup>328</sup> **ESTADO do Pará**, 18 jul. 1917. p. 6.

Keith Thomas, “os bichos foram divididos em selvagens, a serem amansados ou eliminados; domésticos, que se devia explorar para fins úteis; e de estimação, destinados ao carinho e satisfação emocional”<sup>329</sup>. Os cães e os gatos se inseriam nesse último tipo de animais, conforme se percebe na coluna “Notas Medico-Veterinárias: o cão e o gato”, escrita por Corrêa Mendes na *Folha do Norte*, publicada em 13 de janeiro de 1897:

Os cães e os gatos não constituem *gados*, não se prestam ás industrias de carne, leite ou lã, não se sujeitam a puxar cargas, é certo: – mas são os animaes que melhor comprehendem e mais estimam o homem – Companheiros inseparáveis d’este, muitas vezes até são seus commensaes, partilhando das suas alegrias e das suas tristezas.<sup>330</sup>

O cachorro, portanto, era um animal de companhia, que poderia ser acolhido por diferentes camadas sociais. Na coluna “Cão esmoler”, do *Diario de Noticais* de 28 de outubro de 1897, dizia-se que “um câzinho pouco maior do que um gato maltez”, chamado Top, fora “creado por um pobre homem, que aos trinta e seis annos teve a infelicidade de, para viver, recorrer á caridade publica; porque, victmia de terrivel de ophtalmia, ficou privado da luz, consequentemente cercado da mais horrorosa treva”<sup>331</sup>.

Segundo essa coluna do *Diario de Noticias*, o dono do animal, “enfraquecido pelos constantes embates do infortunio, não pode supportar o peso deste, que já havia lhe roubado toda a familia e haveres, succumbido sem nada possuir alem do animalinho que o acompanhava nas peregrinações petitoriais”. Nessa circunstância, “Top ficara sosinho, errando pelas ruas a soltar de vez em quando, lamentos que faziam dó”, até que “um dia um rico burguez que passava, chamou o, acariciou o e o levou com sigo”<sup>332</sup>.

Na coluna “Cão esmoler”, do *Diario de Noticias*, finalizava-se dizendo que “o rico burguez, em um domingo, banqueteava-se na companhia de amigos”, quando se ouviu na sala de jantar: “Uma esmola pelo amor de Deus!”, ao que o dono da casa retrucou: “Deus o favoreça!”. O cachorro Top, então, teria se levantado “apressadamente”, pulando “sobre um prato que guardava uma excellent gallinha assada”, tomando-a nos dentes e correndo para a porta “pela qual ia sahindo o pedinte”, até que chegou “junto ao pobre”, deixando a galinha e voltando “triumphante, sacudindo a cauda e lambendo os beiços”<sup>333</sup>.

<sup>329</sup> THOMAS, Keith. Op cit., p. 273.

<sup>330</sup> MENDES, Corrêa. Notas Medico-Veterinarias: o cão e o gato. **Folha do Norte**, 13 jan. 1897. p. 1, grifo do autor.

<sup>331</sup> A. N. Cão Esmoler. **Diario de Noticias**, 28 out. 1897. p. 1.

<sup>332</sup> Idem.

<sup>333</sup> Idem.

O companheirismo do cachorro fazia com que o colunista da *Folha do Norte* Corrêa Mendes o considerasse “humilde em demasia” em relação ao gato:

As medidas craneanas dão mais capacidade intelectual ao gato do que ao cão: a sua cabeça é mais *quadrada, frontal mais largo*, maior capacidade cerebral. Depois as manifestações da intelligencia no gato são mais intensas e mais profundas do que no cão. O gato é altivo, egoista e *pratico*, enquanto o cão é humilde, dedicado e *sentimental...* O cão é humilde em demasia, *vulgar*, e por isso desprezível; o gato conscio de seu valor, sabe colocar-se no seu lugar, faz-se valer... O cão é *bruto* e desastroso, derrubando o proprio dono n’uma *festa* que lhe faz, ou atirando ao chão toda uma prateleira; o gato, cauteloso o delicado, só se aproxima do dono quando o vê disposto a tratá-lo bem, e se se mette numa prateleira, calcula tão os seus saltos, que não quebra um copo!...<sup>334</sup>

Nessa fonte, o colunista Corrêa Mendes defendia o egoísmo do gato como um dos indicativos do maior grau de inteligência desse animal em relação ao cão. Mas, na coluna “Vida moral dos animaes” da *Folha do Norte* de 13 de janeiro de 1903, ressaltava-se que era a “sympathia instinctiva e não interesse egoista que representa principal papel na vida social dos animaes”, destacando-se nesse sentido o cão, que, “nas suas relações com o homem”, fazia “coisas muitas vezes que, se fossem praticadas por entes humanos, teriam todo o character de ações moraes”<sup>335</sup>.

A coluna “Vida Moral dos animaes” citava como exemplo de semelhança entre atitudes do cachorro e do ser humano, a “historia authentica de um cão que cometeu um unico roubo em sua vida”. O dono desse animal contava que certo dia em que o cão “estava com muita fome, roubou uma costelleta de cima da meza e levou-a para debaixo do sofá”. O dono ressaltava que fora “testemunha do facto”, mas fingiu “não ter visto nada e o culpado ficou durante alguns minutos debaixo do sofá, hesitante entre o desejo de saciar a fome e o sentimento do dever”. O último sentimento acabou triunfando, e o cão veio depor aos pés de seu dono “a costelleta que roubára, depois do que voltou para baixo do sofá, d’onde não houve meio de persuadir-o a que sahisse”<sup>336</sup>.

Para a coluna “A Vida moral dos animaes”, o que dava “particular valor a esta interessante anedocta” era o “facto de que o animal nunca havia sido castigado, e, portanto, não foi o receio da punição do seu dellicto que sobre elle agiu e determinou o seu procedimento”<sup>337</sup>.

<sup>334</sup> MENDES, Corrêa. Op cit., 13 jan. 1897. p. 1, grifo do autor.

<sup>335</sup> FOLHA do Norte, 13 jan. 1903. p. 1.

<sup>336</sup> Idem.

<sup>337</sup> Idem.

Outra “curiosa historia” contada por essa coluna era “de um Terra Nova e de um cão de outra raça que brigavam um com o outro”, próximo ao mar. Eles teriam caído na água “e o outro cão, mau nadador, começava a afogar-se quando o Terra Nova, esquecendo os seus agravos, sentiu acordarem em si todos os instintos salvadores de sua raça, e, agarrando o seu inimigo pelo pescoço, trouxe-o para a terra”<sup>338</sup>.

O companheirismo dos cães, no entanto, não era suficiente para amenizar a propagação da hidrofobia. O ano de 1917, ao que as fontes indicam, fora o momento de ápice da doença, mas também o da busca do poder público em combater a raiva canina com instrumentos mais eficazes.

### 3.3) “Apparelhados para todo o sempre”

Casos varios têm se dado de raiva, para cuja cura a victima incrédula, só tem um sorriso de desdém e ironia, não confiando nas palavras categoricas e beneficas do medico: um ferro em brasa, uma pincelada de tintura de iodo, um pedaço de algodao embebido em ammoniaco, eis quase sempre a arma feliz e improfícua de que lançam mão os simples e bons, que, não têm fé, nem acreditam no soro miraculoso e salvador!<sup>339</sup>

Era dessa forma que o médico Castro Valente<sup>340</sup> registrava, no *Estado do Pará* de 13 de julho de 1917, os métodos de cura da hidrofobia utilizados por parte da população de Belém nessa época. A utilização desses métodos causava espanto e estranheza entre os médicos. A aplicação do ferro em brasa para combater a raiva, por exemplo, fez parte das primeiras impressões de Louis Pasteur sobre a hidrofobia. Segundo Geison, “em 18 de outubro de 1831, um lobo solitário, mas ameaçador, deixou seu hábitat natural nas encostas arborizadas da cordilheira do Jura, no Leste da França, e amedrontou diversas comunidades próximas, atacando e mordendo tudo o que encontrava pelo caminho”. Algumas das vítimas aterrorizadas “dirigiam-se relutantemente à oficina de um ferreiro em Arbois, para se submeterem ao tratamento tradicional contra mordidas de animais raivosos: a cauterização com ferro em brasa – a rigor, para que suas feridas fossem marcadas”. Louis Pasteur, então menino com oito anos de idade, ouvia os gritos das vítimas e assistia, horrorizado, à cena<sup>341</sup>.

<sup>338</sup> FOLHA do Norte, 13 jan. 1903. p. 1.

<sup>339</sup> VALENTE, Castro. Instituto Pasteur. *Estado do Pará*, 13 jul. 1917. p. 1.

<sup>340</sup> Fez parte da sessão solene de inauguração da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará. Cf. MEIRA, Clóvis. *Medicina de outrora no Pará*: história. Belém: Grafisa, 1986. p. 6-7.

<sup>341</sup> GEISON, Gerald. Op cit., p. 207.

Para compreender o espanto e a estranheza do médico Castro Valente em relação aos métodos de cura da hidrofobia, é importante lembrar o embate daquela época entre medicina popular e medicina oficial, e como essa última vinha se organizando.

A crescente importância da higiene alterou o status do médico. Conforme Vigarello, no início do século XIX, higiene “já não é o adjetivo que qualifica a saúde (*hygeinos*, em grego, significa ‘o que é são’), mas o conjunto de dispositivos e saberes que favorecem sua manutenção. É uma disciplina específica dentro da medicina”. Por conta disso, o médico passou a exercer maior peso político, ao atuar na disposição das cidades, de diversos locais públicos, e nos “comportamentos coletivos (desde a irrigação das ruas até a abertura de ruas em certos bairros)”<sup>342</sup>.

No início do século XX, não era grande o contingente de médicos em Belém. Segundo Meira, “todos provinham das Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Eram cirurgiões, parteiros e obstetras”. Alguns já faziam especialidade, como o pediatra Ophir Loyola, “mas, na quase totalidade, eram médicos clínicos e cirurgiões gerais”, sendo que “o mercado de trabalho especializado ainda não havia se firmado”<sup>343</sup>.

Na falta do médico, ou “não confiando nas palavras” dele, muitos doentes recorriam ao pajé. Segundo Figueiredo, ele era acompanhado “de seus guias espirituais – ‘os caruanas’, além de fazer uso de um instrumental de cura que parecia suspeito ou no mínimo folclórico para a moderna ciência”, normalmente “composto pelas penas, maracás e pelo cigarro tauari”. O pajé recebia o doente em sua própria casa, “e com ele passava, horas noite adentro, entre rezas e benzimentos em busca da cura que seria ministrada por espíritos da floresta, do ar ou do fundo das águas”. Esses rituais foram vistos pela medicina oficial da época “como profanidade, selvageria ou quando menos um arcaísmo cultural, um elemento do folclore da região, muito distante da ciência, daquilo que se convencionou chamar de medicina”<sup>344</sup>.

O pajé não era o único alvo da medicina oficial. Segundo Rodrigues, “à medida que a medicina oficial organizava-se”, as “diversas formas de intervir no universo da cura passaram a ser cada vez mais combatidas pelas autoridades públicas”. Os “mais diferentes sujeitos e suas artes de curar começaram a ser incluídos entre aqueles que exerciam ilegalmente a medicina”. Entre esses sujeitos, estavam “curandeiros, parteiras, espíritas, ciganos, homeopatas e farmacêuticos sem diploma acadêmico”, que passaram a ser vistos como “fortes

<sup>342</sup> VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo**: uma história da higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.p. 186-187.

<sup>343</sup> MEIRA, Clóvis. Op cit., p. 5-6.

<sup>344</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura. Pajés, médicos e alquimistas: uma discussão em torno da ciência e magia no Pará oitocentista. **Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas**, Belém, v. 12, n. 1-2, jan./dez. 1993. p. 48.

concorrentes” dos médicos formados nas faculdades de medicina, “que pretendiam ter o monopólio da arte de curar”<sup>345</sup>.

Para fortalecer essa luta, os médicos paraenses se organizaram em uma corporação ainda no final do século XIX. Segundo Rodrigues, em 8 de novembro de 1897, “surgiu entre a classe médica e farmacêutica a ideia da fundação de uma associação com a denominação de ‘Sociedade Medico-Pharmaceutica do Pará’, cujo fim era tratar dos interesses científicos e sociais dos associados”. O governador José Paes de Carvalho foi “um dos maiores idealizadores e patrocinadores dessa nova associação científica”. Atitude compreensível, tendo em vista que ele se formou “em medicina pela Universidade de Coimbra e prestou serviços nas mais importantes instituições de saúde da época, como a Santa Casa de Misericórdia do Pará e o hospital da Beneficente Portuguesa”. A Sociedade Médico-Pharmaceutica do Pará foi oficialmente instalada no “primeiro dia de fevereiro, no salão de honra do edifício de repartição sanitária do Estado”. A associação era composta por médicos de diferentes “gerações” e “matizes intelectuais”, sendo que a “nova geração”, formada em faculdades nacionais e estrangeiras, representava a renovação dos estudos “a partir da teoria microbiana de Pasteur”<sup>346</sup>.

A teoria microbiana de Pasteur fortalecia a ideia de que as doenças eram causadas por microorganismos. Segundo Teixeira, até então, havia vários pontos de vista acerca dessa questão, afirmando-se que a doença era “produto da ira divina, consequência de conjunções astrais, situações climáticas ou geográficas”. Apenas “com o desenvolvimento dos estudos sobre os microorganismos e as suas formas de atuação nos organismos superiores, a medicina obteve um lastro científico capaz de explicar os fatores etiológicos de diversas doenças e sua forma de propagação”, contribuindo para tanto “os trabalhos do químico francês Louis Pasteur sobre a função dos microorganismos na fermentação das cervejas, e sobre a geração espontânea”, a partir de 1854. Pasteur “demonstrou que a fermentação dos vinhos e das cervejas estava associada à atuação de microorganismos específicos, e que a estagnação deste processo era consequência da contaminação das bebidas por outros microorganismos”<sup>347</sup>.

Novas pesquisas foram efetuadas por Pasteur, resultando na criação de um Instituto nomeado em sua homenagem. A partir de 1873, ele passou a postular “que grande parte das doenças contagiosas e dos processos infecciosos também se devia à ação dos micróbios”, voltando-se para a “identificação de diversos microorganismos causadores de doenças

---

<sup>345</sup> RODRIGUES, Silvio Ferreira. Op cit., p. 51.

<sup>346</sup> Ibidem, p. 106-108.

<sup>347</sup> TEIXEIRA, Luiz Antonio. **Ciência e saúde na Terra dos Bandeirantes: a trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período de 1903-1916**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995. p. 13-14.

animais e humanos e, em seguida, para a busca de profiláticos capazes de tornar os microorganismos imunes a estes micróbios”. Exemplo disso foi a descoberta do imunizante anti-rábico, “o primeiro resultado, de grande repercussão, dos trabalhos de microbiologia aplicada à medicina humana”. Em julho de 1885, Pasteur “aplicou pela primeira vez num ser humano uma vacina baseada em suas pesquisas sobre a atenuação da doença dos microorganismos”. O sucesso dos resultados obtidos com a vacina possibilitou a criação do Instituto Pasteur de Paris, em 1888, “um estabelecimento especial para a sua produção e aplicação”<sup>348</sup>.

Do Instituto Pasteur de Paris chegou ao Brasil Oswaldo Cruz. Segundo Caponi, o Instituto Soroterápico Federal de Manguinhos foi criado no ano de 1900 no Rio de Janeiro com o objetivo específico e limitado de combater uma das epidemias que então ameaçava o Brasil: a pandemia mundial de peste que se havia iniciado no extremo Oriente, em 1894, e que em 1899 fazia sua aparição na cidade portuária de Santos. O bacteriologista chefe do Instituto de Manguinhos era um jovem científico, chamado Oswaldo Cruz, recém chegado do Instituto Pasteur por recomendação do professor Émile Roux<sup>349</sup>.

Oswaldo Cruz ampliou a atuação do Instituto de Manguinhos. Para Carponi, em 1906, depois do êxito das campanhas sanitárias contra a febre amarela por ele dirigidas em caráter de diretor geral de Saúde Pública, Cruz conseguiu ampliar as limitadas tarefas de seu instituto que, a partir de então, passaria a ser chamado Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos e que dois anos mais tarde seria chamado Instituto Oswaldo Cruz. Este centro deveria ocupar-se, fundamentalmente, de realizar estudos de soros e vacinas, mas também de criar programas de investigação e profilaxia das três grandes epidemias que então preocupavam o Brasil: febre amarela, peste e varíola<sup>350</sup>. Duas dessas epidemias são transmitidas por vetores e exigem protocolos de investigação diferenciados e estratégias profiláticas específicas de combate e controle de vetores, ratos, pulgas e mosquitos<sup>351</sup>.

---

<sup>348</sup> TEIXEIRA, Luiz Antonio, p. 14-16, 21-22.

<sup>349</sup> CAPONI, Sandra. Trópicos, micróbios e vetores. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 9, 2002. p. 117.

<sup>350</sup> O combate contra a varíola no Rio de Janeiro acarretou, em 1904, uma das maiores manifestações populares ocorrida na Primeira República: a “Revolta da Vacina”. Segundo Carvalho, durante a campanha de vacinação obrigatória contra a varíola, houve “grande evidência da grande irritação popular com a atuação do governo na área de saúde pública, de modo especial no que se refere à vistoria e desinfecção das casas”. Para justificar essa irritação, os populares se reapropriaram dos valores elitistas relacionados aos princípios liberais da liberdade individual e fizeram a junção com valores do “respeito pela virtude da mulher e da esposa, a honra do chefe de família, a inviolabilidade do lar”. Cf. CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. p. 91-139.

<sup>351</sup> CAPONI, Sandra. Op cit., p. 117.

Havia casos em que essas zoonoses eram tratadas de forma inadequada em Belém. Segundo Vianna, o carapanã, “o terrível transmissor” da febre amarela, passava incólume, porque uns não o combatiam por “ignorância dos seus malefícios e outros ainda por jactância estulta de incredulidade”; quando os combatiam com “defumações” e usando mosqueteiros era com o fim único de “evitar as ferroadas incômodas”<sup>352</sup>.

Em relação à peste, Amaral informa que ela “pode ser contraída indiretamente, através de gotículas ou picada da pulga do rato (*Xenopsylla cheopis*); e diretamente através do contato com tecidos ou fluidos infectados. Nos dois casos a transmissão pode ocorrer pelo tato ou via respiratória”<sup>353</sup>. Segundo Vianna, houve um caso em Belém em que “Olímpia Maria do Carmo, cozinheira em casa de uma família residente no prédio n. 43, à rua Santo Antonio, viu um rato, estonteado e mole, vir pelo chão da cozinha e morrer aí”. A mulher se agachou sobre o animal e examinou o cadáver, “ao ponto de matar várias pulgas das muitas que se abrigavam por entre os pelos”. Quando o rato foi enviado à junta de higiene, “verificou-se que o roedor sucumbira à peste”<sup>354</sup>.

Campanhas contra essas zoonoses se desenvolveram em Belém. Segundo Amaral, o asseio urbano da capital paraense tinha relação direta com a doença, “pois a insalubridade, as valas abertas, o lixo urbano e domiciliar, além da coleta irregular, entre outros fatores, facilitavam a proliferação de ratos na cidade”. Entre meados de 1909 e o primeiro semestre de 1910, ocorreram 14 óbitos provocados pela peste, preocupantes, “mas não fazendo do mal uma epidemia”, já que o Serviço Sanitário do Pará “procurava agir, isolando o doente e promovendo expurgos em áreas onde se manifestara o mal”<sup>355</sup>.

No caso da febre amarela, segundo Amaral, a doença “vinha ceifando vidas em Belém”, colaborando para “agregar ao espaço e ao imaginário europeu a imagem de uma cidade doente e mortífera”<sup>356</sup>. Conforme Hardman, como “resultado de uma chamada de emergência da Brazil Railway Company”, responsável pela construção da ferrovia Madeira-Mamoré, que ligaria Porto Velho à Guajará-Mirim, Oswaldo Cruz orientou “o governador e os dirigentes da companhia Port of Pará (pertencente ao grupo Farquhar) sobre medidas profiláticas contra a febre amarela”<sup>357</sup> na capital paraense, em 1910. Para tanto, Amaral

<sup>352</sup> VIANNA, Arthur. **As epidemias no Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1975. p. 99.

<sup>353</sup> AMARAL, Alexandre Souza. **Vamos à vacina?** Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904 a 1911). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia)- Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006. p. 162.

<sup>354</sup> VIANNA, Arthur. Op cit., p. 99.

<sup>355</sup> AMARAL, Alexandre Souza. Op cit., p. 168.

<sup>356</sup> Ibidem, p. 171.

<sup>357</sup> HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-Fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 175.

ressalta que fora criada a “Comissão de Profilaxia da Febre Amarela, que gozaria de poderes autônomos, fossem eles técnicos ou administrativos, ou seja, não se subordinaria a Campanha às instituições do Estado ou do município”<sup>358</sup>.

Nesse contexto de combate às zoonoses, fundaram-se as primeiras instituições anti-rábicas do Brasil. Segundo Teixeira, “em homenagem ao descobridor desta profilaxia”, elas “também vieram a se chamar Institutos Pasteur”, não tendo “nenhuma ligação institucional com o Instituto Pasteur de Paris, nem com suas filiais que se espalharam por diversas partes do globo terrestre”. Além disso, “com exceção do Instituto Pasteur de São Paulo, os outros institutos anti-rábicos não passariam de meros reprodutores da técnica de fabrico e aplicação da vacina anti-rábica, não chegando a elaborar pesquisas científicas no campo da medicina”<sup>359</sup>.

Conforme Teixeira, em 25 de fevereiro de 1888, “antes mesmo da fundação do Instituto parisiense”, foi inaugurado o Instituto Pasteur do Rio de Janeiro. Em 31 de janeiro de 1899, fundou-se a instituição anti-rábica de Pernambuco. Em 1903, “pela iniciativa de um grupo de médicos paulistas voltados para a medicina laboratorial”, inaugurou-se o Instituto de São Paulo. Em 1908, “a Liga Mineira Contra a Tuberculose criaria um Instituto Pasteur na cidade de Juiz de Fora”. Em 1910, foi “a vez da cidade de Porto Alegre fundar um Instituto Pasteur”<sup>360</sup>.

No mesmo ano em que os médicos paulistas se uniam para criar o Instituto Pasteur de seu Estado, os médicos paraenses se dividiam em uma nova corporação. Segundo Rodrigues, “a tensão entre um grupo de médicos e o governo do Estado, acusado de querer controlar a corporação”, ocasionou a cisão entre os médicos e a fundação de uma nova associação, a Sociedade de Medicina e Cirurgia, na qual “faziam parte muitos médicos que antes caminhavam lado a lado de Paes de Carvalho e sua Sociedade Medico-Pharmaceutica”<sup>361</sup>.

Somente na década de 1910, os médicos paraenses finalmente se organizaram em uma corporação coesa. Conforme Rodrigues, “a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará foi o primeiro órgão que procurou fazer valer os princípios éticos da profissão. Por meio dela, os médicos associados buscaram resolver suas divergências internas e experimentar as primeiras tentativas de autodisciplina”. Essa Sociedade foi instalada em 15 de agosto de 1914<sup>362</sup>.

---

<sup>358</sup> AMARAL, Alexandre Souza. Op cit., p. 181.

<sup>359</sup> TEIXEIRA, Luiz Antonio. Op cit., p. 23.

<sup>360</sup> Ibidem, p. 24-29.

<sup>361</sup> RODRIGUES, Silvio Ferreira. Op cit., p. 114-115.

<sup>362</sup> Ibidem, p. 125-126.

Novos hábitos e valores contribuíram para essa coesão. Segundo Rodrigues, para a “identidade de grupo em construção, cabia à sua ciência o papel supremo na direção moral social daquela época”. Além disso, “um discurso assentado em um expresso nacionalismo”, envolvendo “a pretensa defesa das ‘populações tropicais’, as críticas aos usos de trajes e outros produtos pensados a partir de um ideal europeu de sociedade”, ganhou “força no interior da confraria médica paraense, tornando-se parte de um processo gradual de mudança de mentalidade que ocorria pelo país afora”<sup>363</sup>.

Atendendo a esses anseios sociais e nacionalistas, em 28 de abril de 1917, a *Folha do Norte* anunciava a fundação do Instituto Pasteur no Estado do Pará, considerado um “gesto altamente humanitário e patriótico do governo do sr. dr. Lauro Sodré”. O Instituto seria criado no prazo de dois meses, e instalado, provavelmente, “no edifício onde funcionou o extinto Conservatorio Carlos Gomes, por ser o que mais se apropria para aquelle fim”. Não seria “annexo ao Laboratorio do Estado, para evitar naturaes infecções que de sua organização poderiam resultar, pois um estabelecimento da natureza do que vae ser fundado, além de exigir local isolado, deve ser mantido em rigorosa asepsia”<sup>364</sup>.

O referido jornal dizia que o Instituto não era fundado imediatamente porque pouco se dispunha para sua organização naquele momento. Entretanto, já se providenciava “para a vinda do material necessario encommendado para Pernambuco e para o Rio”<sup>365</sup>.

A *Folha do Norte* dizia que o “mal-rabico” deveria ser tratado no Pará “tal como se procede nos centros mais adeantados”. Para tanto, o doente receberia a primeira “innoculação da vaccina-fixo, cuja technica é sobejamente conhecida, seguindo-se-lhe outras até perfazer o numero de quinze, que é o bastante para immunizar o atacado contra as consequencias terríveis que o mal poderia ocasionar”. O tratamento era “absolutamente” inócuo, “atingindo apenas e directamente os centros nervosos do enfermo, que poderá, sem reações dolorosas, continuar a exercitar a sua actividade diaria”<sup>366</sup>.

O dito jornal concluía que o Instituto Pasteur do Pará tratava-se de uma providência “de grande alcance para o bem estar da collectividade”, embora difícil de ser implementada naquele momento. A obra seria “simples em sua applicação, grandemente meritória, entretanto, para um governo que se vota com abnegado interesse às cousas da administração”<sup>367</sup>. A *Folha do Norte* elogiava o governo porque ela combatia a política de

---

<sup>363</sup> RODRIGUES, Silvio Ferreira. Op cit., p. 129.

<sup>364</sup> **FOLHA do Norte**, 28 abr. 1917.p. 1.

<sup>365</sup> Idem.

<sup>366</sup> Idem.

<sup>367</sup> Idem.

Antonio Lemos, defendendo “o Partido Republicano Federal, chefiado por Lauro Sodré e depois por Paes de Carvalho”<sup>368</sup>. A fundação do Instituto seria também uma forma de canalizar o apoio popular para Lauro Sodré, o governador do Pará naquela época.

Como o Instituto Pasteur ainda não havia sido fundado, continuava-se a registrar mortes de paraenses por conta da hidrofobia. Em 26 de maio de 1917, uma notícia da *Folha do Norte* informava “mais uma victima da hydrophobia”. Dessa vez, a vítima era o agenciador de casas comerciais “João Enéas da Silva, norte-riograndense, branco, de 23 annos de idade, solteiro, filho de José Gomes da Silva”<sup>369</sup>.

No dia 8 do referido mês, João Enéas foi “subitamente acometido por um cão furioso, que apresentava symptomas de hydrophobia e que o mordeu bastante”, quando ia “para sua casa á rua Curuçá”. Porém, João se recolheu “á sua casa, tratou-se da melhor maneira que poude e dentro em pouco, tendo as feridas cicatrizado, julgou-se perfeitamente curado”, de tal modo que viajou para Bragança e, depois de retornar para Belém, em 23 de maio, “sentiu-se mal, não tardando muito para que a terrível doença se manifestasse”. Na extrema intensidade da doença, “João Enéas chegou mesmo a morder a sua irmã que delle se aproximou”. No dia 25 do mesmo mês, “o inditoso rapaz veiu a fallecer, attestando o seu obito o dr. Fernandes Penna, que deu como causa da morte hydrophobia”<sup>370</sup>.

O caso de José Enéas era apenas um exemplo do agravamento da propagação da hidrofobia, em 1917. Segundo a coluna “A hydrophobia em Belém”, do *Estado do Pará* de 2 de julho do referido ano, esse “mal rabico” assumia “proporções assustadoras”, sendo que alguns meses já eram decorridos em que se vivia “sob a ameaça grave, a ameaça imminente do terrível morbo, a cada momento surgindo, tragico, á aproximação dos animaes que perambulam pelas nossas ruas”. O jornal dizia que o caso estava “a reclamar medidas muito serias e, tambem, muito urgentes”, e parabenizava o papel do governo do Estado nesse sentido, “creando o Instituto Pasteur, entre nós, optima iniciativa que já mereceu o apoio de espiritos altruisticos com legados para o futuro patrimônio do estabelecimento, felizmente em via de realização acudindo á intensidade do mal na cidade”. Porém, ainda não era possível a instalação imediata desse Instituto e as providências deveriam vir o “quanto antes”<sup>371</sup>.

Conforme essa publicação, a transmissão da raiva era “feita pelos animaes atacados dessa molestia”. Era a estes, portanto, que a campanha de combate à hidrofobia deveria visar. Observava-se que “o serviço executado pelas turmas municipaes de apreensão poderia

<sup>368</sup> PARÁ. Biblioteca Publica. Op cit., p. 154.

<sup>369</sup> FOLHA do Norte, 26 maio, 1917. p. 2.

<sup>370</sup> FOLHA do Norte, 26 maio 1917. p. 2.

<sup>371</sup> ESTADO do Pará, 2 jul. 1917, p. 1.

satisfazer as exigencias que o determinaram em condições normaes”, mas não naquele momento, quando a ameaça crescia de ponto, e todo mundo, “com actividade diaria e obrigações a cumprir nas vias publicas”, andava “justamente alarmado” com a propagação da doença para o cachorro, o gato e o porco, “pois também estes últimos, contaminados pelo primeiro, entram de agir na transmissão da apavorante molestia”<sup>372</sup>.

O *Estado do Pará* propunha a instituição de premiações para ajudar a evitar a propagação da hidrofobia: “não seria demais a Intendencia, as directorias sanitarias instituírem prêmios a quem eliminasse pela morte ou conseguisse apanhar e deter todo animal, das tres especies citadas, que fosse encontrado nos logares e vias publicas”, como semelhantemente se fazia “com o rato, na peste negra, com o mosquito na febre amarella”<sup>373</sup>.

Para o referido jornal, as reclamações que poderiam advir dessa medida eram “infundadas e injustas”, pois não se compreendia “estimação a animaes cujos donos os consentem sair sem cuidado algum, expondo a sua inconsciência a todas as consequências”, como a de “formarem elementos de pavor publico”, ou voltando os animais “á casa para atacar os seus proprios donos, trazendo inoculado os germens da doença”, o que teria acontecido poucos dias antes de 2 de julho de 1917, quando “foram mordidas quatro pessoas” na casa de uma família, “já em viagem para Pernambuco”<sup>374</sup>.

Pela notícia de 10 de julho de 1917 do *Estado do Pará*, ficamos sabendo que o Instituto Pasteur de Pernambuco era o local para onde eram encaminhados os atacados pela hidrofobia no Pará. Segundo esse jornal, naquela época, existiam “cerca de 70 pessôas idas do Pará afim de submeter-se a tratamento”, sendo que “a maioria desses doentes” aguardava “apenas o tratamento completo”, que era “feito com 16 injeções, para poder regressar a Belém”<sup>375</sup>. Os autores da revista *Pará-Médico*<sup>376</sup> de agosto de 1917 ressaltavam, entretanto, que a distância entre Belém e Recife, “para os que daqui embarcavam, tornava, por vezes, inutil o sacrificio da viagem”<sup>377</sup>.

<sup>372</sup> **ESTADO do Pará**, 2 jul. 1917, p. 1.

<sup>373</sup> *Idem*.

<sup>374</sup> *Idem*.

<sup>375</sup> **ESTADO do Pará**, 10 jul. 1917, p. 1.

<sup>376</sup> Segundo Rodrigues, a revista “Pará-Médico” foi lançada pela Sociedade Médico-Pharmaceutica, versando principalmente “sobre a área da higiene pública e de doenças que mais preocupavam o governo naquele momento, como febre amarela e impaludismo”. Em abril de 1902, a revista saiu de circulação, retornando em maio de 1915, quando a Sociedade Médico-Cirúrgica “lançou o primeiro número de sua revista, com um título homônimo ao do órgão de divulgação da extinta Sociedade Médico-Pharmaceutica, apresentado ao público quinze anos atrás – ‘Pará-Médico’”. Cf. RODRIGUES, Silvio Ferreira. *Op cit.*, p. 108, 133.

<sup>377</sup> ABEN-ATHAR, Jayme; et al. **Pará-Médico**: arquivos da Sociedade Medico-Cirurgia do Pará. Belém, v. 1, ano 3, n. 5, p. 215, ago. 1917.

Por conta dessa dependência do Instituto Pasteur de Pernambuco, os casos de mortes por hidrofobia se registravam principalmente entre os mais pobres. No *Estado do Pará*, de 13 de julho de 1917, o médico Castro Valente dizia que os “benefícios inestimáveis” que o Instituto Pasteur iria proporcionar seriam “incalculáveis e preciosíssimos em vista da imensa e horrível disseminação, na cidade, de cães raivosos, e pelo numero accrescido por que se ha manifestado o mal rabico em todas as classes sociaes, principalmente a menos favorecida de fortuna”, para a qual a viagem para Pernambuco tornava-se “impossivel, muita vez, de realizar-se”, a não ser quando o governo do Estado mandava “fornecer passagens a Pernambuco, aos pobres e desfavorecidos”, que o procuravam “para este mistér”<sup>378</sup>.

Para o médico Castro Valente, a falta de recursos financeiros entre os mais pobres para custear a viagem se casava “quasi sempre á ignorância na terminação fatal e irremediável da molestia”, devido à “incredulidade do povo”. Vários casos tinham se dado de raiva, “para cuja cura a victima incredula”, só tinha “um sorriso de desdém e ironia, não confiando nas palavras categoricas e beneficas do medico”, utilizando-se de “um ferro em brasa, uma pincelada de tintura de iodo, um pedaço de algodão embebido em ammoniaco”, como a frequente arma, “infeliz e proficua”, de que lançavam mão “os simples e bons, que, não têm fé nem acreditam no soro miraculoso e salvador!”<sup>379</sup>

O médico Castro Valente dizia que sem o Instituto Pasteur do Pará, a medicina local estava sem armas para combater a hidrofobia. Segundo esse médico, no Hospício de Alienados, ele mesmo havia assistido a dois casos dos quais lhe ficaram “na mente profundas e pungentes recordações” na sua “ainda curta vida clinica, em que completamente desarmado, sem bussola e sem norte, como em náu desarvorada o timoneiro em mar alto”, achava-se “deante do mal sem poder combatel-o com toda energia, desassombradamente e sem vacillações, como fora preciso”, sendo que “todos os meios therapeuticos e todos os remedios foram improficuos desde que se manifestaram os symptomas horriveis e fataes”. Por esse relato, ficamos sabendo também que parte dos doentes era encaminhada para o Hospício de Alienados porque, como já foi dito no primeiro tópico, a raiva atacava o sistema nervoso central, fazendo com que a vítima se portasse como um “animal enlouquecido”<sup>380</sup>.

O médico Castro Valente enfatizava o “desarmamento” no combate à doença, não sabendo “de molestia mais tragica nem mais impressionadora”. No caso assistido por ele no Hospício de Alienados, um dos últimos recursos utilizados foi uma injeção de morfina: “foi

---

<sup>378</sup> VALENTE, Castro. Op cit., p. 1.

<sup>379</sup> Idem.

<sup>380</sup> Idem.

um quadro terrível e assustador a que assistimos de frente alevantada, porém, triste e abatido, pois, uma injeção de morfina só serviu parece-nos, para prolongar a vida nesse horrível círculo de ferro”<sup>381</sup>.

O *Estado do Pará*, de 2 de julho de 1917, defendia que urgia “acabar com os cães” das ruas de Belém, “vadios ou outros quaesquer”, a que os seus donos permitiam a saída, “sem constrangimento ou resquicio de susceptibilidade”, acarretando que estivessem de “passagens tomadas, ou para isto, 14 pêssoas, ameaçadas da mais triste sorte, igual á de tantas outras victimas já baixadas ao silencio do tumulto, após a agonia mais horripilante”. A população estaria “prompta a receber todos os processos postos em pratica, nesse sentido, para seu beneficio”, e auxiliaria “os poderes na ingente e urgente campanha de prophylaxia da raiva”. O jornal considerava que “a obra é de salvação publica, é de saude, é de vida”<sup>382</sup>.

Essa defesa encontrava eco no projeto apresentado por Dionysio Bentes no Conselho Municipal. Segundo o *Estado do Pará* de 9 de julho de 1917, esse projeto propunha que “todos os cães encontrados a vagar nas vias públicas” fossem “apprehendidos e sacrificados”<sup>383</sup>. Além disso, “os outros animaes domesticos ou mordidos por qualquer outro animal rabico ou apenas suspeito de hydrophobia”, seriam “immediatamente abatidos, ficando seos proprietarios prohibidos de fornecel-os ao consumo ou de aproveitar seus productos (pennas, couro, cascos, etc.)”. O projeto também dizia que “os cadaveres dos animaes rabicos ou suspeitos de hydrophobia” seriam “incinerados ou enterrados profundamente”; e que “as estrebarias ou quaesquer outros logares ocupados por um animal rabico, assim como as gaiolas e outros objectos que tiverem contactos com esses animaes”, seriam “cuidadosamente desinfectados”. Isso tudo ampliava “as disposições já existentes no regulamento de apprehensão de cães”<sup>384</sup>. O que se percebia, então, era um agravamento da hidrofobia em Belém e, por conseguinte, a radicalização das propostas de apreensão dos cães.

O *Estado do Pará* defendia tal proposta, pois “emquanto o governo do Estado esforça-se por installar completamente, ainda no corrente mez, o Instituto Pasteur do Pará”, o projeto de Dionysio Bentes visava “assegurar uma situação mais rigorosa que impeça a abundancia

<sup>381</sup> VALENTE, Castro. Op cit., p. 1.

<sup>382</sup> **ESTADO do Pará**, 2 jul. 1917. p. 1.

<sup>383</sup> Eliminar animais da cidade para torná-la mais segura e higiênica, fez parte das reflexões de Ítalo Calvino, em “As cidades invisíveis”, ao apresentar uma das descrições do personagem Marco Polo sobre a cidade imaginária de Teodora: “Depois de expulsar os condores do céu, foi necessário enfrentar a proliferação das serpentes; o extermínio das aranhas permitiu que as moscas se multiplicassem e negrejassem; a vitória sobre os cupins deixou a cidade à mercê das traças. Uma a uma, as espécies incompatíveis com a cidade sucumbiram e foram extintas”. A última espécie exterminada foi o rato, fechando a cidade “asséptica sobre as últimas carniças enterradas com as últimas pulgas e os últimos micróbios”. Cf. CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 144-145.

<sup>384</sup> **ESTADO do Pará**, 9 jul. 1917. p. 1.

cada vez mais sensível de cães vagabundos, indicando aos proprietários desses animais obrigações rigorosas, pois, até então vinham sendo extremamente fracas para colherem os resultados em vista”. O Instituto era a “casa de saúde para a pessoa atacada; ali com o tratamento específico da moléstia a ciência ataca o morbo e anula os seus terríveis efeitos”, enquanto que o referido projeto se tratava de uma exigência de “ordem preventiva”<sup>385</sup>.

O supracitado jornal ressaltava a urgência de ações preventivas, lembrando-se de sua proposta de premiação para as pessoas que ajudassem o governo municipal a eliminar os cães que andavam soltos pelas ruas e praças de Belém. Segundo o *Estado do Pará*, “a urgência no caso é a salvação, toda a demora dará em resultados novas transmissões, outras tantas vítimas a lamentar; e a mais instante e eficaz providência é acabar, eliminando pela morte, com quaisquer cães encontrados vagando”. Para tanto, o jornal reiterava a sua proposta “de se pôr a prêmio a apreensão e morte desses animais”<sup>386</sup>.

Em 10 de julho de 1917, a *Folha do Norte* informava que se achavam “adeantadíssimas, aliás em vias de conclusão, as obras de adaptação por que vem passando o edifício em que funcionou o extinto conservatório Carlos Gomes para nelle funcionar o Instituto Pasteur”. Além disso, “o sr. Manoel Affonso Machado, que até ali fora commissionado pelo sr. dr. governador do Estado a fim de conseguir vírus fixo”, acabava de chegar à capital paraense<sup>387</sup>.

Segundo o *Estado do Pará* de mesma data, “sendo difícil ao sr. Machado conseguir por compra o soro contra o mal rabico”, o dr. Octavio de Freitas, diretor do Instituto Pasteur de Pernambuco, “cedeu gentilmente dois coelhos inoculados do vírus, que foram trazidos para Belém”<sup>388</sup>. Conforme a *Folha do Norte*, esses coelhos seriam “autopsiados pelo dr. Jayme Aben-Athar”, o qual extrair-lhes-ia a medula, “após o que inoculará mais dez para o preparo do soro anti-rabico”<sup>389</sup>.

Dos relatos das duas últimas fontes, cabem alguns esclarecimentos. Conforme Teixeira, o vírus fixo era a “denominação dada ao microorganismo modificado pelas sucessivas passagens (inoculações) em cérebros de coelho”<sup>390</sup>, que era o animal experimental preferido dos estudiosos da hidrofobia. Segundo Geison, “em 1879, Galtier relatou que a raiva podia ser experimentalmente transmitida de cães para coelhos, com uma redução acentuada do período de incubação da doença – de uma média de talvez um mês, em cães, para uma

<sup>385</sup> **ESTADO do Pará**, 9 jul. 1917. p. 1.

<sup>386</sup> Idem.

<sup>387</sup> **FOLHA do Norte**, 10 jul. 1917. p. 1.

<sup>388</sup> **ESTADO do Pará**, 10 jul. 1917. p. 1.

<sup>389</sup> **FOLHA do Norte**, 10 jul. 1917. p. 1.

<sup>390</sup> TEIXEIRA, Luiz Antonio. Op cit., p. 19.

média de 18 dias em seus coelhos”, o que “havia quase duplicado o número de experimentos passíveis de ser conduzidos em um dado período de tempo”. Além disso, “eles eram relativamente baratos, seguros de manipular e fáceis de manter”<sup>391</sup>.

Outro esclarecimento é sobre Jayme Aben-Athar, integrante da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará. Segundo Meira, ele nasceu na cidade de Gurupá, no Estado do Pará, em 1883. “Ainda criança veio para Belém. Completando os estudos das primeiras letras matriculou-se no Lyceu Paraense, hoje Colégio Paes de Carvalho”, onde fez os preparatórios para ingressar na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1902. Ainda acadêmico, entrou no Instituto Manguinhos, “então dirigido por Oswaldo Cruz, e, na qualidade de auxiliar-acadêmico, participou ativamente da campanha contra a Febre Amarela”. Formou-se em 1907, retornando a Belém no mesmo ano, onde iniciou “suas atividades clínicas e de pesquisa em seu laboratório particular”<sup>392</sup>.

Em 13 de julho de 1917, no *Estado do Pará*, o médico Castro Valente anunciava a fundação do Instituto Pasteur no Pará ainda no referido mês, como instrumento de “serum-terapia” para combater a raiva canina. Esse Instituto seria “a casa da saúde, o templo da vida para aqueles que, atingidos surrateiramente por cães contaminados pela raiva seriam acudidos de prompto, antes de aparecerem seus maleficios efeitos”<sup>393</sup>.

Para o médico Castro Valente, a profilaxia também era um importante meio de combate à propagação da hidrofobia. Ele defendia que “todo o cão apprehendido na rua” deveria “ser sacrificado”, sendo a extinção “sem tréguas”, pelo menos enquanto durasse a “situação alarmante” a que os paraenses se encontravam. O médico ressaltava que “o cão é um animal fiél de guarda, muito útil para viver dentro do seu canil nas habitações, e não para andar vagando pelas ruas”, e que o projeto de Dionysio Bentes que contemplava essa proposta já havia sido aprovado<sup>394</sup>.

O médico Castro Valente defendia que a medida profilática também deveria ocorrer dentro de casa:

Não devemos parar nesta lucta e nem darmos a questão por solucionada sómente pelos poderes municipal e do Estado. Não. Cada um procure fazer em seu beneficio uma prophylaxia partiular (sacrificar dentro de sua habitação, cão, gato, porco, etc., se possível for) que será todo em seu proveito, todo colidindo para um mesmo fim, que é a saude publica.<sup>395</sup>

<sup>391</sup> GEISON, Gerald. Op cit., p. 215.

<sup>392</sup> MEIRA, Clóvis. **Médicos de Outrora no Pará: biografias**. Belém: Grafisa, 1986. p. 151.

<sup>393</sup> VALENTE, Castro. Op cit., p. 1.

<sup>394</sup> Idem.

<sup>395</sup> Idem.

Segundo o médico Castro Valente, com o Instituto Pasteur, os paraenses estariam “aparelhados para todo o sempre a dar combate ao inimigo traiçoeiro com armas efficazes e certeiras”. Para tanto, o médico fazia um apelo à família paraense para que “atingida em um dos seus membros queridos pelo cão raivoso, não vacillar em procurar à fonte bemdita, que se contem no soro miraculoso de Pasteur!”<sup>396</sup>

Para o referido médico, havia outra garantia para a credibilidade do Instituto Pasteur do Pará: “o medico, não será demais dizel-o, a quem foi confiada a direcção, o dr. Jayme Aben-Athar, é um dos mais competentes na matéria, por isso mesmo que será uma garantia para os creditos do Estabelecimento prestes a ser fundado”<sup>397</sup>.

Segundo o médico Castro Valente, o Pará estaria “assim ao lado dos outros Estados da Federação, como Pernambuco, Bahia, Rio e São Paulo”, com o seu Instituto Pasteur, “offerecendo a seus filhos o remedio seguro e de prompto áquelles que, victimas da sorte, forem inoculados pelo terrivel ‘virus’ da raiva”<sup>398</sup>.

Mesmo com a aprovação do projeto de Dionysio Bentes para a eliminação de todos os cães que vagassem pelas ruas e praças de Belém, mais um caso de mordida de cachorro era registrado pela *Folha do Norte*. Segundo esse jornal, de 13 de julho de 1917, Manoel da Cunha estava na “estação central da policia”, queixando-se “ao subprefeito Viriato de Oliveira, que estava de permanência, que ao passar pela travessa da Piedade, n. 17, foi subitamente assaltado por um cão bravio, pertencente a José Nascimento, que o mordeu na perna esquerda”<sup>399</sup>.

Em 21 de julho de 1917, o governador Lauro Sodré assinava o decreto que permitia a criação do Instituto Pasteur do Pará. Segundo a *Folha do Norte* de 24 de julho do referido ano, o governador do Estado fazia isso “no intuito de dar combate ao mal rabico que de maneira assustadora” vinha se desenvolvendo em Belém, “dotando o Estado de um estabelecimento apto áquelle fim”. O Instituto reger-se-ia “por um regulamento especial, ficando dependente da directoria do Serviço Sanitario”, e teria “pessoal e vencimentos constantes da tabella que com este baixa, correndo a respectiva despesa pela verba ‘Socorros Publicos’”, do orçamento vigente naquele ano<sup>400</sup>. Segundo autores da revista Pará-Médico, de

---

<sup>396</sup> VALENTE, Castro. Op cit., p. 1.

<sup>397</sup> Idem.

<sup>398</sup> Idem.

<sup>399</sup> **FOLHA do Norte**, 13 jul. 1917. p. 2.

<sup>400</sup> **FOLHA do Norte**, 24 jul. 1917 p. 1.

agosto de 1917, a fundação desse instituto contava com o auxílio do “capitalista sr. coronel Emilio Martins”, oferecendo “a avultada quantia de dez contos de réis”<sup>401</sup>.

A *Folha do Norte* também informava quem dirigiria o Instituto. Conforme esse jornal, foram nomeados, na mesma data do decreto referido acima, “o dr. Jayme Jacyntho Aben-Athar para exercer o cargo de director, e Manoel Affonso Machado para o de auxiliar, com as funções de escripturario e porteiro, percebendo, annualmente, o primeiro, 6:000,000 e o segundo, 2:400,000”<sup>402</sup>.

No dia 4 de agosto de 1917, iniciaram-se os trabalhos médicos no Instituto Pasteur do Pará. Segundo a *Folha do Norte* do dia seguinte, “recebeu a primeira injecção de ‘serum anti-rabico’ uma pessôa que fôra ha dias mordido por um cão atacado daquelle mal”. O Instituto, situado na Rua João Diogo, em frente ao Quartel dos Bombeiros, funcionaria diariamente “das 7 ás 9 horas da manhã e de 2 ás 3 horas da tarde, sem excepção aos domingos e dias feriados”<sup>403</sup>.

A *Folha do Norte* informava ainda que o diretor do Instituto, dr. Jayme Aben-Athar, solicitava “das pessoas que tenham de receber curativos ali a apresentação dos animaes que as morderam, sempre que for possivel, vivos ou mortos, para o diagnostico da molestia”. Quando não fosse possível apresentar o animal inteiro, bastaria “a sua cabeça”, que deveria “ser imersa em glicerina para quando tenha de ser transportada de localidade distante” de Belém, havendo, portanto, “perigo de decomposição, devendo as pessoas que a conduzir usar de todas as precauções”<sup>404</sup>.

A edição de 6 de agosto de 1917 da *Folha do Norte* esclarecia melhor a origem das primeiros doentes tratados no Instituto Pasteur do Pará. A primeira pessoa que recebeu nesse estabelecimento “a innoculação do serum anti-rabico foi o menor Raymundo Sergio Medeiros, de 11 annos e morador á travessa de S. Matheus”. Em 30 de julho, o animal o mordeu “no pulso esquerdo, nos dedos da mão direita e nos de ambos os pés. Após as dentadas, o cão foi sacrificado”<sup>405</sup>.

Conforme o referido jornal, no dia 5 de agosto, “o jovem Oscar Faciola, estudante de 18 annos, filho do commerciante Antonio Faciola e residente no Marco da Legua”, recebeu tratamento do Instituto. O canino o mordeu “nas faces e plantas do pé esquerdo e no dorso do

---

<sup>401</sup> ABEN-ATHAR, Jayme; et al. Op cit., p. 215.

<sup>402</sup> Idem.

<sup>403</sup> **FOLHA do Norte**, 5 ago. 1917. p. 4.

<sup>404</sup> Idem.

<sup>405</sup> **FOLHA do Norte**, 6 ago. 1917. p. 1.

direito, na face interior da perna direita, fazendo-lhe ainda ligeiras escoriações no dedo medio da mão direita”<sup>406</sup>.

Segundo a *Folha do Norte*, outro paciente atendido pelo Instituto Pasteur em 5 de agosto foi “a filha do lavrador Luiz Antonio do Nascimento, vindo da E. F. de Bragança”, mas, “em virtude do animal ter accomettido a creança ha 15 dias e, decorrido esse período, ainda continuar vivo e sem os signaes caracteristicos da hydrophobia, o dr. Jayme Aben-Athar deixou de applicar-lhe a injecção”<sup>407</sup>.

A edição de 6 de agosto de 1917 da *Folha do Norte* também esclarecia melhor a localização do Instituto Pasteur do Pará. Ele estava “installado no predio á rua João Diogo, nos fundos do edificio do Gymnasio Paes de Carvalho”. O Instituto tinha uma porta “pelo flanco direito da entrada”, de onde se passava “para uma espaçosa sala” que era “destinada á esterelisação dos instrumentos e exames médicos”. Na parte da frente do edificio, havia “duas series de compartimentos, separados por um corredor”. De um lado, estava “a sala das autopsias dos animaes, seguindo-se-lhes as salas de innoculações”, onde se encontrava “uma estufa para a conservação de bulbos e medulas, a sala das innoculações das victimas e mais adeante a de spora”<sup>408</sup>.

Segundo a *Folha do Norte*, no outro lado da parte de frente do Instituto estavam “installados dois confortaveis compartimentos” para receber as pessoas que tivessem de vir de fora tratar-se e outra onde se via 10 coelhos, “cada qual na sua casinha de arame”. Esses animais estavam “todos innoculados, achando-se o de numero 1 atacado do mal, notando-se a paralysação dos membros do animalzinho”, que dava sinal de vida apenas pelo “movimento da barriga, ao respirar”. Depois de afetado, o animal só sobreviveria durante “24 horas, devendo ser, pois, sacrificado nesse período”. Os coelhos sadios ficavam em dois chalés localizados aos fundos do Instituto<sup>409</sup>.

Os autores da revista Pará-Médico resumiam a composição de salas do Instituto Pasteur do Pará:

Dispõe o nosso Instituto de uma sala de espera, sala para applicação do tratamento, sala para guarda de medullas e preparo das emulsões, sala para antiseptia e inoculações dos coelhos, sala para esterilisações e diagnostico microscopico da raiva, bioterio, inaccessivel ás moscas e aos mosquitos,

<sup>406</sup> FOLHA do Norte, 6 ago. 1917. p. 1.

<sup>407</sup> Idem.

<sup>408</sup> Idem.

<sup>409</sup> Idem.

onde serão recolhidos os animais inoculados e ainda uma coelheira para a criação de coelhos<sup>410</sup>.

O Instituto Pasteur do Pará representava a forma mais efetiva de combate à hidrofobia no Pará, já que os doentes não precisariam mais se deslocar para Pernambuco, uma vez que a distância entre os dois estados tornava muitas vezes inútil o sacrifício da viagem. Além disso, os mais pobres nem sequer tinham recursos financeiros para tentar o tratamento nesse outro Estado, exceto quando o governo do Pará emitia passagens para os mais necessitados, mas isso não ocorria sempre.

A fundação desse Instituto ocorreu em um momento de agravamento da hidrofobia em Belém, pois os jornais ressaltavam isso e defendiam o projeto de Dionysio Bentes de apreensão e imediato sacrifício dos cães encontrados soltos nas ruas e praças de Belém. No combate à raiva canina, esse projeto era apresentado como medida preventiva e o Instituto, como “serum-terapia”, local de aplicação da vacina anti-rábica.

A inauguração e o funcionamento do Instituto Pasteur do Pará também era uma forma de canalizar votos para o governo de Lauro Sodré, em detrimento de seus opositores, como os lemistas, os seguidores de Antonio Lemos. Para tanto, o governador contou com os estudos dos médicos paraenses acerca da teoria microbiana de Pasteur, destacando-se nesse sentido Jayme Aben-Athar, por sua participação na campanha contra a Febre Amarela ao lado de Oswaldo Cruz. A ele coube o cargo de diretor do Instituto.

Os paraenses, pelo menos em relação à hidrofobia, finalmente estariam “aparelhados para todo o sempre”.

Passemos, agora, para as considerações finais.

---

<sup>410</sup> ABEN-ATHAR; et al. Op cit., p. 215.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, ocorrem movimentos em diversos países para criticar a matança de touros nas touradas. No México, ativistas protestaram contra essas corridas se fingindo de mortos, “cobertos com tinta vermelha para simular o sangue dos animais”<sup>411</sup>. No Peru, uma manifestante invadiu a arena da praça de touros de Acho, em Lima, e mostrou os seios, nos quais se lia “toureiro, me mate”. Simultaneamente, outro ativista “levantou um cartaz com a frase ‘compaixão e justiça para os touros’. Ambos gritavam palavras de ordem criticando a crueldade aos animais”<sup>412</sup>.

Na Espanha, em Madri, dois ativistas de um grupo de manifestantes seguravam uma placa com a mensagem: “Tortura não é cultura. Diga não à proteção das touradas como sendo algo que faz parte da herança espanhola” (fotografia 11, a seguir). O grupo pretendia coletar assinaturas contra o projeto de lei parlamentar que defendia o esporte como sendo algo do “interesse nacional e parte da herança da Espanha”<sup>413</sup>. No mesmo país, em 2012, a Catalunha se tornou a segunda região da Espanha a banir as touradas, ao lado das ilhas Canárias, em 1991<sup>414</sup>.

---

<sup>411</sup> G1. **Ativistas se banham de ‘sangue’ para pedir o fim das touradas no México.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/02/ativistas-se-banham-de-sanguepara-pedir-o-fim-das-touradas-no-mexico.html>>. Acesso em: 3 fev. 2013.

<sup>412</sup> G1. **Ativista protesta contra tourada com os seios nus em feira do Peru.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2013/10/ativista-protesta-contratourada-com-os-seios-nus-em-feira-do-peru.html>>. Acesso em: 28 out. 2013.

<sup>413</sup> G1. **Ativistas se cobrem de ‘sangue’ em protesto contra touradas na Espanha.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/05/ativistas-se-cobrem-de-sangue-em-protesto-contratouradas-na-espanha.html>>. Acesso em: 21 maio, 2013.

<sup>414</sup> R7. **Touradas são proibidas na região espanhola da Catalunha.** Disponível em: <<http://noticias.r7.com/internacional/noticias/touradas-sao-proibidas-na-regiao-espanhola-da-catalunha-20100728.html>>. Acesso em: 28 jul. 2010.

Fotografia 11 - Protesto contra as touradas em Madri (2013).



Fonte: Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/05/ativistas-se-cobrem-de-sangue-em-protesto-contratouradas-na-espanha.html>>. Acesso em: 21 maio, 2013.

Entre 1892-1917, em Belém, as touradas eram legitimadas por ações de caridade, “refinamento de comportamento”, e percepção de que o touro era um animal “selvagem”, diferentemente dos animais de tração, domesticados para o transporte de pessoas e mercadorias, utilidade cada vez mais importante em uma sociedade com fluxo intenso de pessoas e mercadorias, por conta do apogeu da comercialização da borracha. Na fase de declínio dessa economia, esses bichos continuaram presentes no cotidiano da cidade. Por essas razões, os maus tratos aos animais empregados em veículos eram proibidos pelo poder público, por meio do Código de Posturas.

Naquela época, esse Código também proibia que houvesse animais andando soltos nas ruas e praças de Belém, para evitar danos aos logradouros públicos, à higienização do espaço, e à saúde e integridade física dos moradores da capital paraense.

Nesse sentido, os cães eram os animais que mais traziam preocupações, devido à propagação da hidrofobia. Até 1917, não havia vacina para combater essa doença na capital paraense, restringindo a ação de combate à punição sobre os moradores que tivessem cães, sem licença municipal, e à eliminação dos animais capturados atacados pela raiva canina.

Em 2013, a prefeitura de Santa Cruz do Arari, na ilha do Marajó, também promoveu a captura de cães que andassem soltos pelas ruas da cidade sob a justificativa de que estes animais provocavam sujeira e transmitiam doença para a população. Mas, essa notícia pode provocar espanto, devido, entre outros fatores, ao atual momento de crise ambiental.

Muitas crises desse tipo ocorreram na história do planeta Terra, contudo, segundo Soffiati, a atual crise ambiental se diferencia das crises de outrora por ser a primeira “*oriunda das atividades exercidas por uma só espécie – no caso, a nossa – que assume um caráter global*”<sup>415</sup>. Por conta disso, conforme Duarte, “as ameaças de destruição da natureza e nossas frustrações em torno de uma vida entre concreto e fumaça nos levam a um outro olhar sobre as outras criaturas, animais e plantas”<sup>416</sup>.

Isso não significa dizer que naquela época, em Belém, não existiram críticas à captura de cães promovida pelas sucessivas gestões municipais. Em 1916, o Intendente Antonio Pinheiro dizia que a captura de cães nas ruas da capital paraense estava provocando um “grande celeuma” em parte da população, que já percebia e apreendia o cão como animal companheiro, inteligente e que manifestava comportamentos semelhantes ao homem.

A ação da prefeitura de Santa Cruz do Arari também causa estranheza, por existir atualmente vacina para combater a raiva canina, diferentemente da Belém do final do século XIX e início do XX. O marco da implantação dessa vacina no Pará ocorreu em 1917, com a fundação do Instituto Pasteur.

O referido Instituto tinha como objetivo produzir prioritariamente vacina anti-rábica, como também desenvolver investigações bacteriológicas e elaboração de conhecimento para a formação de especialistas em bacteriologia. Com ele, os moradores da capital paraense estavam, em tese, finalmente aparelhados no combate contra a hidrofobia.

---

<sup>415</sup> SOFFIATI, Arthur. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 47, grifo do autor.

<sup>416</sup> DUARTE, Regina Horta. Op cit., 2002. p. 106.

## REFERÊNCIAS

### 1) Fontes:

#### 1.1) Álbuns:

PARÁ. Governador, 1901-1909 (Augusto Montenegro). **Álbum do Estado do Pará**: oito anos do governo (1901 a 1909). Paris: Chaponet, 1908.

SILVA, Rosário Lima da; FERNANDES, Paulo Chaves. **Belém da saudade**: a memória da Belém do início do século em cartões-postais. Belém: Secult, 1996.

*a) Disponíveis no Arquivo Público do Estado do Pará.*

#### 1.2) Annaes do Conselho Municipal de Belém:

BELÉM. Conselho Municipal. **Annaes do Conselho Municipal de Belém. Anno de 1907**. 7ª Legislatura. Em março, junho, setembro, novembro e dezembro. Belém: Imprensa Official do Estado, 1916.

*a) Disponível no Setor de Obras Raras da Fundação Cultural Tancredo Neves.*

#### 1.3) Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia:

DAHL, Fr. A fauna do Pará. In: GOELDI, Emilio. **Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia**. Belém: Typographia de Alfredo Silva e C.<sup>a</sup>, 1896, n.4.

*a) Disponível no Setor de Microfilmagem da Fundação Cultural Tancredo Neves.*

#### 1.4) Códigos de Posturas:

BELÉM. Conselho Municipal. Código de Policia Municipal. In: BELÉM. Conselho Municipal. **Leis e Resoluções Municipaes (1900)** – Codificadas na Administração municipal do Senador Antonio José de Lemos. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & Ca., 1901.

BELÉM. Governo Municipal. Código de Policia Municipal. In: BELÉM. Governo Municipal. **Leis e Resoluções do Conselho e Actos e Decisões do Executivo Municipal do anno de 1916** – Codificadas na administração do Exmo. Sr. Senador Dr. Cypriano José dos Santos, Intendente Municipal, pelo chefe secção Adolfo Dourado. Belém, 1918. v. 4.

**CÓDIGO de Posturas da Intendência Municipal de Belém** (aprovado pelo decreto num. 247 de 18 de dezembro de 1890). Belém: Typ. d'A Republica, 1891.

*a) Disponíveis no Arquivo Público do Estado do Pará.*

#### 1.5) Jornais:

A. N. Cão Esmoler. **Diario de Noticias**, 28 de outubro de 1897, p. 1.

ARCHOTE. De muletas – E' comigo mesmo. **DIARIO de Noticias**, 19 abr. 1892. p. 2.

**CORREIO Paraense**, 1892 - 1894.

**O DEMOCRATA**, 1893.

**DIARIO de Noticias**, 1892, 1894, 1896 - 1897.

**ESTADO do Pará**, 1910, 1913, 1917.

**FOLHA do Norte**, 1896, 1897, 1901, 1903, 1908, 1910, 1914, 1915, 1916, 1917.

IZQUIERDO, L. Um pouco de touros. **Correio Paraense**, 30 maio 1893. p. 1.

**O JORNAL**, 1900.

MAGALHÃES, J. A. Na sciencia e na vida: escandalos contra a hygiene na rua. **Folha do Norte**, 5 de julho de 1914, p. 1.

MENDES, Corrêa. Notas Medico-Veteinarias: o burro. **Folha do Norte**, 07 de janeiro de 1897, p.1.

\_\_\_\_\_. Notas Medico-Veterinarias: o cão e o gato. **Folha do Norte**, 13 de janeiro de 1897, p. 1.

PACHÁ, Arabi. Sem offensa e sem... malicia.... **DIARIO de Noticias**, 2 de abril de 1892, p. 2.

**O PARÁ**, 1897, 1900.

**A PROVINCIA do Pará**, 1905, 1906, 1912.

**A REPUBLICA**, 1891, 1892, 1899, 1900.

TINÉSE JUNIOR. Toiradas. **O Jornal**, 22 set. 1900. p. 2.

UMA VICTIMA. Cães bravos. **DIARIO de Noticias**, 13 jun. 1896. p. 2.

VALENTE, Castro. Instituto Pasteur. **Estado do Pará**, 13 jul. 1917.

*a) Disponíveis no Setor de Microfilmagem da Fundação Cultural Tancredo Neves, e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.*

#### **1.6) Leis e Resoluções Municipais e Atos do Executivo:**

BELÉM. Intendencia Municipal. **Actos e Decisões do Executivo Municipal (1897-1901)**. Belém: Secção de Obras d'A Provincia do Pará, 1902.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Leis e Resoluções Municipaes e Actos do Executivo (1903)**: codificadas na Administração do Senador Antonio José de Lemos. Belém: Secção de Obras d'A Provincia do Pará, 1904.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Leis e Resoluções Municipaes e Actos do Executivo (1907):** codificadas na Administração do Senador Antonio José de Lemos. Belém: Secção de Obras d'A Provincia do Pará, 1908.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Leis e resoluções municipaes e actos do executivo (1910-1912):** codificadas na administração do Dr. Antonio Martins Pinheiro. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1913.

*a) Disponíveis no Arquivo Público do Estado do Pará.*

### 1.7) Literatura:

CARVALHO, João Marques de. **Hortênciã.** Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria de Cultura, 1989 [1888].

JURANDIR, Dalcídio. **Belém do Grão Pará.** São Paulo: Livraria Martins, 1960.

*a) Disponíveis no Setor de Obras Raras da Fundação Cultural Tancredo Neves.*

### 1.8) Livros de memorialistas:

ORICO, Osvaldo. **Da forja à academia (memórias dum filho de ferreiro).** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954.

RIBEIRO, De Campos. **Gostosa Belém de outrora...** Belém: SECULT, 2005.

### 1.9) Portais da internet:

G1. **Ativistas se banham de 'sangue' para pedir o fim das touradas no México.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/02/ativistas-se-banham-de-sanguepara-pedir-o-fim-das-touradas-no-mexico.html>>. Acesso em: 3 fev. 2013.

G1. **Ativistas se cobrem de 'sangue' em protesto contra touradas na Espanha.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/05/ativistas-se-cobrem-de-sangue-em-protesto-contra-touradas-na-espanha.html>>. Acesso em: 21 maio, 2013.

G1. **Ativista protesta contra tourada com os seios nus em feira do Peru.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2013/10/ativista-protesta-contra-tourada-com-os-seios-nus-em-feira-do-peru.html>>. Acesso em: 28 out. 2013.

HAROLDOBALEIXE. 2008. Disponível em: <<http://haroldobaleixe.blogspot.com.br/2008/04/planta-da-cidade-de-belm-do-par.html>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

R7. **Belém tem 200 mil animais abandonados nas ruas;** saiba como denunciar maus-tratos. Jan. 2011. Disponível em: <<http://entretenimento.r7.com/bichos/noticias/belem-tem-200-mil-animais-abandonados-nas-ruas-20110125.html>>. Acesso em: 25 jan. 2011.

R7. **Touradas são proibidas na região espanhola da Catalunha.** Disponível em: <<http://noticias.r7.com/internacional/noticias/touradas-sao-proibidas-na-regiao-espanhola-da-catalunha-20100728.html>>. Acesso em: 28 jul. 2010.

REZENDE, Thaís. **Carroças vão passar por fiscalização mais rigorosa em Belém.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2012/05/carrocas-vaopassarporfiscalizacao-mais-rigorosa-em-belem.html>>. Acesso em: 28 maio, 2012.

SÓTER, Gil. **Prefeito de Santa Cruz do Arari, PA, causa polêmica ao caçar cães de rua.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/06/prefeito-de-santa-cruz-do-arari-pa-causa-polemica-ao-cacar-caes-de-rua.html>>. Acesso em: 5 jun.2013.

### 1.10) Publicação comemorativa:

GOELDI, Emilio. Reinos da natureza, encarados do ponto de vista pratico. In: PARÁ. Governo do Estado. **O Pará em 1900.** Belém: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900.

*a) Disponível no Setor de Obras Raras da Fundação Cultural Tancredo Neves.*

### 1.11) Relatórios dos Intendentes Municipais:

BELÉM. Intendente, 1897-1911 (Antonio José de Lemos). **O município de Belém: 1897-1902** – Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1902. Belém: Typographia Alfredo Augusto Silva, 1902. v.1.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **O município de Belém: 1903** - Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1904. Belém: Typografia Alfredo Augusto Silva, 1904, v. 2.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **O município de Belém: 1904** - Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1905. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1905.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **O município de Belém: 1905** - Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1906. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1906.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **O município de Belém: 1906** - Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1907. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1907.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **O município de Belém: 1907** – Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1908. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1908.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **O município de Belém: 1908** – Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1909. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1909.

BELÉM. Intendente (Virgílio Martins Lopes de Mendonça). **Município de Belém.** Relatório Apresentado ao Conselho Municipal de Belém na primeira sessão da decima primeira reunião ordinária da oitava legislatura em 4 de junho de 1912. Archivo Municipal: Belém, 1912.

BELÉM. Intendente (Dionysio Auzier Bentes). **Município de Belém**. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na primeira sessão da sexta reunião ordinária da nona legislatura, em 2 de junho de 1913. Belém, 1913.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Município de Belém**. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na primeira sessão da sexta reunião ordinária da nona legislatura, em 2 de março de 1914. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1914.

BELÉM. Intendente (Antonio Martins Pinheiro). **Intendencia Municipal de Belem**. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belem em sua 2ª reunião ordinária da 10ª Legislatura, em dezembro de 1916. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1916.

*a) Disponíveis no Arquivo Público do Estado do Pará e no Setor de Obras Raras da Fundação Cultural Tancredo Neves.*

#### 1.12) Relatório do Presidente de Província:

PARÁ. Presidente (José Coelho da Gama e Abreu). **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Pará, na sua 1.a sessão da 22.a legislatura, em 15 de fevereiro de 1880**. Pará, 1880.

*a) Disponível em: <[www.crl.edu/brazil/provincial/pará](http://www.crl.edu/brazil/provincial/pará)>, portal do Center for Research Libraries.*

#### 1.13) Relatório do Serviço de Limpeza Pública:

BELÉM. Limpeza Publica. Diretor (Francisco Domingos dos Santos). Relatório apresentado ao Exmo. Sr Intendente de Belem, em 31 de Dezembro de 1913. In: BELÉM. Intendente (Dionysio Auzier Bentes). **Município de Belém**. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na primeira sessão da sexta reunião ordinária da nona legislatura, em 2 de março de 1914. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1914.

*a) Disponível no Setor de Obras Raras da Fundação Cultural Tancredo Neves.*

#### 1.14) Revistas:

ABEN-ATHAR, Jayme; et al. **Pará-Médico**: arquivos da Sociedade Medico-Cirurgia do Pará. v. 1, ano I3, n. 5. Belém, ago. 1917.

**REVISTA da Semana**, n. 436, ano 13I, p. 9, 20 set. 1908.

*a) Disponíveis no Setor de Obras Raras da Fundação Cultural Tancredo Neves.*

## 2) Referências bibliográficas:

AIROZA, Luis Otávio Viana. **Cidade das Mangueiras**: aclimação da mangueira e arborização dos logradouros belenenses (1616-1911). Dissertação (Mestrado) – Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008.

ALMEIDA, Tunai Rehm Costa de. **Faces da natureza na capital paraense (1897-1902)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Federal do Pará, Faculdade de História, Belém, 2011.

AMARAL, Alexandre Souza. **Vamos à vacina?** Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904 a 1911). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

APROBATO FILHO, Nelson. **O couro e o aço:** sob a mira do moderno: a “aventura” dos animais pelos “jardins” da Paulicéia (final do século XIX / início do XX). 2006. Tese (Doutorado em História Social) –, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX:** o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BUADES, Josep M. **Os espanhóis**. São Paulo: Contexto, 2013.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e família em uma capital amazônica (Belém – 1870-1920)**. Belém: Açaí, 2011.

CAPONI, Sandra. Trópicos, micróbios e vectores. **História, Ciências, Saúde:** Manguinhos. Rio de Janeiro, 2002. v. 9.

CARCOPINO, Jérôme. **Roma no apogeu do Império**. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1990.

CARNEIRO, Eva Dayna Felix. **Belém entre filmes e fitas:** a experiência do cinema, do cotidiano das salas às representações sociais nos anos de 1920. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas: UNICAMP, 2011.

CHOAY, Françoise. A natureza urbanizada, a invenção dos “espaços verdes”. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP**. São Paulo: EDUC, 1999.

COELHO, Geraldo Mártires. **No coração do povo: o monumento à república em Belém – 1891-1897**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa (900-1900)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CRUZ, Ernesto. **A água de Belém: sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos**. Belém: Ofs. da Revista da Veterinária, 1944.

\_\_\_\_\_. **História de Belém**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973. v. 2.

\_\_\_\_\_. **Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

CUNHA, Marly Solange Carvalho da. **“Matutos” ou astutos? Oligarquia e coronelismo no Pará republicano (1897-1909)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. São Paulo: Nobel, 1989.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto**. Manaus: Valer, 2007.

DUARTE, Regina Horta. Biologia, natureza e República no Brasil nos escritos de Mello Leitão (1922-1945). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, n. 58, p. 317-340, 2009.

\_\_\_\_\_. Cavalinhos, leões e outros bichos: o circo e os animais. **Varia História**, n. 26, p. 97-106, jan. 2002.

\_\_\_\_\_. Pássaros e cientistas no Brasil: em busca de proteção, 1894-1938. **Latin American Research Review**, v. 41, n. 1, p. 3-26, 2006.

EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis – 1763-1808**. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Federal, 2009.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2011, v. 1.

FARIAS, William Gaia. **O alvorecer da República no Pará (1886-1897)**. Belém: açai, 2008.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura. Pajés, médicos e alquimistas: uma discussão em torno da ciência e magia no Pará oitocentista. **Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas**, Belém, v. 12, n. 1-2, jan./dez. 1993.

FORNARI, Claudio; CAMINHA, Lannes de S. **O cavalo: grandeza e legado: a família equídea e o que ela inspirou**. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Pessoas, coisas e animais**. Rio de Janeiro: Globo, 1981.

GEISON, Gerald L. **A ciência particular de Louis Pasteur**. Rio de Janeiro: Fiocruz: Contraponto, 2002.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios, 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

LACAPRA, Dominick. História e romance. **Revista de História**. Campinas: UNICAMP, v. 2, n. 3, p. 107-124, 1991.

LACERDA, Franciane Gama. “Merecedoras das páginas da história”: memórias e representações da vida e da morte femininas (Belém, séculos XIX e XX). **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 38, p. 395-423, jan./jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. Belém: Açai, 2010.

\_\_\_\_\_. “Reclamações do Povo”. Luta por direitos na cidade, seringais e núcleos coloniais na Amazônia brasileira (séculos XIX e XX). **Projeto História**, São Paulo, n. 33, p. 63-82, dez. 2006.

LIMA, Helder Lameira de. Malditos de Raça, Malditos de Cor: a imprensa abolicionista belenense e seus atropelos raciais. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto. **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2009.

MARTINS JÚNIOR, Rui Jorge Moraes. **Visto, logo existo: moda, sociabilidade feminina e consumo em Belém no limiar do século XX**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

MATTA, Roberto da; SOÁREZ, Elena. **Águias, burros e borboletas: um estudo antropológico do jogo do bicho**. Rio Janeiro: Rocco, 1999.

MEIRA, Clóvis. **Médicos de Outrora no Pará: biografias**. Belém: Grafisa, 1986.

\_\_\_\_\_. **Medicina de outrora no Pará: história**. Belém: Grafisa, 1986.

MELO, Victor Andrade de. Das touradas às corridas de cavalo e regatas: primeiros momentos da configuração do campo esportivo no Brasil. In: PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade de. **História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo: UNESP, 2009.

MIRANDA, Victorino C. Chermont de. Cartão-postal: memória de Belém. In: SILVA, Rosário Lima da; FERNANDES, Paulo Chaves. **Belém da saudade: a memória da Belém do início do século em cartões-postais**. Belém: SECULT, 1996.

MONZOTE, Reinaldo Funes. Facetas de la interacción com los animales em Cuba durante el siglo XIX: los bueyes en la plantación esclavista y la Sociedad Protectora de Animales y Plantas. **Signos Históricos**, n. 16, p. 80-110, 2006.

MOREIRA, Eidorfe. O primeiro romance belenense. In: CARVALHO, João Marques de. **Hortências**. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria de Cultura, 1989.

MOURA, Daniella de Almeida. **A República paraense em festa (1890-1911)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

MOURA, Levi Hal de. **Esquema da origem e da evolução da sociedade paraense: 1616-1901**. Belém: H. Barra, 1957, v.1.

PARÁ. Biblioteca Pública. **Jornais Paraoaras: catálogo**. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém do Pará: estudo de geografia urbana**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968. v. 1.

\_\_\_\_\_. **O sistema portuário de Belém**. Belém: EDUSP, 1973.

PEREIRA, Rosa Cláudia Cerqueira. **Paisagens urbanas: fotografias e modernidades na cidade de Belém (1846-1908)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)**. Manaus: EDUA, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RODRIGUES, Roberto Martins. **A fauna da Amazônia**. Belém: CEJUP, 1992.

RODRIGUES, Silvio Ferreira. **Esculápios tropicais: a institucionalização da medicina no Pará, 1889-1919**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SALLES, Vicente. **Marxismo, socialismo e os militantes excluídos**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

SANT'ANNA, Denis Bernuzzi de. Higiene e higienismo entre o Império e a República. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. **História do corpo no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2011.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1910)**. Belém: Paka-Tatu, 2000.

\_\_\_\_\_. O Colyseu: arena de touros e toureiros do além-mar – Belém do Pará (1894-1900). In: MATOS, Maria Izilda et al. **Deslocamentos e histórias: os portugueses**. Bauru: EDUSC, 2008.

\_\_\_\_\_. A “Galícia” paraense: a imigração espanhola em Belém (1890-1910). In: ALONSO, José Luis Ruiz-Penado; CHAMBOULEYRON, Rafael. **T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)**. Belém: Açaí, 2010.

\_\_\_\_\_. **Memórias do “Velho Intendente” Antonio Lemos**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Ivo Pereira da. **Terra das águas: uma história social das águas em Belém, século XIX**. Dissertação 2008. (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SOFFIATI, Arthur. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. **Ciência e saúde na Terra dos Bandeirantes: a trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período de 1903-1916**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **Obra essencial**. Barcelona: Crítica, 2002.

VERIANO, Pedro. **Cinema no Tucupí**. Belém: SECULT, 1999.

VIANNA, Arthur. **As epidemias no Pará**. Belém: EDUSPA, 1975.

VIEIRA, David Durval Jesus. **Belém: sociedade e natureza (1897-1910)**. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Faculdade de História, Belém, 2010.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.